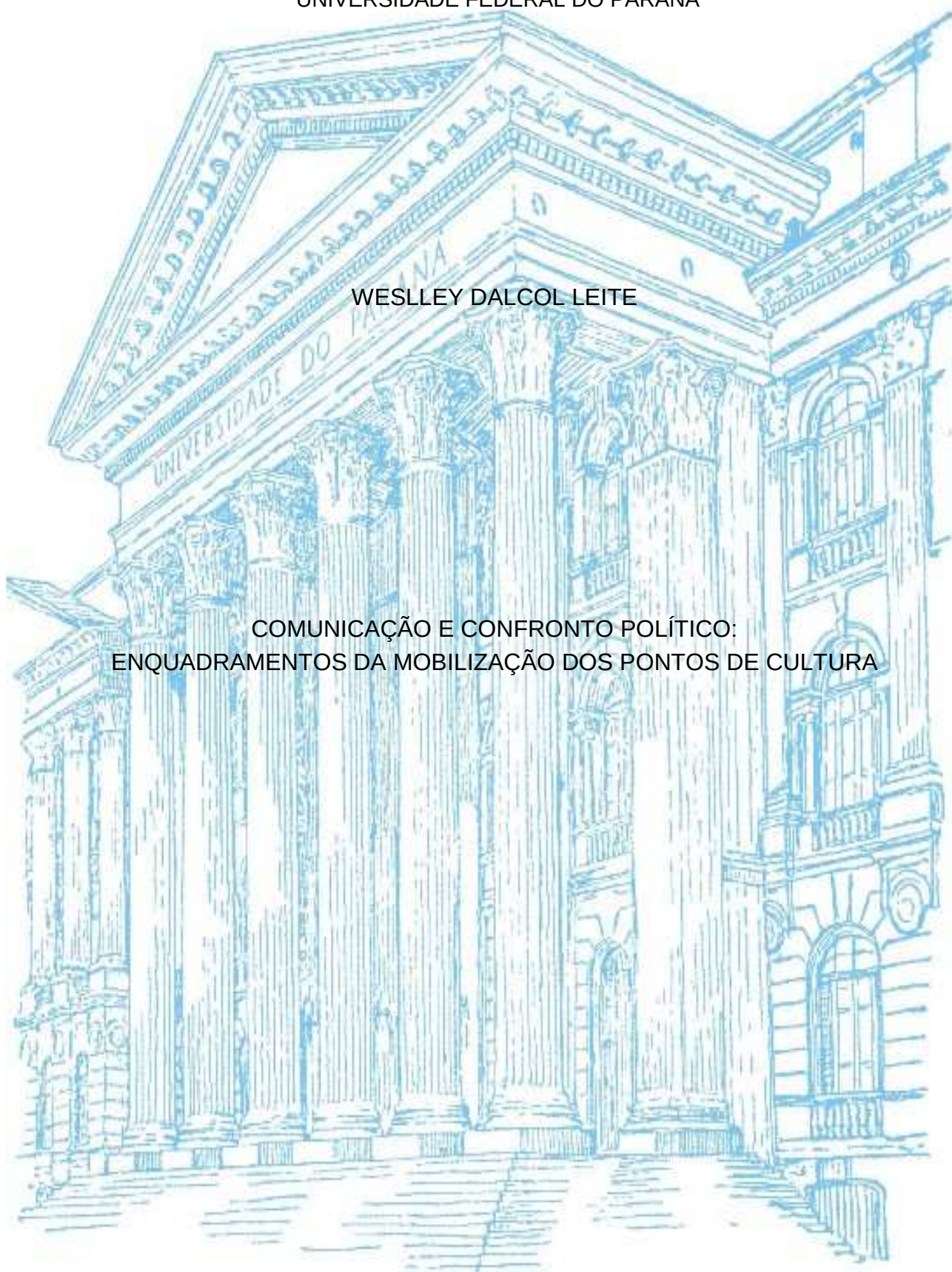


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WESLEY DALCOL LEITE

COMUNICAÇÃO E CONFRONTO POLÍTICO:
ENQUADRAMENTOS DA MOBILIZAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA

CURITIBA
2014



WESLEY DALCOL LEITE

COMUNICAÇÃO E CONFRONTO POLÍTICO:
ENQUADRAMENTOS DA MOBILIZAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Prudencio

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Leite, Wesley Dalcol

Comunicação e confronto político: enquadramentos da mobilização dos pontos de cultura. / Wesley Dalcol Leite. – Curitiba, 2014. 108 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelly Prudencio
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Artes, Comunicação e Design,
Universidade Federal do Paraná.

1. Comunicação – aspectos políticos – mobilização nacional.
2. Comunicação – cidadania – democracia. 3. Política e cultura – crítica e informação – Brasil. I. Título.

CDD 324.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê – Fone: 3313-2025

ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública, de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Comunicação. No dia 28 de fevereiro de 2014, às 16:30 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, composta pelos Professores Doutores Ricardo Fabrino Mendonça, Emerson Urizzi Cervi e Kelly Cristina de Souza Prudencio, orientadora e presidente da Banca Examinadora, com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **Wesley Dalcol Leite**, intitulada "**Comunicação e confronto político: enquadramentos da mobilização dos pontos de cultura**", para obtenção do grau de mestre em Comunicação. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pela orientadora Dr^a Kelly Prudencio. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "Aprovação com distinção" do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Comunicação, linha de pesquisa "Comunicação, Política e Atores Coletivos" da área de concentração em "Comunicação e Sociedade", desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 28 de fevereiro de 2014.

Prof Dr Ricardo Fabrino Mendonça

Prof Dr Emerson Urizzi Cervi

Profª Drª Kelly Cristina de Souza Prudencio
Orientadora e presidente da banca examinadora

Dedico este trabalho às minhas irmãs, à minha mãe, e ao meu pai por empenharem esforços para me educar de forma dialógica, como manifestação do amor. Por me ensinarem a construir caminhos em busca de meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito, primeiramente, à minha orientadora Kelly Prudencio, pelos ensinamentos, pelo comprometimento, pela amizade e pela paciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, especialmente os docentes com os quais tive o prazer de aprender através de suas disciplinas, Celsi, Luciana, Myrian e João Somma.

Aos meus colegas e amigos do grupo de pesquisa Comunicação e Mobilização Política, de forma especial aos membros do grupo *Frame*, José Geraldo e Luis Antonio (e por todas as reuniões de leituras, cafés e angústias que dividi com os dois), Aline, Michele, Juliana e Camila.

Aos professores do curso de Jornalismo da UEPG, que foram imprescindíveis para que eu tivesse chegado até aqui, sobretudo, sou grato à Maria Lúcia Becker, minha primeira orientadora, pelas lições de humildade e solidariedade.

Aos professores Emerson Cervi, Ricardo Mendonça e Sergio Braga pelas contribuições e pela disposição em avaliar o trabalho.

Agradeço a Fernanda, pelo companheirismo, pelos conselhos, pela doçura e pela compreensão.

À minha família, maior incentivadora, que valoriza e respeita minhas escolhas.

A nossa poesia é uma só
Eu não vejo razão pra separar
Todo o conhecimento que está cá
Foi trazido dentro de um só mocó

E ao chegar aqui abriram o nó
E foi como se ela saísse do ovo
A poesia recebeu sangue novo
Elementos deveras salutareis

Os nomes dos poetas populares
Deveriam estar na boca do povo
No contexto de uma sala de aula
Não estarem esses nomes me dá pena

Saber de cada um o nome todo
Se sentir satisfeito e orgulhoso
E falar deles para os de menor idade
Os nomes dos poetas populares

Antônio Vieira



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 Fone e Fax: 3313-2025

TERMO DE RESPONSABILIDADE
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO COM A ORIGINALIDADE
CIENTÍFICO-INTELLECTUAL

Responsabilizo-me pela redação do trabalho de dissertação, sob título “Comunicação e confronto político: enquadramentos da mobilização dos pontos de cultura”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídas (se transcrito literalmente) ou somente indicadas fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões abnt vigentes.

Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Curitiba, 31 de janeiro de 2013.

Weslley Dalcol Leite

RESUMO

Esta pesquisa analisa a comunicação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura em situação de confronto com a gestão do Ministério da Cultura em 2011. O objetivo do trabalho é identificar como se desenvolve a construção de sentido dos pontos de cultura no processo de mobilização política e quais os repertórios de ação coletiva são empregados. A hipótese é que oportunidades políticas favorecem a mobilização, alterando o desenvolvimento do confronto político. A construção teórica é feita a partir da perspectiva dos processos políticos, e utiliza-se a análise de enquadramentos para identificar a dinâmica da construção dos discursos estratégicos na comunicação na internet. O *corpus* da análise é composto por 663 publicações no microblog Twitter da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Identificaram-se três esquemas de interpretação de injustiça – que evidenciam o confronto político – nos *tweets* dos pontos de cultura: o quadro cultura como compartilhamento, quadro desvalorização do Programa Cultura Viva, quadro inabilidade da gestão da então ministra da cultura Ana de Hollanda. Observou-se que, no desenvolvimento de processos estratégicos de enquadramento, houve alinhamento de quadros que propiciaram a ampliação e a extensão dos quadros primários. Na dinâmica do confronto político, houve três oportunidades políticas que impulsionaram à mobilização: a visibilidade dada pela imprensa (principalmente nas reportagens de O Globo e Estadão); a mudança na agenda política do MinC; e a autonomia dos pontos de cultura (propiciada pelo desenho institucional do programa Cultura Viva). Observou-se ainda que as táticas de mobilização apresentaram inovação no desenvolvimento do confronto político, configurando um repertório digital.

Palavras-chave: Comunicação. Mobilização política. Cultura Viva. Twitter.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 -	DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA NO BRASIL	43
IMAGEM 2 -	PRIMEIRO <i>TWEET</i> DE DIAGNÓSTICO DA RUPTURA DO MinC COM A CULTURA DIGITAL.....	56
IMAGEM 3 -	<i>TWEET</i> COM A CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA MOBILIZAÇÃO.....	57
IMAGEM 4 -	BANDEIRAS DO CIBERPROTESTO SouMinCC.....	58
IMAGEM 5 -	EXEMPLO DE <i>TWEET</i> DA CAMPANHA SouMinCC.....	58
IMAGEM 6 -	<i>TWEET</i> DE LÍDER DO CIRCUITO FORA DO EIXO COMPARTILHADA PELA CNPDC.....	62
IMAGEM 7 -	PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA DESCONTINUIDADE DO PROGRAMA CULTURA VIVA.....	64
IMAGEM 8 -	PUBLICAÇÃO COM A SOLICITAÇÃO DE CONTINUIDADE DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA CULTURA VIVA.....	66
IMAGEM 9 -	PUBLICAÇÃO DE CRÍTICA AO DISCURSO DE ANA DE HOLLANDA EM ENTREVISTA PARA O GLOBO.....	68
IMAGEM 10 -	PANFLETO DO KIT MOBILIZAÇÃO.....	69
IMAGEM 11 -	MARCHA NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA.....	70
IMAGEM 12 -	PRIMEIRO <i>TWEET</i> REFERENTE À VALORAÇÃO NEGATIVA DE ANA DE HOLLANDA ENQUANTO GESTORA.....	73
IMAGEM 13 -	PÁGINA DO SITE MOBILIZA CULTURA COM A DESCRIÇÃO DA CAMPANHA.....	74
IMAGEM 14 -	<i>RETWEET</i> PUBLICADO PELO CANTOR LEONI E COMPARTILHADO PELA CNPDC.....	75
IMAGEM 15 -	<i>RETWEET</i> PUBLICADO PELO ATOR JOSÉ DE ABREU E COMPARTILHADO PELA CNPDC.....	76
IMAGEM 16 -	<i>TWEET</i> COMPARTILHADO PELA CNPDC DO PARTIDO DA CULTURA, UM MOVIMENTO DO CIRCUITO FORA DO EIXO, ALIADO NO PROTESTO MOBILIZA CULTURA.....	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO DO DESENHO INSTITUCIONAL DA LEI ROUANET COM O DO PROGRAMA CULTURA VIVA.....	46
QUADRO 2 - TAREFAS DE ENQUADRAMENTO.....	55
QUADRO 3 - TAREFAS DO ENQUADRAMENTO CULTURA COMO COMPARTILHAMENTO.....	63
QUADRO 4 - TAREFAS DO ENQUADRAMENTO DESVALORIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA.....	71
QUADRO 5 - TAREFAS DO ENQUADRAMENTO INABILIDADE DE GESTÃO DE ANA DE HOLLANDA.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - INCIDÊNCIA DO QUADRO POLÍTICA CULTURAL ENQUANTO COMPARTILHAMENTO EM 2011 NO MIBROBLOG DA CNPdc.....	59
GRÁFICO 2 - INCIDÊNCIA DO ENQUADRAMENTO DESVALORIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA EM 2011 NO MIBROBLOG DA CNPdc.....	66
GRÁFICO 3 - INCIDÊNCIA DO QUADRO INABILIDADE DA GESTÃO ANA DE HOLLANDA NO MINC EM 2011 NO TWITTER DA CNPdc.....	77
GRÁFICO 4 - INCIDÊNCIA DOS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS EM 2011 NO MIBROBLOG DA CNPdc.....	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	REPERTÓRIOS DE CONFRONTO.....	27
TABELA 2 -	VALORES CAPTADOS PELA LEI ROUANET (1993-2010).....	40
TABELA 3 -	PAGAMENTO DO PROGRAMA CULTURA VIVA PELO GOVERNO FEDERAL (2004 – 2011).....	50
TABELA 4 -	ENQUADRAMENTOS DE INJUSTIÇA NO MICROBLOG DA CNPdC EM 2011	54

LISTA DE SIGLAS

CC	- <i>Creative Commons</i>
CNDA	- Conselho Nacional de Direito Autoral
CNPdC	- Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
DAC	- Departamento de Assuntos Culturais
DIP	- Departamento de Informação e Propaganda
Funarte	- Fundação Nacional das Artes
GEDAI	- Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDA	- Lei de Direitos Autorais
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MinC	- Ministério da Cultura
ONG	- Organização não governamental
PNC	- Política Nacional de Cultura
Salic	- Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TT	- <i>Trending Topics</i>
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CONFRONTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO	17
1.1 DIMENSÃO CULTURAL DO CONFRONTO POLÍTICO.....	18
1.1.1 A rede de ativismo.....	23
1.2 REPERTÓRIOS DO CONFRONTO.....	25
1.2.2 Repertório discursivo no Twitter.....	28
1.3 OPORTUNIDADES POLÍTICAS.....	31
1.4 CONFRONTO POLÍTICO E O ESTADO BRASILEIRO.....	33
2 PROGRAMA CULTURA VIVA E A POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL.....	35
2.1 A CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL..	36
2.2 PROGRAMA CULTURA VIVA.....	40
2.2.1 Pontos de Cultura.....	42
2.2.2 Identidade coletiva dos pontos de cultura.....	44
2.2.3 Comissão Nacional de Pontos de Cultura.....	47
2.2.4 Ação Cultura Digital.....	48
2.3 RUPTURA DA AGENDA DO PROGRAMA CULTURA VIVA E O INÍCIO DO CONFRONTO POLÍTICO.....	50
3 DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NO CONFRONTO POLÍTICO: ENQUADRAMENTOS DE INJUSTIÇA E REPERTÓRIO NA COMUNICAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA.....	52
3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS.....	53
3.2 TAREFAS DE ENQUADRAMENTO.....	54
3.2.1 Quadro cultura como compartilhamento.....	55
3.2.2 Quadro desvalorização do Programa Cultura Viva.....	64
3.2.3 Quadro inabilidade da gestão de Ana de Hollanda.....	72
3.2.4. Análise do desenvolvimento dos esquemas interpretativos.....	78
3.3 DINÂMICAS DE REPERTÓRIO.....	80
3.4 A VALIDADE DA HIPÓTESE DAS OPORTUNIDADES POLÍTICAS.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
Anexos.....	94

INTRODUÇÃO

O interesse pela mobilização de atores sociais na internet cresce juntamente a quantidade de protestos, vídeos virais, campanhas, *tuitaços* e outras práticas que se tornam cada vez mais comuns nas chamadas mídias sociais.

Não é recente o entusiasmo com a internet, uma vez que esse espaço permite que as pessoas se expressem, emitam opiniões e lancem problemas para a discussão. Também há algum tempo, pesquisadores têm mostrado que a participação política não aumenta somente pela existência da internet (WOLTON, 2003; RUCHT, 2004; MAIA e GOMES, 2011; PRUDENCIO, 2010). O que se tem percebido são ações coletivas que se valem das características do meio – fácil disponibilização de informação, agilidade de contato, comunicação a distância – para angariar aliados; provocar adversários; e conquistar visibilidade para atingir seus objetivos.

Historicamente as teorias dos movimentos sociais têm buscado responder os motivos pelos quais os grupos se mobilizam e como se inicia a ação coletiva (BRINGEL e GOHN, 2012). Com a incorporação das mídias digitais ao repertório tradicional, a investigação predominante na comunidade científica atual é verificar se as tecnologias digitais alteram o processo político (CASTELLS, 1996, 2013; EARL e KIMPORT, 2011; McCAUGHEY e AYERS, 2003; VAN DE DONK *et al.*, 2004; MALINI e ANTOUN, 2013).

Esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão do ciberprotesto, sobretudo com o foco na comunicação, em um estudo de caso: o confronto político estabelecido pelos pontos de cultura em prol da manutenção das políticas culturais criadas durante a gestão do então ministro da Cultura Gilberto Gil (2003 – 2008) e continuadas por seu sucessor, Juca Ferreira (2008 – 2010).

Em 2011, ao diagnosticarem uma ruptura na agenda política do Ministério da Cultura, integrantes de organizações culturais brasileiras realizaram vários protestos, sobretudo pela internet, com críticas à gestão da então ministra Ana de Hollanda. Os ativistas eram em sua maioria membros de pontos de cultura – grupos culturais que recebem financiamento público através do programa Cultura Viva, que fora criado em 2004.

Distinta das outras políticas culturais brasileiras, o desenho institucional do Programa Cultura Viva possibilitou a participação dos pontos de cultura na gestão da política, deu incentivos financeiros e construiu canais de comunicação entre grupos que desenvolviam ações de democratização da cultura e da comunicação, de valorização da diversidade cultural e de inclusão de minorias.

Com a entrada de Ana de Hollanda na gestão do Ministério da Cultura, a partir de janeiro de 2011, os pontos de cultura visualizaram o rompimento das políticas desenvolvidas pelos ministros anteriores e, utilizando-se da rede de comunicação do Cultura Viva, promoveram uma série de eventos para reivindicar o retorno da agenda política.

O objetivo geral dessa pesquisa é identificar como se desenvolve a comunicação dos pontos de cultura durante a situação de confronto político. Ao centrar a atenção no estudo dos atos comunicativos, destaca-se que esse processo está inscrito em conjunto de três lógicas: a dimensão cultural, a social e a técnica (WOLTON, 2003). No entanto, como discorre Gerbaudo (2012), atualmente muitos estudos sobre a participação política na internet demonstram um fascínio pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Os processos comunicativos não são determinações às transformações técnicas, pois essas advêm de um conjunto de necessidades, crenças e padrões culturais que aos poucos se inserem nas relações sociais (WOLTON, 2003).

Feita a ressalva, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: Quais são as estratégias de comunicação na mobilização política dos pontos de cultura em 2011? Especificamente dois aspectos foram selecionados para análise: 1) a produção de sentido da rede de ativistas dos pontos de cultura expressa através de discursos na internet; 2) o repertório da ação coletiva que permite comunicar o descontentamento.

Parte-se da hipótese que os acontecimentos que ocorrem no contexto social e político influenciam tanto à produção dos discursos dos ativistas quanto à escolha de repertório. Isto é, há momentos em que são criadas oportunidades ou restrições políticas que facilitam ou dificultam a ação dos ativistas e, conseqüentemente, exigem novas estratégias que alteram a dinâmica da comunicação.

O conceito de oportunidade política na ação coletiva é empregado pela perspectiva teórica dos processos políticos (JOHNSTON e KLANDERMANS, 1995;

McADAM, *et al.* 1996; 2001; TARROW, 1998; MEYER, 2004), a qual tem avaliado a mobilização política a partir de uma concepção sistêmica e aplica o termo confronto político para indicar que esse fenômeno se dá através da interação entre ativistas e adversários. O conceito remete ao posicionamento reflexivo dos atores sociais em situação de contestação, uma vez que suas ações são pensadas e geradas a partir do seu relacionamento com o antagonista e outras instituições sociais envolvidas.

A metodologia empregada para identificar a produção de sentido foi a análise de enquadramento. Utilizaram-se as categorias de quadros de ação coletiva desenvolvidas por Benford e Snow (2000), para a investigação da produção de sentido em diferentes momentos da mobilização. Essa metodologia consiste em agrupar os discursos em tarefas estratégicas: no diagnóstico; no prognóstico, na motivação e no alinhamento de quadros.

Também foram identificadas em cada mobilização, as táticas utilizadas na comunicação do protesto. Analisou-se o repertório com base nas categorias de Earl e Kimport (2011), as quais classificam o protesto de acordo com o grau de relevância da internet, ou seja, verificou-se se a apropriação das tecnologias digitais foi intensa e analisaram-se as mudanças de repertório em cada esquema interpretativo.

Finalmente, ao identificar os momentos de mudança e de enquadramento, observou-se nas postagens do Twitter da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura os fatores que deram abertura ou ofereceram restrições às mobilizações.

Compõe o *corpus* da pesquisa, o conteúdo publicado na mídia social Twitter em 2011 pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, órgão criado pelo Ministério da Cultura para integrar o desenho institucional do programa Cultura Viva, e que é composto exclusivamente por representantes da sociedade civil. Foram analisados 663 *tweets*, que correspondem a todas as postagens publicadas no ano de 2011 pelo perfil oficial da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura no microblog.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se a perspectiva teórica dos processos políticos. Discute-se o conceito de confronto político, especialmente a partir da dimensão cultural, a construção de significados no processo de mobilização da rede de ativismo, chamado de enquadramento. Apresenta também a noção de oportunidade política, que se refere ao contexto em

que o confronto se insere, e que pode alterar a dinâmica dos esquemas interpretativos.

O capítulo aborda ainda as transformações de repertório e compara a ação coletiva tradicional, com a moderna e com a contemporânea. Essa última é caracterizada pela ampla utilização de mídias sociais digitais, como o Twitter empregado no confronto político dos pontos de cultura em 2011.

No capítulo 2 é apresentado um breve histórico do desenvolvimento das políticas culturais no Brasil até a criação dos pontos de cultura. Discute-se a criação da maior política do setor até hoje, os mecanismos de incentivo fiscal: a lei Sarney e a lei Rouanet, que diminuíram o controle do Estado na distribuição dos recursos públicos, repassando a responsabilidade para as instituições privadas. Compara-se o desenho institucional dessa ação com o do Programa Cultura Viva, que possui inovações como os espaços de participação e interação no desenvolvimento da política pública.

O terceiro capítulo expõe a análise de enquadramento do confronto político. Foi possível identificar a construção de três esquemas interpretativos de injustiça: 1) cultura como compartilhamento; 2) desvalorização do Programa Cultura Viva; 3) inabilidade política de Ana de Hollanda na gestão do MinC. Apresentam-se as tarefas de enquadramento em cada um dos esquemas e discute-se as estratégias de comunicação empregadas.

Ainda no último capítulo são apresentadas e discutidas as oportunidades políticas que favoreceram à mobilização política: 1) mudança da agenda política; 2) atribuição de crise no MinC no discurso jornalístico (O Globo e Estadão) e 3) autonomia da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

1 COMUNICAÇÃO E CONFRONTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

O confronto político é uma iniciativa de cidadãos que não possuem o poder institucional quando desafiam autoridades, elites ou grupos sociais opositores. Com essa definição, Tarrow (2009) descreve um dos tipos de ação coletiva, a qual objetiva alteração na agenda política e necessita comunicar seus descontentamentos à sociedade para atingir seus objetivos.

Na mesma perspectiva, Tilly (1986) define o confronto político como a interação de ativistas com os detentores do poder. Para o autor, esse processo sustentado pelos desafiantes é sistêmico e não linear, pois a interação envolve outras instituições e grupos, abarca a arena pública na perspectiva de mudança política.

Existem outras formas de ação coletiva sem o conflito expresso em arena pública, através de *lobby*, parceria ou negociações. O que faz com que se opte nesta análise pela ação no confronto é o interesse em compreender como a mobilização se sustenta através de um processo de comunicação, pois é através dos discursos que podem ser observadas a produção de sentidos dos atores sociais.

De acordo com Maia (2008), a disputa de interesses na política contemporânea acontece, muitas vezes, na emissão de argumentos no espaço público.

Os discursos e a troca argumentativa na esfera pública, ao penetrarem as relações sociais de qualquer tipo, e tendo a ver com a base social dos conflitos de qualquer natureza, podem influenciar diretamente o modo pelo qual os agentes políticos tomam decisões (MAIA, 2008, p. 343)

A expressão *Idade Mídia* de Rubim (2000) corrobora com essa perspectiva ao assinalar que a infraestrutura das relações sociais não se dá somente na interação face a face como na política convencional. Com a possibilidade de transmissão de informação para um grande número de pessoas e com agilidade através dos dispositivos eletrônicos, a mídia consegue elevar acontecimentos a condição de eventos públicos. Com isto, a comunicação mediada tem ocupado centralidade no confronto político (BENNET e ENTMAN, 2001) e, historicamente tem sido utilizada por governantes, ativistas políticos e seus adversários (DOWNING, 2001).

Para dar resposta a questões fundamentais sobre a experiência dos cidadãos no processo democrático, requer-se, cada vez mais, que se compreenda a centralidade da comunicação mediada nos processos de governança e, também, nas percepções que os cidadãos têm da sociedade e de seus problemas (BENNET e ENTMAN, 2001).

A mídia é compreendida como toda forma de discurso emitido através de dispositivos tecnológicos de comunicação e informação. O emprego da comunicação mediada na ação coletiva é recurso estratégico utilizado em todo o processo de mobilização (do diagnóstico do problema até a mobilização da opinião pública).

As estratégias de comunicação no confronto político não se limitam às escolhas técnicas no repertório de ação, no entanto, como enfatiza Wolton (2003), as interações culturais e o contexto social é que produzem novos aparatos tecnológicos.

A perspectiva teórica dos processos políticos¹, desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos a partir da década de 1980, oferece subsídio para a análise do desenvolvimento da mobilização em suas dimensões socioculturais.

1.1 DIMENSÃO CULTURAL DO CONFRONTO POLÍTICO

De acordo com Fligstein e McAdam (2012), a ação coletiva no confronto é construída a partir das redes de relacionamentos de agentes que ocupam a mesma posição diante da estrutura política vigente e, além disso, compartilham o mesmo interesse político, seja na transformação ou na manutenção do *status quo*.

A formação da mobilização não é uma ação instantânea, é constituída em um processo histórico, no qual os participantes ativam redes sociais construídas anteriormente, embora também busquem ampliar o número de aliados.

Ao comunicar para a sociedade sua oposição à gestão pública ou a ausência de atitudes dos governantes, os ativistas – grupo de menor poder – são os protagonistas do confronto, enquanto o grupo que se opõe à demanda apresentada é antagonista (HUNT *et al.*, 1994).

As estratégias de ação são elaboradas a partir da comunicação dos atores, em um processo de formação de identidade. O sujeito ao participar de uma mobilização, compartilha aspirações em uma relação que não é apenas racional,

¹ No Brasil, tem também sido chamada de teoria da mobilização política, ou MP (GOHN, 1997).

mas que envolve fatores emotivos. Agir coletivamente é, então, um processo altamente negociável. Envolve os interesses e também construções simbólicas.

A identidade coletiva que permite a eles [os ativistas] se tornarem atores não são dados ou uma essência; isso é o resultado de trocas, negociação, decisão e conflito entre atores. Processos de mobilização, formas organizacionais, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação – esses são todos níveis significantes/de significação de análise para a reconstrução do sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, além disso, relações com o exterior – com competidores, aliados, e adversários – e especialmente a resposta do sistema político e dos aparatos de controle social definem um campo de oportunidades e repressões com as quais as ações coletivas tomam forma se perpetuam ou mudam (MELUCCI, 1996, p 4, tradução nossa²).

Alberto Melucci (1996) destaca que a construção da identidade de novos integrantes é influenciada, sobretudo, pelos membros mais experientes do grupo, os quais geralmente ocupam a função de elaborar estratégias para o movimento se comunicar internamente e externamente. Segundo o autor, ao desenvolver essa função esses líderes têm papel crucial no processo formação da identidade coletiva.

Ao acionar as estratégias de comunicação externa, os líderes buscam a adesão para iniciar um confronto político. Frequentemente, para aumentar o poder de mobilização, a ação política de protesto é feita a partir de um agregado de grupos sociais (organizações não governamentais; fóruns da sociedade civil; movimentos sociais, etc.).

No desenvolver do confronto político, faz-se necessário que os ativistas compartilhem sentido, baseando-se no conjunto de símbolos, crenças e interesses do coletivo. Esse trabalho de construção de significado é chamado pela teoria dos processos políticos de *enquadramento*³.

A terminologia *enquadramento* é uma adaptação do conceito utilizado⁴ na obra de Goffman (1974), que definiu quadros como construções (ou esquemas) mentais para organizar a percepção e interpretação dos acontecimentos no mundo

² “Collective identity allowing them to become actors is not a datum or an essence; it is the outcome of exchanges, negotiations, decisions, and conflicts among actors. Processes of mobilization, organizational forms, models of leadership, ideologies, and forms of communication - these are all meaningful levels of analysis for the reconstruction from the within of the action system that constitutes the collective actor. But, in addition, relationships with the outside - with competitors, allies, and adversaries - and especially the response of the political system and the apparatuses of social control define a field of opportunities and constraints within which the collective action takes shape, perpetuates itself, or changes” (MELUCCI, 1996, p 4).

³ Originalmente *framing* em inglês.

⁴ Segundo Mendonça e Simões (2012), o conceito primeiramente foi empregado por Bateson em 1954 na análise de como interação moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos.

e, assim, facilitar a organização das experiências individuais e sociais. Para o autor, os quadros auxiliam os indivíduos nas ações cotidianas para responderem à pergunta “o que está acontecendo aqui?”.

A inclusão da expressão na mobilização política é feita por Snow *et al.* (1986, p. 464), e os quadros produzidos pelos ativistas ganham na análise desses autores, uma dimensão social, além da cognitiva, exposta por Goffman. Na ação coletiva, os enquadramentos “não são apenas atitudes individuais, mas também o resultado da negociação de sentido compartilhado” (GAMSON, 2011, p. 16). O enquadramento, portanto, auxilia os atores (enquanto coletivos) a interpretar a conjuntura, simplificarem e orientarem suas ações, como um guia para a ação coletiva.

Para Benford e Snow (2000), o enquadramento é um fenômeno que implica na agência dos ativistas, isto é, a partir da interação e da negociação entre os atores sociais, especialmente os que organizam a mobilização, são construídas as interpretações da realidade para o grupo.

Os quadros da ação coletiva são gerados de modo estratégico para que o grupo possa compartilhar sentido e mobilizar mais pessoas. O enquadramento então se caracteriza por ser um processo dinâmico, pois os sentidos construídos na comunicação são alterados, assim como as táticas para a realização do protesto (MCADAM, 1996).

O enquadramento se materializa através do formato discursivo, pois são produzidos nas conversas, nos atos de fala e nos textos escritos que ocorrem no contexto, ou possui relação, com a mobilização política. É na comunicação que se desenvolve a dinâmica do quadro de ação coletiva, sua criação, articulação, negociação ou ampliação (BENFORD e SNOW, 2000).

Gamson (1992) denomina o enquadramento da ação coletiva, como um quadro de injustiça, pois é um processo de identificação de um problema social, “refere-se à indignação moral expressa” (p.28). O quadro de injustiça é o esquema interpretativo dos protagonistas no confronto político, “requer uma consciência dos atores humanos motivados que carregam algum ônus por tratar de danos e sofrimento” (idem). Snow e Benford (1988) listam três tarefas que compõem o processo de enquadramento e formam um quadro da ação coletiva: o diagnóstico, o prognóstico e o motivacional.

O diagnóstico é a identificação do problema e suas respectivas atribuições. Essa tarefa oferece ao grupo uma interpretação para novas questões ou eventos inéditos. Funciona como um diagnóstico médico, que diz o que está errado e o porquê.

Em resposta ao diagnóstico realizado, há o enquadramento de prognóstico. Essa tarefa objetiva a articulação de uma solução para o problema ou, pelo menos, um plano de ação e as estratégias para a realização do plano.

A terceira tarefa é o enquadramento motivacional, que busca apresentar justificativas para o engajamento político das pessoas já envolvidas e de seus aliados. Essa tarefa também pode ser chamada como enquadramento de ação, pois “eles empoderam as pessoas como agentes potenciais de sua própria história e sugerem não somente que algo pode ser feito, mas que ‘nós’ podemos fazer alguma coisa” (GAMSON, 2011, p. 28).

Após as três tarefas de enquadramento, forma-se um quadro da ação coletiva que será posicionado no espaço público – através da comunicação – a fim de atender às suas demandas. Os protagonistas da ação coletiva e seus antagonistas travam um embate discursivo, uma vez que não são apenas os ativistas que lançam enquadramentos na arena pública. Com lógicas específicas, os meios de comunicação, os governantes e as elites também produzem quadros de significado e os expressam através da comunicação mediada com os ativistas e com o público em geral (McCOMBS e GHANEM, 2008; ENTMAN, 1993; SCHEUFELE, 1999; CHONG e DRUCKMAN, 2007).

Na disputa de enquadramento, o quadro da ação coletiva é posicionado estrategicamente (ainda que não seja possível impor seu direcionamento e seu impacto) a fim de concretizar suas demandas, seja através da visibilidade pública, para seu conhecimento e legitimação perante a sociedade, seja para o enfraquecimento do quadro construído pelo adversário ou o quadro já estabelecido pela sociedade como hegemônico.

Por vezes, o quadro da ação coletiva não é difundido na arena política e exige alteração de estratégias dos organizadores da mobilização. Geralmente o fracasso se deve a três fatores: 1) a inconsistência do quadro; 2) falta de credibilidade empírica; 3) falta de credibilidade dos articuladores (SNOW e BENFORD, 2000).

O primeiro fator se refere ao emprego de estratégias táticas que não condizem com o conteúdo do quadro. Isso acontece quando, por exemplo, um grupo defensor da paz utiliza táticas de violência (ainda que simbólicas) em sua ação. Um quadro também é inconsistente quando a mensagem é contraditória ou quando não há justificativa para a defesa da reivindicação.

A falta de credibilidade empírica faz referência à aproximação da reivindicação ao cotidiano do público. As pessoas, ao visualizarem um quadro expresso por um grupo ativista, realizam questionamentos acerca da causa, se ela as afeta, se faz parte da realidade que as cercam e se há possibilidade de concretização da exigência. Se as respostas forem negativas, é provável que pessoas não gastem esforços em uma ação na qual não acreditam.

Por fim, o fracasso de um quadro pode acontecer devido à imagem negativa ou baixo *status* social (como a falta de carisma e pouco conhecimento do assunto, a depender do tema reivindicado) dos articuladores dos quadros, que não geram confiança para os demais indivíduos.

A fim de evitar o fracasso, os organizadores da ação coletiva podem tentar diminuir esses acontecimentos indesejáveis e aumentar a difusão do quadro, através da alteração do quadro originário formado na tarefa de prognóstico. Os esforços estratégicos para vincular o interesse da ação coletiva para outros quadros mais consistentes dos indivíduos são chamados de processo de alinhamento de quadro⁵ (SNOW *et al*, 1988).

O alinhamento de quadro é essencial para forjar a participação na ação coletiva. Ele é o elo, a ligação entre o interesse coletivo com o individual. Algumas estratégias são aplicadas na comunicação para incentivar um maior alinhamento, como a escolha de um quadro mais genérico, a fim de englobar outras causas que sejam ideologicamente coerentes. Ou ainda, aproveitar os quadros que estão em voga na arena pública, expondo valores e discursos que atraem aliados.

Como enfatizam Snow e Benford (2000), a ampliação de quadros é um processo arriscado, pois pode gerar conflitos internos, entre os membros já compõem o coletivo. Outro desafio que a mudança o alinhamento de quadro pode impor é a perda do quadro original, pela construção de quadros mais fortes durante a transformação.

⁵Originalmente *frame alignment* (SNOW e BENFORD, 1988).

Para obter êxito no confronto político, com frequência, os protagonistas do confronto utilizam quadros mestres⁶, que são mais genéricos, mais flexíveis e abrangentes (BENFORD e SNOW, 2000). Nesse caso, podem-se incluir como quadros mestres as construções discursivas presentes em muitos movimentos sociais contemporâneos tais como a paz; a preservação da natureza; o combate à corrupção; a diversidade cultural; etc.

Com o alinhamento de quadros, grupos com interesses próximos se unem à ação coletiva, originando uma formação que é caracterizada por redes, pois não há uma relação e um compromisso forte como em um movimento social, mas há uma conexão pela comunicação que atua em conjunto para atingir objetos compartilhados entre seus integrantes.

1.1.1 A rede de ativismo

Embora as redes ampliem a difusão dos quadros durante o confronto político, elas não são formadas somente de forma estratégica, sua construção é resultado natural da ação coletiva. As pessoas ao se engajarem em uma mobilização carregam consigo um conjunto de conexões pré-estabelecidas com outros grupos. Cada novo membro é então um nó que liga o quadro da ação coletiva com suas redes formadas anteriormente (DELLA PORTA e DIANI, 2006).

O que atrai novos membros para participarem de uma rede é, além da crença do quadro em ação e do cálculo do custo-benefício do engajamento, o desejo de pertencimento social. Apresentando um vasto número de estudos sobre a participação política Della Porta e Diani (2006) argumentam que o engajamento corresponde a uma necessidade humana de aceitação perante a sociedade, pois fazer parte de um grupo social ou integrar uma rede de ativismo estabelece um laço social que promove o bem-estar e dá segurança através da identificação coletiva e cooperação com demais integrantes. Além dos laços sociais, atributos individuais também são variáveis que interferem no engajamento, maior grau de escolaridade; idade juvenil; profissões voltadas à proteção social e a diminuição das desigualdades; e habitantes de regiões de políticas mais progressistas tendem a se

⁶

Originalmente *master frame* (SNOW e BENFORD, 1986).

engajar em redes de mobilização com mais facilidade (DALTON,1996; NORRIS, 2002).

Além de recrutar espectadores (indivíduos que não participam de movimentos sociais ou outras formas de mobilização), a rede também conecta grupos já organizados e que possuem uma estrutura própria, a qual pode ser utilizada em prol dessa forma de cooperação. Enquanto o agrupamento de indivíduos em torno de uma causa através de rede sempre existiu na humanidade, a rede de movimentos é um fenômeno mais recente, que coincide com o advento da imprensa e o processo de globalização, que ampliaram a dimensão espacial das mobilizações e exigiram maior estrutura de mobilização (TARROW, 2009).

Por vezes, a rede de movimentos pode criar novos formatos de articulação que possibilitam aumentar a eficácia, a resistência e a longevidade da organização e de comunicação. Podem ser criados fóruns da sociedade civil, associações de entidades cívicas e até mesmo uma rede de ativismo transnacional (SCHERER-WARREN, 2006).

As redes desempenhariam um papel estratégico, enquanto elemento organizativo, articulador, informativo e de “atribuição de poder” (*empowerment*/empoderamento) de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos. As redes, enquanto estratégia de comunicação de “atribuir poder” são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas dos movimentos sociais como (2006, p. 222).

O conceito de rede tem sido central para pensar a atuação política contemporânea. Charles Tilly (1978), um dos expoentes da teoria dos processos políticos, é enfático ao afirmar que a formação de redes sociais é uma pré-condição para a existência do confronto político. No entanto, como critica Gerbaudo (2012), a aplicação do conceito na pesquisa sobre a mobilização política tem sido utilizada de modo ambíguo e, por vezes, ele é empregado como uma celebração das novas tecnologias de comunicação e informação (SHIRKY, 2011); como sinônimo de ciberespaço (McCAUGHEY e AYERS, 2003) ou, ainda, como organização horizontal e sem hierarquias (CASTELLS, 2013).

Diani e McAdam (2003) optam pela definição clássica de rede de social, a qual é conceituada, de modo genérico, como um conjunto de nós, ligados por algum tipo de relacionamento, e delimitado por alguns critérios específicos definidos pelos indivíduos e organizações que a compõem. Então, ela funciona como uma extensão

da ação coletiva, aumenta sua dimensão e poder de pressão social. Além disso, a rede de ativismo se difere de um movimento social, pois essa categoria analítica exige densas redes de solidariedade, enquanto em uma rede, os nós são mais fáceis de ser rompidos (TARROW, 2009). Portanto, a rede não se refere ao emprego de determinada tecnologia, e tampouco anula o exercício da hierarquia, como os líderes da mobilização (MELUCCI, 1996).

Embora a rede de ativismo não seja sinônima ao emprego da internet, pesquisas recentes (NORRIS, 2002; EARL e KIMPORT, 2011; TARROW, 2013) têm demonstrado que a incorporação dessa tecnologia no confronto tem aumentado a velocidade, diminuído os custos, as fronteiras e, com isso, alterando as táticas para conquista de visibilidade, denominado na perspectiva dos processos políticos, como o repertório de ação coletiva.

1.2 REPORTÓRIOS DO CONFRONTO

O repertório da ação coletiva é “o conjunto de meios que um grupo tem para fazer reivindicações de diferentes tipos em diferentes indivíduos” (TILLY, 1986, p. 2, tradução nossa⁷). A utilização do repertório tem um caráter performático no confronto político, sua função é de comunicar para os atores envolvidos seus descontentamentos, pressionando os antagonistas e atraindo aliados.

O repertório de confronto atua como um *menu* de diversas formas de se apresentar na arena pública e de se mobilizar, com diferentes custos e recursos técnicos. As opções que integram esse repositório são limitadas pelo aprendizado que os desafiadores possuem. Neste sentido, os líderes da ação coletiva possuem uma importante atuação na escolha do repertório. Como a liderança é geralmente ocupada por membros já experientes, esses articuladores possuem o conhecimento de mais estratégias e ferramentas, e podem avaliar os limites e os benefícios de cada tática para ser aplicada em determinada situação (TARROW, 2009).

Historicamente esse estoque de táticas para o confronto é alterado. Como mostra Tilly (1986), até o século XIX, o repertório tinha um âmbito estritamente local e realizado através de pressão ao detentor de poder mais próximo. As táticas mais

⁷ “whole set of means [a group] has for making claims of different types on different individuals” (Tilly 1986, p.2).

comuns nesse período envolviam violência e saques de grãos, além da perturbação pública através da música barulhenta.

Já no século XIX esse repertório é ampliado para as reivindicações nacionais, tais como a greve, reuniões públicas, marchas, petições, invasões a estabelecimentos públicos, entre outras táticas que não se limitam a um interesse exclusivamente local.

A mudança de repertório se deu porque a sociedade passou por transformações, houve a criação do Estado-nação, a difusão dos meios de comunicação e o desenvolvimento do sistema capitalista. Esses fenômenos diminuíram a centralidade cultural das comunidades, ampliaram as fronteiras e os fluxos de comunicação e, assim, possibilitaram maior grau de aprendizado e troca de experiências, que formaram novos repertórios, mais flexíveis e com maior autonomia diante dos líderes locais (TILLY, 1986).

Em relação ao repertório contemporâneo, tanto as táticas tradicionais, como o emprego da violência, com as estratégias modernas, como as petições, assembleias, audiências públicas continuam a guiar muitas ações de confronto político. Contudo, uma vasta literatura aponta o aumento desse repertório devido às recentes transformações sociais.

Earl e Kimport (2011) observaram, a partir da evidência empírica nos Estados Unidos, que a apropriação da internet pelos ativistas oferece duas grandes *affordances*⁸: a redução de custos para a criação, organização e participação em protestos; e a ampliação da ação coletiva sem a necessidade da presença no espaço e tempo.

As autoras argumentam que essas duas características remodelaram o repertório do confronto político, pois se criaram práticas de protesto que não existiam sem a utilização das tecnologias digitais, como os *e-movements* – movimentos sociais em que toda organização e participação ocorrem exclusivamente de forma virtual.

Outra alteração apontada por Earl e Kimport (2011) é a velocidade do processo de mobilização, pois o ciberativismo se molda rapidamente às oportunidades políticas que emergem. A conclusão das autoras é que a apropriação

⁸ O conceito, adaptado do design, se refere à maximização das possibilidades de ações que eram impossíveis ou dificultadas com o uso de tecnologias anteriores.

de tecnologias digitais pelos ativistas pode ampliar os repertórios de confronto já conhecidos e criar inovações.

No estudo realizado pelas autoras (2011), elas comparam três variáveis de repertório nos dois períodos estudados por Tilly (o tradicional e o moderno) com um repertório contemporâneo, denominado *repertório digital* (Tabela 1).

TABELA 1 – REPERTÓRIOS DE CONFRONTO

	Repertório tradicional	Repertório moderno	Repertório digital
Período	Até século XIX	Século XIX até o presente	Atual
Co-presença é um atributo do repertório	Sim	Sim	Coordenar ação coletiva também é possível sem a participação face a face
Limite da dimensão territorial	Comunitária	Nacional	Transnacional
Táticas associadas com campanhas de longo prazo	Não	Sim, a exemplo da formação de movimentos sociais e associações	Curtas, esporádicas, episódicas e campanhas duradoras são possíveis, assim como as campanhas sem conexões com grandes movimentos sociais
Táticas utilizadas com mais frequência	Saques, confrontos violentos e perturbação da ordem pública	Greves, panfletos, marchas, petições, ocupações, etc.	Petições <i>online</i> ; <i>tuitaços</i> ; campanhas virtuais em sites; envio de e-mails; organização de eventos pelas mídias sociais, além das táticas tradicionais e modernas com as <i>affordances</i> da internet

Fonte: Adaptado de Tilly (1978; 1986) e Earl e Kimport (2011)

Nessa comparação, ressalta-se que o repertório digital é parte componente do repertório contemporâneo, contudo, as táticas tradicionais e modernas não deixaram de existir. Ao contrário, elas foram incorporadas, ampliando as possibilidades da ação coletiva nos dias de hoje.

Ao indicar a criação do repertório digital também não se pretende afirmar que esse processo foi determinado pela criação de tecnologias de comunicação e informação, como a internet. Por outro lado, busca-se compreender qual o processo cultural que trouxe novas formas de relações sociais.

A globalização, juntamente as mudanças culturais, em boa medida, explicam as características do novo repertório. As transações econômicas se dão em mercado mundial, as comunicações são estabelecidas com pessoas de culturas

diversas. Há relação de dependência de trocas que não se limitam às comunidades ou nações, as quais fornecem uma interpretação cognitiva entre e os habitantes dos diversos continentes, que não se percebem somente como parte integrante de relações de laços presenciais (TARROW, 2009).

Contudo, como ressalta Tarrow (2009), embora haja o grande deslocamento de pessoas e de relações internacionais, o Estado-Nação ainda é componente de organização civil e as interações face a face ainda são relevantes nas formações identitárias. O autor sugere que ainda é antecipado proferir afirmações sobre uma ruptura das características da modernidade, mas que se pode dizer com segurança que há novas táticas e componentes nos desafiantes do confronto político. Uma das novidades é ampla difusão de informações através das mídias sociais digitais.

1.2.2 Repertório discursivo no Twitter

São muitas as plataformas que abrigam as práticas de ativismo na internet. No entanto, como a visibilidade é essencial para a mobilização política, sites de mídia social na internet, como os populares *Facebook* e *Twitter* são os mais comumente usados pelos articuladores do confronto político.

Compreendem-se essas plataformas, primeiramente, como mídia. Enquanto comunicação mediada, elas são espaços de construção de significados, que são expressos através de discursos resultantes da interação de indivíduos em sociedade. Nesse sentido, as mídias sociais digitais podem ser o equivalente contemporâneo do que o jornal comunitário, o cartaz, o panfleto ou o correio direto foram para o trabalho da ação coletiva (GERBAUDO, 2012).

Como toda mídia, possui especificidades que podem limitar facilitar ou bloquear o emprego de determinadas estratégias. O *Facebook*, por exemplo, possibilita que uma mensagem de caráter multimídia se expanda com uma velocidade maior que todas as mídias citadas acima.

O *Twitter* tem mecanismo bastante próximo ao *Facebook*. Mas em 2011, ano de grandes protestos no mundo (Revolução Árabe, *Occupy Wall Street*, Indignados, etc.⁹), Gerbaudo (2012) observou que essas duas plataformas foram apropriadas de

⁹ Ao listar essas mobilizações, não se pretende comparar com a mobilização política dos pontos de cultura, apenas se utilizou de exemplos ilustrativos para argumentar que o confronto com as mídias digitais também pode atingir grande impacto político.

forma um pouco distintas. Enquanto o microblog *Twitter* foi mais utilizado na preparação da mobilização política, na *coreografia da reunião*¹⁰ – metáfora criada por Gerbaudo (2012) para de definir a construção simbólica do espaço público que facilita e guia a reunião de um grande número de pessoas que se encontram dispersas fisicamente-, o *Facebook* foi utilizado como estratégia de ampliação dos públicos envolvidos.

Essa diferença aconteceu porque, segundo o autor, na época dos grandes protestos o *Twitter* era utilizado através dos mecanismos de seguidores, ou seja, cada usuário se comunica com quem de fato compartilha interesses. Já o *Facebook* fora utilizado, também, para a manutenção das interações que acontecem face a face, ou seja, com a família, colegas de trabalho e vizinhos. Essas interações nem sempre envolvem o compartilhamento do mesmo posicionamento político. Tais peculiaridades fizeram com que a plataforma fosse classificada pelos participantes de protesto como uma mídia com conteúdo “mais político” se comparado ao *Facebook*, enquanto essa última fora classificada como uma ferramenta de entretenimento e de conteúdo geral (GERBAUDO, 2012).

Com isso, observa-se que uma mídia, seja ela qual for, é o resultado da apropriação dos indivíduos de acordo com suas necessidades, porém suas especificidades técnicas interferem na forma com que os discursos se apresentam, com recursos de imagem, de som ou, ainda como multimodalidades.

O *Twitter* apresenta a informação publicada em sua plataforma através de postagens chamadas de *tweets*. Esse tipo de postagem é peculiar ao limitar as publicações a apenas 140 caracteres, que exigem que o discurso seja direto e resumido. Essa característica faz com que os *tweets* tenham muitas vezes *hyperlinks* para outras páginas na internet para que a leitura não se encerre na postagem, mas proporcione uma navegação hipertextual. O pequeno número de caracteres em um *post* também proporciona que a plataforma seja usada com facilidade nos dispositivos móveis, já que em aparelhos como os *smartphones* e *tablets* há um nível de desconforto maior ao escrever textos longos, que em microcomputadores de escritório, por exemplo (MURTHY; 2013).

No protesto político, além da comunicação para a formação de quadros interpretativos, é comum a tática de *tuitaços*. Essa estratégia consiste em

¹⁰ *Choreography of Assembly* (GERBAUDO, 2012).

compartilhar o maior número de vezes uma determinada expressão para que ela configure no assunto mais comentado (*trending topics*) na plataforma e, assim, ganhe atenção dos outros usuários da mídia social e da imprensa de modo geral, para aumentar sua repercussão e atingir determinados objetivos. É comum nos *tuitaços* o emprego *hashtag*, que é recurso com pode ser utilizado para uma palavra-chave ao ser adicionado o símbolo “#” se torne um hipertexto, fornecendo ligação para todas as publicações que forem marcadas da mesma forma.

Dessa forma características técnicas da ferramenta são aplicadas às construções culturais da ação coletiva e desenvolvem novas formas de narrativas, como a *hashtag* #15M, que se tornou a marca de apresentação da mobilização dos *Indignados*¹¹ na Espanha em 2011 e que tem sido reproduzida em protestos por todo o mundo (MALINI e ANTOUN, 2013).

O que se observa na apropriação das mídias sociais digitais, como o Twitter, na mobilização é que o repertório do confronto é construído de discursos. Destaca-se a linguagem como manifestação de palavras de ordem, uma forma de anunciar as mudanças requeridas (MELUCCI, 2001), ou ainda como afirma Tarrow (2013), um repertório discursivo.

O repertório discursivo é o conjunto de formatos de ação coletiva que se materializam através da linguagem. É uma característica do repertório da rede de ativismo uma vez que nessa modalidade de ação coletiva a conexão entre indivíduos dispersos é feito a partir do compartilhamento da mesma forma de comunicação e não exige alto grau de confiança, como em um movimento social cujas relações são densas (TARROW, 2013).

Na internet, o repertório discursivo se espalha e a comunicação muda com muita facilidade. Suas mudanças são velozes porque um número grande de membros e expectores utiliza-se da linguagem quase que simultaneamente e os indivíduos visualizam alterações no cenário político que abrem janelas ou fornecem barreiras para o confronto político.

¹¹

Sobre esse protesto ver mais em Castells (2013, p. 86 – 115).

1.3 OPORTUNIDADES POLÍTICAS

Os grupos ativistas políticos possuem constantes demandas a serem atendidas, sempre com questões latentes que preocupam esses grupos. Contudo, as manifestações de protesto são desenvolvidas de modo cessante – há períodos de intensificação e outros de ausência.

Há momentos em que os grupos visualizam como propícios para comunicar à sociedade seus descontentamentos. “O confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios” (TARROW, p. 18).

O conceito de oportunidade política, segundo Gamson e Meyer (1996), refere-se às dimensões do ambiente político que estimulam a ação coletiva na medida em que afetam as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso da ação. Essas dimensões devem ser consistentes – têm que oferecer horizontes seguros para a construção da mobilização – mas não necessariamente formais ou permanentes.

As oportunidades aumentam quando o acesso institucional se abre, seja porque há divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado (TARROW, 2009).

Portanto, o que desencadeia o confronto é um arranjo contingente de oportunidades e restrições políticas, que informam os atores sociais em disputa sobre como utilizar repertórios de confronto disponíveis para então ampliá-los e criar inovações pontuais.

Gamson e Meyer (1996) adotam definição ampliada de oportunidades políticas proposta por Tarrow ao incluírem as dinâmicas do sistema midiático. Segundo os autores, “a abertura e o fechamento do acesso e da atenção da mídia é um elemento crucial na definição de oportunidades políticas”.

Gamson e Meyer (idem) listam variáveis que podem ampliar ou diminuir as possibilidades de confronto aos protagonistas. Eles dividem a lista entre a dimensão institucional e a cultural. Na primeira, a institucional, considera a estabilidade e a organização das instituições políticas. Ao incluir também a dimensão cultural, eles passam a considerar os fatores relacionados ao comportamento social, as crenças, ideologias, consciência, etc.

Os fatores voláteis¹² que podem fornecer oportunidades ou restrições políticas no âmbito institucional do Estado são, segundo Gamson e Meyer (1996, p.398):

- a) mudança nas alianças políticas;
- b) rupturas entre elites;
- c) mudança de agenda política;
- d) capacidade de controle social;
- e) eleições;
- f) acesso aos meios de comunicação de massa;
- g) infraestrutura dos movimentos sociais;
- h) força de autonomia das organizações sociais;
- i) transformações econômicas e tecnológicas.

Na construção simbólica, o jornalismo ocupa papel central, segundo os autores. A imprensa não pertence nem ao campo dos protagonistas, nem dos antagonistas, embora possa cooperar mais fortemente com algum grupo, oferecendo acesso e posicionamentos favoráveis a apenas um campo.

Para que o confronto exista é necessário que as oportunidades políticas sejam visualizadas pelos ativistas. E é essa uma das funções do jornalismo no confronto: oferecer informações acerca das restrições a aberturas para a mobilização.

Há outra habilidade que o jornalismo exerce que pode contribuir ou não para à mobilização dos ativistas: a sua legitimação da ação coletiva. Conquistar a arena pública através da imprensa é um importante passo para a conquista de objetivos. No confronto político os ativistas têm menos poder, o que vai refletir na cobertura jornalística, cujas práticas tendem a privilegiar o ponto de vista de fontes seguras, institucionalizadas e oficiais.

Gamson e Meyer afirmam que a ação da imprensa não deve ser reduzida a uma visão unificada de mundo, mas é plural e complexa, uma vez que oferece apenas um posicionamento diante dos acontecimentos, mas é um espaço de constantes disputas.

¹² Há também fatores estáveis que acontecem a longo prazo. Não são abordados nesta pesquisa, pois analisa-se a dinâmica em um curto período de tempo.

Os jornalistas desenvolvem argumentos e criam imagens que servem de suporte para as interpretações concretas. Mas, por outro lado, os meios são também o espaço físico, a arena que dá lugar a controvérsias simbólicas entre os defensores de significados, entre eles, os movimentos sociais (GAMSON e MEYER, 1996, p. 408, tradução nossa¹³).

A percepção de que existem mudanças no contexto que podem atuar como facilitadoras do confronto se dá no processo de enquadramento. A formação de quadros da ação coletiva ocorre juntamente as oportunidades e restrições. Desse modo, “os quadros de significação imputados ou construídos não são fixos ou estáticos, mas estão sujeitos a alterações como as mudanças de contexto social” (SNOW, 2004, p. 417) ou, ainda, as oportunidades são o “campo de jogo em que o enquadramento acontece¹⁴” (GAMSON, 2004, p. 249). Uma característica desse campo de confronto na mobilização contemporânea é que ele se dá dentro do Estado, não visa a mudança para outro regime político ou sistema econômico, mas, por outro lado, busca interferir diretamente na construção de políticas públicas.

1.4 CONFRONTO POLÍTICO E O ESTADO BRASILEIRO

Nas democracias contemporâneas, a participação política pode ser praticada através da cooperação entre os governantes e os ativistas. A depender da abertura fornecida pelo Estado, integrantes da sociedade civil podem participar da construção e avaliação de políticas públicas, antes vista como uma atribuição exclusiva dos gestores (NORRIS, 2002).

No Brasil, essa inclusão da sociedade civil tem seu marco na Constituição de 1988, que prevê a abertura de novos canais institucionais de participação, ao estabelecer o controle social das políticas públicas com a participação dos movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais, os quais têm aproveitado dessa oportunidade política para reivindicar novas demandas e novas agendas políticas (HOROCHOVSKI, 2007, p.18).

Para Lüchmann (2011), essa nova estrutura de organização da política, criou arranjos associativos, que agora se formam através de conselhos, fóruns, comitês e outros órgãos com status deliberativo ou consultivo. Se por um lado a

¹³ “Los periodistas desarrollan argumentos y crear imágenes que sirven de soporte a interpretaciones concretas. Pero, por otro lado, los medios de comunicación son asimismo el espacio físico, la arena en la que tienen lugar las controversias entre los defensores de significados, entre ellos, los movimientos sociales”.

¹⁴ “The playing field in which framing context occurs” (Gamson 2004, p.249).

institucionalização da participação social aumenta os canais de participação, por outro, ela gera uma institucionalização de muitas organizações que diminuem seu grau de autonomia (JOHNSTON, 2011).

Essa institucionalização da participação social é um fenômeno presente que caracteriza muitas políticas públicas. Quando não se abre espaço para essa interação, a restrição política passa a ser um motivo para o início do confronto político. Dessa forma a mudança na agenda política (KINGDON, 2011), se diagnosticado no processo de enquadramento, provoca a abertura de uma oportunidade política.

No próximo capítulo apresenta-se o argumento que a mudança na agenda política do Ministério da Cultura abriu uma janela de oportunidades para o início do confronto político. Discorre-se ainda que a institucionalização de canais de participação e de comunicação no desenho institucional do Programa Cultura Viva favoreceu conexões estruturais entre membros da política para a formação da rede de ativismo.

2 PROGRAMA CULTURA VIVA E A POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

A criação dos pontos de cultura no Brasil em 2004 apresentou duas inovações nas políticas públicas culturais desenvolvidas pelo governo federal. A primeira novidade se refere à inclusão de temas que antes que não tinham um atendimento específico pelo Ministério da Cultura. A segunda inovação foi o desenho institucional do Programa Cultura Viva, que prevê espaços de participação dos grupos beneficiados na sua discussão e execução.

Argumenta-se neste capítulo que essas duas inovações, diferentes das outras políticas públicas culturais desenvolvidas até então, proporcionaram a integração e fluxos de comunicação entre os atores políticos, desenvolvendo uma rede social de pontos de cultura em prol da manutenção do programa. Para essa assertiva, compara-se o desenho e o público-alvo do Cultura Viva com a política de incentivo fiscal, que através da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, ficou conhecida com Lei Rouanet, principal ação governamental no campo cultural.

O Programa Cultura Viva e a Lei Rouanet são compreendidos como resultado de distintas políticas públicas adotadas pelo Ministério da Cultura, pois como afirma Bucci (2006), o conceito se refere ao conjunto de decisões que envolvem a escolha de diretrizes, planejamento e seleção do público-alvo e de meios para sua melhor execução.

(...) política pública é programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à consecução e o intervalo de tempo em que se separa o atingimento dos resultados (2006, p. 39).

Como discorre Simis (2007), através de uma política pública se pode observar qual é a agenda que é priorizada em determinada gestão. Isto é, através da análise de seus objetivos, público-alvo e recursos é possível identificar a priorização e os esforços para a inclusão de determinados temas em detrimento de outros. Ou, ainda, como ressalta Simis (2007), a criação de uma política pode

ampliar a agenda, para reduzir desigualdades em favorecimento de um determinado segmento cultural.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

O desenvolvimento de políticas públicas culturais no âmbito do governo federal brasileiro aconteceu a partir de Getúlio Vargas. A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e o comando da pasta por Gustavo Capanema em 1934, foram os marcos do início das ações governamentais voltadas ao setor cultural, já que até então existam apenas políticas culturais localizadas, isto é, a ausência de política pública de cultura no âmbito federal.

O governo de Vargas e a administração de Capanema incentivaram a criação de instituições voltadas à cultura, tais como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN em 1937); o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); o Serviço Nacional de Teatro (1937); o Instituto Nacional do Livro (1937) e o Conselho Nacional de Cultura (1938).

A política cultural nesse período, no entanto, era exercida com autoritarismo, como na atuação do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) que buscava “reprimir e cooptar o setor cultural” (RUBIM, 2007, p. 104). Outra característica destacada pelo autor é a concepção de cultura enquanto projeto de unidade na nação, por meio dos valores de brasilidade e do nacionalismo.

É nesse período que na administração pública houve a racionalização dos processos, que segundo Calabre (2009, p.17) tinha o objetivo de “romper com a tradição de uma república oligárquica”. Enquanto algumas parcerias eram distanciadas no governo de Vargas, outras eram criadas, como a satisfação dos anseios de entretenimento da elite que valorizava, sobretudo, a cultura como produção intelectual clássica e como lazer (CALABRE, 2009).

Concluída a gestão Gustavo Capanema no ministério da Educação e da Saúde em 1945, poucas ações nos anos posteriores incluíram a cultura na agenda política do governo federal. Em 1953 foi criado o Ministério da Educação e Cultura (MEC), porém a nova pasta não apresentou significativas inovações na política

cultural até então. A estratégia adotada nesse período era apoiar, com recursos públicos, espaços privados de arte, como teatros e museus (RUBIM, 2007).

A administração de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi marcada pelas ações desenvolvimentistas, como o incentivo a construções arquitetônicas grandiosas, com estética contemporânea. Contudo, outras ações nos demais segmentos artísticos não eram o foco do governo, que não empenhou recursos financeiros em políticas públicas culturais (CALABRE, 2009).

Em 1964 com a ditadura militar, há o cerceamento da liberdade de criação através da repressão com violência e da censura das obras que não fossem alinhadas com as diretrizes do regime. Nesse período também houve maior centralização no controle das tecnologias audiovisuais, como medida de “segurança nacional” (RUBIM, 2007, p. 106). Até 1970 o MEC tinha sua estrutura organizacional voltada exclusivamente à educação. É apenas com o decreto 66.967 que se cria o Departamento de Assuntos Culturais – DAC.

Em 1974 se inicia, ainda que de forma “lenta e gradual”, um processo de abertura política do regime militar. Com a gestão do ministério por Ney Braga (1974-1978) são criadas instituições que fortalecem o setor cultural no Brasil, como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional das Artes (Funarte) (CALABRE, 2007).

Em 1975 é elaborada pela primeira vez a Política Nacional de Cultura (PNC) com metas e diretrizes específicas para a área. O objetivo do plano era “aspirar uma verdadeira política cultural” que promovesse “a defesa e a constante valorização da cultura nacional” (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA, 1975, p. 14). Como destaca Barbalho (2007) a agenda política cultural estabelecida pelo PNC visou o alinhamento desse setor ao interesse do regime autoritário: o fortalecimento de um imaginário integrador, de unicidade do povo.

A perspectiva essencialista de identidade do PNC se revela nos valores a que se aspira preservar: originalidade, genuinidade, peculiaridade, enraizamento, tradição, fixidez, personalidade, vocação, perenidade, consciência nacional. Sempre levando em conta as dimensões regional e nacional, estando a primeira submetida à segunda. A pluralidade que surge em algumas regiões se dilui no sincretismo, marca da brasilidade. Este é o significado peculiar da cultura brasileira e da personalidade de seu povo, “esta capacidade de aceitar, de absorver, de refundir, de criar” (BARBALHO, 2007, p. 7).

Esses ideais permaneceram na condução da política cultural Brasil até 1984 com o regime autoritário. Como destaca Rubim (2007, p. 07), com o fim da ditadura, a criação do Ministério da Cultura foi reivindicada pelo movimento de oposição ao regime, dos secretários estaduais de cultura e alguns setores artísticos e intelectuais para que “o novo governo democrático, instalado em 1985, reconheça a cultura e a contemple com um ministério singular”.

José Sarney criou então o Ministério da Cultura (MinC) em 15 de março de 1985 para dar autonomia à administração setorial. Contudo, como discorre Calabre (2007), o MinC inicia com poucos recursos, sem estrutura física e de pessoal. A agenda política nesse momento foi marcada pela instabilidade, pois além das dificuldades estruturais, o MinC teve várias mudanças de ministros (RUBIM, 2007).

Até 1990 a pasta foi comandada por cinco ministros: José Aparecido, de março a maio de 1985; Aluísio Pimenta, de maio de 1985 a junho de 1986; Celso Furtado, de fevereiro de 1986 a julho de 1988; Hugo Napoleão do Rego Neto, de julho a setembro de 1988; e José Aparecido, de setembro de 1988 a março de 1990.

Para tentar sanar a falta de recursos, o MinC criou em 1986 a política de incentivo fiscal, a Lei Sarney. Essa forma de financiamento, em linhas gerais, consistia na isenção fiscal do setor privado que aplicar investimento no setor cultural. Essa prática repassou à iniciativa privada a escolha dos beneficiários do recurso originalmente público no país. Para Sarney (2000, p. 38), o objetivo da lei era que o Estado ao se ausentar garantisse “um espírito imensamente descentralizador, que transferia para a sociedade a iniciativa dos projetos, a mobilização dos recursos e o controle de sua aplicação”.

Essa legislação gerou críticas de muitos grupos envolvidos no setor cultural, que exigiram mudanças na política cultural. Entre as críticas estavam a falta de revisão técnica e de fiscalização.

o pouco controle do poder público foi o calcanhar de Aquiles da lei. Acusada de vulnerabilidade e de facilitar a sonegação e a evasão fiscal, não sobreviveu ao novo mandato presidencial. Outra crítica à Lei Sarney era a de que não distinguia entre os produtos culturais aqueles que eram viáveis comercialmente daqueles que necessitavam de apoio público (BARBALHO, 2007, p.9).

Em 1990, com a entrada de Fernando Collor na presidência, a lei Sarney é derrubada, junto com a extinção do Ministério da Cultura. Rebaixada para

Secretaria, a pasta de Cultura comandada por Sérgio Paulo Rouanet, criou em 1991 a lei que recebe o nome do secretário. A lei Rouanet é semelhante à antecessora, mas trouxe como novidades a necessidade de aprovação prévia dos projetos requerentes pela Secretaria de Cultura e a limitação dos valores de renúncia fiscal.

O MinC foi recriado em 1993 pelo presidente Itamar Franco. Nessa gestão criou-se a lei de incentivo ao audiovisual, consolidando a política cultural de centralidade na lógica do mercado.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a tradição de ausência do Estado no setor cultural é continuada. São ampliados os incentivos para a lei Rouanet e a lei do audiovisual, como o aumento do teto de renúncia fiscal de 2% a 5%. É na gestão de Francisco Weffort no MinC (1994 – 2002) que é publicada a cartilha *Cultura é um bom negócio* (Ministério da Cultura, 1995), que teve o objetivo de atrair empresas para a destinação dos impostos, e que ressaltava a cultura enquanto produto a ser consumido (RUBIM, 2007). Na avaliação de Calabre (2009, p.8), a gestão Weffort reforçou o controle do mercado na distribuição de recursos públicos destinados ao setor cultural.

isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do Ministério na gestão Weffort.

Com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), a Lei Rouanet continuou a ser amplamente utilizada e houve aumento nos recursos captados através desse mecanismo (como mostra a Tabela 2). O próprio Gilberto Gil no seu discurso de posse no Ministério da Cultura ressaltou essa política, ao afirmar que “é claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância” (2011, p. 231). No entanto, ele criticou a redução das políticas de cultura e a ausência do Estado.

Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado – que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos (GIL, 2013, p. 231).

Na visão de Gilberto Gil, a cultura não poderia ser como uma classe artística, separada dos cidadãos. Segundo ele, a cultura tem sentido antropológico, “como a dimensão simbólica de existência social brasileira. (...) Como espaço da realização da cidadania e de superação da exclusão social” (2013, p. 239).

TABELA 2 - VALORES CAPTADOS PELA LEI ROUANET (1993-2010)

Ano	Captação (em reais)
1993	21.212,78
1994	533.751,57
1995	12.913.764,52
1996	111.703.236,39
1997	207.949.307,41
1998	232.573.368,83
1999	211.370.509,24
2000	290.013.845,79
2001	368.051.066,04
2002	344.632.188,26
2003	430.843.947,10
2004	511.748.402,00
2005	725.551.102,39
2006	854.122.869,48
2007	989.810.497,83
2008	960.376.262,90
2009	979.933.815,81
2010	1.162.782.265,72
TOTAL	8.394.931.414,05

Fonte: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura do MinC (Salic, 2012)

A ampliação da noção de cultura expressa nos discursos do Gilberto Gil tem reflexo em suas políticas culturais, ao incluir grupos de minorias enquanto público-alvo de editais de financiamento de suas práticas culturais, tais como: culturas populares; afro-brasileiras; ciganas; indígenas; de gênero; das periferias; da mídia audiovisual; de desenvolvimento de softwares livres; entre outras.

Essa ampliação na agenda pode ser observada principalmente no programa Cultura Viva, que se tornou a política de maior investimento direto por parte do Ministério da Cultura.

2.2 PROGRAMA CULTURA VIVA

O Programa Cultura Viva foi criado em julho de 2004 pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (MinC) do governo federal brasileiro durante o governo do ex-presidente Lula. O Programa consiste na

transferência de recursos federais a projetos de associações culturais com atuação no setor há pelo menos dois anos. O objetivo geral é “de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (BRASIL, 2004).

O Cultura Viva foi criado na gestão ministro Gilberto Passos Gil Moreira – Gilberto Gil –, que ocupou o cargo até 2008. Segundo ele/o ministro, sua gestão tinha o propósito de priorizar o protagonismo popular, difundir e ampliar a produção cultural que já existia, e – para ele – essa ação foi possível como o Programa Cultura Viva (SILVA e MIDDLEJ, 2011, p. 121). Para a efetivação do Programa, segundo o ex-ministro do MinC, era necessário:

(...) potencializar as energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, estimulando a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural, além de “valorizar a experiência local” e as ações já desenvolvidas pelas comunidades, ampliar o repertório cultural das mesmas e incentivar o fazer e a criatividade local (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Rubim (2008, p. 19) avalia que a gestão de Gilberto Gil significa “não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa um contraponto ao autoritarismo e a busca da democratização das políticas culturais”.

A abertura democrática apontada por Rubim é também descrita na avaliação da trajetória das políticas culturais no Brasil, de Aline Carvalho (2009). Ela aponta que na década de 1990 a sociedade civil, principalmente as Organizações Não Governamentais, já tinha atuação no setor cultural como gestora de projetos. Contudo, foi com a criação do Programa Cultura Viva que houve a consolidação de iniciativas populares e também maior articulação entre os grupos culturais.

Gilberto Gil deixou o Ministério da Cultura em agosto de 2008, para se dedicar à carreira musical. João Luiz Silva Ferreira – Juca Ferreira – foi o substituto. Juca Ferreira ocupava o segundo cargo de nível hierárquico do Ministério da Cultura, o cargo de secretário-executivo. O novo ministro deu continuidade aos programas do Ministério da Cultura, incluindo o Cultura Viva (SILVA e MIDDLEJ, 2011, p. 130).

2.2.1 Pontos de Cultura

Os pontos de cultura são a principal ação do Programa Cultura Viva. A criação dos pontos de cultura se dá a partir do lançamento, pelo MinC, de editais para financiar projetos de grupos culturais com atuação nessa área há pelos menos dois anos. Os projetos são avaliados e, dentro da verba estimada, são firmados acordos com o Ministério – que geralmente duram dois anos, com a previsão de renovação (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004).

Os grupos culturais contemplados, que passam a ser chamados “pontos de cultura” são heterogêneos, ou seja, podem reunir manifestações culturais diversas, a exemplo: teatro, hip hop, capoeira, leitura, produção audiovisual, entre outros; desde que sejam direcionadas ao público-alvo:

Art. 4º O Programa CULTURA VIVA se destina à população de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais, quilombolas e gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural. (BRASIL, Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005).

No início do Programa Cultura Viva, a gestão da política era realizada com vínculo direto da organização com o Ministério da Cultura. Com o crescimento do número de pontos de cultura, a gestão foi descentralizada, na qual governos municipais e estaduais passaram a gerenciar os recursos do programa. Contudo, as diretrizes do Cultura Viva, objetivos, e metodologia de desenvolvimento do Programa deveriam ser respeitados.

Da criação do Programa em 2004 até 2011 foram criados 3.670 pontos de cultura no Brasil, sendo 679 pontos com vínculo direto ao Ministério da Cultura, 714 pontos gerenciados pelo poder municipal e 2.277 pelos governos estaduais (ROLLENBERG, 2012).

Em avaliação feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi realizada uma tipologia, na qual se observou três tipos de pontos de cultura, de acordo com a referência do que a política Cultura Viva representava ao grupo cultural. Um dos tipos é descrito como pontos-projetos, “as instituições que passaram a realizar atividades integralmente como pontos de cultura, não possuem outra fonte de recursos, não desenvolvem outros projetos e tampouco possuem forte atuação política em rede” (IPEA, 2011, p. 61).



IMAGEM 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA NO BRASIL
Fonte: ROLLENBERG (2012)

Outro tipo observado é o ponto de ação cultural. São instituições com forte vínculo às comunidades que se inserem e que já desenvolviam ações, embora com poucos recursos. Quando o grupo cultural passa a receber recursos do Cultura Viva, esse passa a ser a maior, senão única, fonte de financiamento, tendo no ponto de cultura, sua principal ação. Nesses dois tipos caracterizados pelo IPEA, os grupos são pequenos e os recursos do Ministério da Cultura são fundamentais para sua vitalidade (IPEA, 2011, p. 62).

Como terceiro tipo, tem-se o exemplo de ponto de cultura executado em Curitiba, o ponto de cultura Educamídia, desenvolvido pela ONG Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência. O Educamídia é um projeto de ações educacionais com adolescentes em escolas da região metropolitana de Curitiba. Embora o ponto de cultura tenha dado viabilidade para esse projeto específico, a Ciranda – enquanto ONG – já existia e continuaria a existir executando outros projetos, independentemente da verba do Programa Cultura Viva. Essas instituições, segundo o IPEA, têm maior autonomia em relação ao MinC e sua

capacidade articuladora como mobilizadora e de participação em rede é maior (IPEA, 62, 2011).

2.2.2 Identidade coletiva dos pontos de cultura

No caso das organizações pontos de cultura, qual seria a identidade ou identidades do coletivo? Se há organizações que atuam em setores muitas vezes distintos, ainda que sobre área da cultura, o que criaria vínculo entre essas organizações?

Em avaliação feita Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2011 ao ouvir membros dos pontos cultura, a pesquisa concluiu que existe forte processo de identificação, a começar pelo nome “pontos de cultura” (IPEA, 2011, p.53). Muitas das instituições alteraram sua nomenclatura. No município de Ponta Grossa, no Paraná, por exemplo, uma iniciativa popular denominada Bando da Leitura, optou pela marca “Ponto de Leitura”, com o ingresso no Programa Cultura Viva.

A afirmação da identidade de pontos de cultura é um processo político, integrado ao conjunto das atividades realizadas, ou seja, a instituição torna-se ponto de cultura e não apenas o projeto específico de seu plano de trabalho ou a ação pontual prevista em seu convênio. (IPEA, 2011, 53).

Na avaliação do IPEA também se constatou que instituições que haviam encerrado o convênio com o Ministério da Cultura continuaram a utilizar a denominação “ponto de cultura”. Os membros dos grupos também se identificam como “ponteiros”.

A avaliação concluiu que através da marca proporcionada do programa e dos dilemas¹⁵ compartilhados através da relação de recursos com o Ministério da Cultura, além da centralidade das ações dos diferentes grupos serem na área da cultura, criaram-se identificações, porém, somente essas características não garantiriam a identidade coletiva sem a articulação dos grupos, a qual proporcionada pela própria política através da Rede Cultura Viva.

Desde o preâmbulo do Programa Cultura Viva, foi-se destacado pelos seus criadores a importância de articulações entre os grupos e dos grupos nas suas

¹⁵ O principal dilema ou obstáculo que os pontos de cultura enfrentam é a não continuidade do Programa Cultura Viva, assim como a escassez de recursos financeiros do Ministério da Cultura.

relações com as demais instituições da sociedade. O historiador Célio Turino foi o secretário de Programa e Projetos de Gilberto Gil e responsável pela formulação do Cultura Viva. Ele descreve o programa como uma rede, a rede Cultura Viva:

A rede Cultura Viva deve ser maleável, menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade e por isso ágil e tolerante, como um organismo vivo. O objetivo é fazer uma integração dos pontos em uma rede global que acontece a partir das necessidades e ações locais (TURINO, 2005, p. 138).

A interação dos pontos se efetivou diante de várias ações. Entre elas, as *teias*. Teia é o encontro nacional dos pontos de cultura, realizado a partir de 2006 com sua última edição em 2010. Nas teias eram realizadas trocas de experiências, debates, oficinas, entre outras ações. Além da teia nacional, foram organizadas teias regionais e locais. A participação na teia era obrigatória aos pontos de cultura, prevista como a exigência nos editais aos contemplados.

Outra ação de encontro promovida pelo desenho institucional da política foi a criação de pontões de cultura. Os pontões, assim como os pontos de cultura, foram criados a partir de editais públicos. A função principal das organizações selecionadas nessa modalidade é de articulação e capacitação de no mínimo dez pontos de cultura. Eles podem ser caracterizados por articular os coletivos por atividade temática, como os pontões de cultura digital – que atuam no compartilhamento de tecnologias livres. Ou podem ser geográficos – como o pontão Kuai Tema, da organização não governamental Soylocoporti, responsável pela comunicação entre os pontos de cultura paranaenses.

A partir de encontros presenciais (as teias) e articulação por interesses segmentados e geográficos (pontões de cultura), foi-se potencializado a criação e fortalecimento de vínculos entre os membros de diferentes pontos de cultura. Pode-se afirmar que os encontros presenciais foram importantes para construção da identidade coletiva, já os pontões tiveram o papel de fortalecimento de vínculos.

Henriques (2007, p. 44) desenvolve um esquema de níveis de vínculos entre membros das organizações sociais. Para o autor, quanto maior o fator de identificação entre os participantes, mais consistente é seu vínculo e, por conseguinte, maior a probabilidade das iniciativas temporárias e fluidas se tornarem de maior corresponsabilidade e institucionalizadas.

A vinculação que gera a ação entre os indivíduos é caracterizada pelo autor por um processo cultural e não material.

Fatores de identificação são quaisquer elementos que constituem o referencial simbólico de causa de um projeto de mobilização social, capazes de gerar sentimentos de reconhecimento, pertencimento e corresponsabilidade nos públicos do projeto. O efeito dos mesmos opera no campo do simbólico e do não palpável, mesmo quando esses elementos possam ser materialmente observados, tocados ou apropriados. (HENRIQUES, 2007, p. 82).

Como destacam Toro e Wetneck (2004, p. 13), a conversação tem um papel fundamental na formação de vínculos, na medida em que a comunicação – enquanto mobilização – é utilizada para “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”.

As interações entre os atores da política é uma das principais diferenças com as outras políticas culturais adotadas até então. Embora assim como a Lei Rouanet, o Cultura Viva transfira recursos públicos para organizações-não governamentais, as diferenças no desenho institucional pode ser observadas em quatro aspectos (quadro 1).

	Lei Rouanet	Cultura Viva
Modelo de financiamento	Indireto. Isenção fiscal para o setor privado	Direto. Repasse de verba pública
Participação dos beneficiários na construção da política	Ausente	Através da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
Intercâmbio entre os beneficiários	Ausente	Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, Encontros presenciais (teias), ferramentas próprias de comunicação
Acompanhamento da execução pelo governo federal	Relatório	Relatórios, visitas periódicas e consultoria local
Capacitação dos beneficiários	Ausente	Através dos pontões de cultura
Seleção dos beneficiários	Setor privado	Editais públicos

QUADRO 1 – Comparação do desenho institucional da Lei Rouanet e com o do Programa Cultura Viva Fonte: Organização do autor com base na Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 e del Claro (2013)

2.2.3 Comissão Nacional de Pontos de Cultura

Em 2007 o MinC institui a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNdPC) com o objetivo “de incluir representantes das organizações nas discussões do programa” (DEL CLARO, 2011, p.13). A CNdPC é composta por 27 membros titulares representantes das unidades federativas e 30 membros titulares representantes de grupos temáticos¹⁶, todos pertencentes a algum ponto de cultura, eleitos através do Fórum de Pontos de Cultura. Embora tenha surgido a partir do desenho institucional da política cultural, a CNdPC se define como autônoma.

O grupo, que se articula através da Rede Nacional de Pontos de Cultura, é um movimento autônomo que cobra do Estado e, ao mesmo tempo, contribui com ele, abrindo canais de diálogo para avançar nas políticas públicas; com destaque para o Programa Cultura Viva, Mais Cultura e Sistema Nacional de Cultura (CNdPC, 2009).

Os encontros nacionais de Pontos de Cultura – teias – passaram a ser organizados pela CNdPC e não mais pelo Ministério da Cultura. Segundo o regimento interno da CNdPC, a comissão é parte integrante da política cultural.

A CNdPC têm como objetivo geral garantir o fortalecimento dos pontos de cultura em todo o território brasileiro, sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais no país. (CNPdC, Regimento interno de 2 de setembro de 2009).

As ferramentas de comunicação auxiliaram no processo de intercâmbio entre as organizações, que depois se tornaria um recurso disponível para a mobilização política. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura iniciou sua divulgação na internet – além da lista de e-mail e das mídias sociais.

Em novembro de 2010, a CNdPC cria uma plataforma colaborativa própria, denominada Rede Nacional dos Pontos de Cultura¹⁷. No site há um sistema de comunicação, que possibilita a participação e produção de conteúdo de forma colaborativa. Denominado *Delibera*, segundo sua descrição.

é o novo sistema de comunicação e deliberação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, ele proporciona um ambiente em que os Representantes da CNdPC podem “Propor pautas para discussão”, “Participar dos debates”, “Propor encaminhamentos” e “Votar nas propostas”, reproduzindo na WEB,

¹⁶

O Anexo I contém a lista de representantes e e grupos temáticos atuantes em 2011.

¹⁷

Disponível em <<http://pontosdecultura.org.br>> Acesso 13 mai 2013.

de forma transparente e segura reuniões presenciais dos representantes. Além disto, o sistema garante uma espécie de 'Controle Social', exercido por Pontos de Cultura e demais interessados, permitindo que qualquer pessoa cadastrada possa comentar todo o processo de deliberação da Comissão Nacional e fiscalizar de que forma cada representante se posiciona nos diversos assuntos em discussão. (CNPdC, 2009)

O sistema funciona através de pautas. Cria-se uma pauta por qualquer usuário cadastrado, é debatida (através de comentários), pontos específicos são colocados em votação, que podem vir a gerar resoluções ou não. Dezesseis pautas foram acatadas pela maioria dos membros até 2011 e são principalmente referentes à organização da Rede de Pontos de Cultura (11 resoluções).

Outra forma de articulação da rede é através do mibroblog Twitter. Administrado pela CNPdC, em 2011 o perfil @pontosdecultura já tinha 2947 seguidores. A responsabilidade da comunicação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura fica a cargo do Grupo de Trabalho Cultura Digital.

2.2.4 Ação Cultura Digital

O marco de referência da utilização do termo Cultura Digital no Brasil está associado à criação do Programa Cultura Viva com a ação homônima. Inicialmente a ação esteve voltada para a apropriação tecnológica das entidades que são beneficiados com recursos públicos no Programa Cultura Viva, os pontos de cultura. Através da ação os pontos de cultura receberam kits multimídia – com computadores, gravador de áudio, câmeras filmadoras – para possibilitar o compartilhamento de informações que haviam sido desenvolvidas pelos pontos de cultura, além de criar uma rede de trocas de informações entre os beneficiários do Programa.

Os pontos de cultura assumiam o compromisso, a partir da determinação da Ação Cultura Digital, de utilizar softwares livres para disseminação de conhecimentos em código aberto (sem restrição de direito autoral para produzir e distribuir os conhecimentos gerados). Para facilitar o uso das tecnologias em software livre e capacitar os ponteiros, o Ministério da Cultura lançou editais para a criação de pontões de cultura digital. Outra função dos pontões era articular a rede de pontos de cultura, propiciando a comunicação entre os grupos integrantes do Programa Cultura Viva.

Segundo o diretor da Ação Cultura Digital Caio Prado¹⁸, a política adotada buscava permitir a integração entre as ações do governo com os grupos e artistas populares.

Estamos hackeando a cultura. A sinergia entre os movimentos culturais de ponta e a comunidade é nossa meta. Uma equipe de 80 pessoas em várias comunidades de todo o país está levando até os grotões os três conceitos-chave do Programa Cultura Digital do Ministério da Cultura: direitos autorais, internet e softwares livres. Os estúdios multimídia revolucionam as relações de trabalho e colocam produtores em contato direto com os consumidores. Não há mais necessidade de empresário, do atravessador. A tribo no meio da mata é capaz de montar um site, mostrar e vender seu trabalho para consumidores alemães, franceses, japoneses. E de ganhar muito mais, em mais de um sentido (PRADO, 2005).

No desenvolvimento da ação, os pontões de Cultura Digital criaram plataformas digitais para a conversação *online*. Entre os sites criados destacam-se o Estúdio Livre¹⁹, que possibilitou o desenvolvimento e compartilhamento de softwares livres e também o iTEIA²⁰, o qual propiciou a divulgação das ações dos pontos de cultura e o debate sobre o Programa Cultura Viva. Em julho de 2009, o MinC desenvolve a plataforma CulturaDigital.br²¹, que possibilita a discussão através de fóruns entre os produtores e artistas culturais brasileiros.

A ação Cultura Digital conseguiu agregar entidades e coletivos que já atuavam com ferramentas colaborativas como o movimento Software Livre e o movimento Mídia Tática, ou mídia ativista como sugere Prudencio (2006), em oposição à mídia *mainstream*. O governo federal, através do MinC reconheceu o movimento no Brasil em defesa dos conhecimentos livres.

O Ministério da Cultura, ainda no início de 2003 com a posse de Gilberto Gil, logo adere, dialoga e passa a colaborar com essa política de conhecimentos livres gestada no Governo, ampliando as discussões com um prisma cultural sobre as questões de tecnologia da informação e comunicação (MEIRELES et al; 2009, p. 115).

Em novembro de 2009 é realizado o I Fórum da Cultura Digital, que ampliou as interações presenciais entre os membros da ação. Em novembro do ano seguinte foi realizada a segunda edição do Fórum. Os ativistas presentes aproveitam a

¹⁸ Entrevista de concedida à revista Raiz. Disponível em: <http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=48&Itemid=62> . Acesso em 20 de abril de 2013.

¹⁹ Disponível em <<http://www.estudiolivre.org>> Acesso 13 mai 2013.

²⁰ Disponível em <<http://www.iteia.org.br>> Acesso 13 mai 2013.

²¹ Disponível em <<http://culturadigital.br>> Acesso 13 mai 2013.

oportunidade para criar o Movimento Cultura Digital, o qual surgiu da necessidade de conquistar autonomia de gestão dos pontos de cultura digital em relação ao Ministério da Cultura.

2.3 RUPTURA DA AGENDA DO PROGRAMA CULTURA VIVA E O INÍCIO DO CONFRONTO POLÍTICO

Em 2010, na gestão de Juca Ferreira, como mostra a tabela 3, há diminuição de recursos pagos ao programa Cultura Viva (tabela 3). No entanto, ainda assim há apoio de grande parte dos pontos de cultura que expressaram no Twitter o desejo da continuidade do ministro no cargo, com a campanha #ficajuca²² no final de 2010, com a eleição de Dilma, pois como afirma o então integrante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura Érico Massoli²³ (2012), “houve uma continuidade das ações do Gilberto Gil e a visão de cultura antropológica permaneceu”.

TABELA 3 – PAGAMENTO DO PROGRAMA CULTURA VIVA PELO GOVERNO FEDERAL (2004 – 2011)

Ano	Valor pago (em reais)
2004	1.324.192,06
2005	28.923.190,37
2006	16.897.585,22
2007	12.015.080,10
2008	23.983.903,11
2009	36.002.160,46
2010	14.436.324,60
2011	12.247.842,72

FONTE: Rollemberg (2012)

Com a substituição do ministro Juca Ferreira pela ministra Anna Maria Buarque de Hollanda no início de 2011 no governo da presidenta Dilma Rousseff, os pontos de cultura vivenciaram um rompimento da visão de cultura desenvolvida até então. A partir do compartilhamento do sentido de que havia uma ruptura na gestão

²² O #Ficajuca foi um campanha nas mídias sociais digitais para reivindicar a manutenção do ministro Juca Ferreira. No microblog do Twitter da CNPdc pode-se observar que a Comissão foi uma das difusoras do ciberprotesto, a exemplo do tweet publicado no dia 30 de novembro de 2010: “Dia 2/12, a partir ds 21:30, hora d Brasília, Twittaço #FICAJUCA no MinC!”

²³ Entrevista concedida ao autor em 15 de dezembro de 2012.

da política, os integrantes dos pontos de cultura passam a ser protagonistas do confronto político, convertendo-se em ativistas, utilizando principalmente o ciberativismo como forma de protesto.

O descontentamento rede de pontos de cultura brasileiros com a gestão da ministra Ana de Hollanda se iniciou após o discurso da ministra que afirmou que “Não há arte sem o ‘artista’”. Essa insatisfação pode ser observada no texto publicado pela imprensa assinado por intelectuais²⁴ brasileiros e muito compartilhado pelos pontos de cultura.

A mera celebração de uma "cultura" concebida como excedente simbólico entregue a profissionais consagrados da indústria de entretenimento certamente não pode substituir a consciência ativa do papel central que a força de trabalho criativa passou a desempenhar no cenário do novo regime capitalista. O MinC de hoje desconhece os sistemas de acumulação financeira, de ganho unilateral de corporações com os direitos autorais e de imagens. Ao tornar-se refém de um modelo institucional arcaico, o governo federal vai aceitando que as forças mais reativas do modelo neoliberal passem a conduzir as subjetividades, tornando-se um instrumento para sustentar apenas desejos sociais compulsivos de consumo, como se estes fossem o meio de produção de sociabilidade.

Nas primeiras publicações de protesto à nova gestão do MinC no Twitter, observa-se que a crítica se dava pela descontinuidade da política de cultura digital. Uma atitude alvo de protesto foi a decisão da ministra pela retirada do selo de *Creative Commons* – que autorizava a distribuição livre dos conteúdos – do site do MinC. A campanha dá início então à atuação política da rede de pontos de cultura em confronto com a gestão de Ana de Hollanda, sob a forma de vários protestos.

Essa tensão criativa se ambienta nos fluxos de comunicação estabelecidos pelo Programa Cultura Viva, como nas plataformas de comunicação; na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; entre outros, tornando-se então parte da estrutura da mobilização da ação coletiva para defender a continuidade a agenda de política culturais ampliadas criadas por Gilberto Gil.

²⁴ São autores da carta: Marilena Chauí, Eduardo Viveiros de Castro, Suely Rolnik, Laymert Garcia dos Santos, Gabriel Cohn, Manuela Carneiro da Cunha, Moacir dos Anjos. Disponível em <<http://peticaopublica.com.br/?pi=P2012N22382>> Acesso em 20 jan 2014.

3 DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NO CONFRONTO POLÍTICO: ENQUADRAMENTOS DE INJUSTIÇA E REPERTÓRIO NA COMUNICAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA

Este capítulo apresenta a análise de enquadramento das mobilizações dos pontos de cultura em 2011. Apresentam-se as justificativas para a seleção do *corpus* e as categorias analíticas.

Como o objetivo da pesquisa é identificar como se desenvolve a comunicação no confronto político, selecionou-se o período de um ano para que se fosse possível registrar as mudanças nas estratégias de comunicação empregadas.

Optou-se pela análise de enquadramento do conteúdo publicado na internet da **Comissão Nacional dos Pontos de Cultura**. A organização, que integra o desenho institucional do Programa Cultura, representa os participantes da sociedade civil e possui um papel de liderança a articulação política. Segundo a pesquisadora Patricia Del Claro²⁵, que acompanhou *in loco* as reuniões da CNPdC, a organização política dos pontos de cultura teve centralidade nas decisões da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e, depois, eram difundidas em forma de redes. Outro fator que motivou a escolha pela análise da produção da CNPdC é a mobilização de um grupo de atores que integravam o mecanismo da política cultural, através da comissão criada pelo governo federal, e que se tornaram relativamente autônomos para reivindicar a continuidade da agenda política.

A comunicação da CNPdC era expressa em diversas plataformas na internet, como grupos de e-mail, site oficial (mecanismo de participação *Delibera*) e através das mídias sociais. Selecionou-se o mibroblog do perfil oficial da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura no Twitter (@**pontosdecultura**²⁶) porque – diferente dos outros mecanismos mencionados - essa página teve a função estratégica de difundir os protestos dos pontos de cultura, além ser um canal de comunicação entre os membros envolvidos diretamente.

As estratégias de comunicação empregadas no confronto político são resultantes do processo de enquadramento da ação coletiva. Esse processo de

²⁵ Entrevista concedida ao autor em 7 de outubro de 2012.

²⁶ Disponível em <https://twitter.com/pontosdecultura>. Em dezembro de 2011 a página contava com 2949 seguidores.

produção de sentido, como apresentado no capítulo 1, é dinâmico, envolve agência dos atores e interferências externas nos relacionamentos com outros grupos no processo político. Através dos discursos expressos na internet, podem-se observar quais são as interpretações, táticas e conflitos (JOHNSTON, 2005).

Utilizou-se a análise de enquadramento para identificar a produção de sentido expressa no confronto a partir da proposta de Snow *et al.* (1986). A cada esquema interpretativo, há pelo menos três tarefas de enquadramento (diagnóstico, prognóstico e motivação) que são produzidas na interação dos ativistas.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS

Uma das técnicas para identificar os esquemas interpretativos é examinar os textos que são produções coletivas e aceitas como representativas da posição do grupo. As postagens no Twitter são uma forma da materialização dos discursos que compõem os quadros no confronto político.

Foram selecionados todos os 663 *tweets* do perfil oficial da CNPdC no Twitter, para descobrir os esquemas interpretativos no confronto político. Nesta abordagem, cada postagem foi analisada com o conteúdo de sua ligação (hiperlink), uma vez que sem o conteúdo redirecionado, o *tweet* fica com o sentido incompleto.

Inicialmente identificaram-se os esquemas interpretativos através do registro da presença de **enquadramentos de injustiça**. A intenção foi organizar cada quadro de ação coletiva não apenas pelo tema (como nos recorrentes estudos de enquadramento jornalístico²⁷), mas também pela interpretação do grupo de que algo precisa ser mudado. Assim como no trabalho de Gamson (1992), para filtrar as publicações relacionadas com a mobilização política das que não se referem ao processo de enquadramento da ação coletiva, selecionaram-se os *tweets* com teor de indignação que foram compartilhados pelo grupo através do perfil no microblog Twitter.

²⁷ Nos estudos de enquadramento midiático a análise é feita pela saliência de cinco fatores (problema; causa; atores; solução; e avaliação moral) nas publicações jornalísticas (ENTMAN, 1993). Nesta perspectiva, o enquadramento é uma continuidade do processo de agendamento midiático, segundo McCombs (2009), além da mídia oferecer um menu de temas para o público, também oferece atributos relativos aos temas. Esses atributos de como pensar sobre determinadas questões, é nessa perspectiva, os quadros (*frames*).

Nessa primeira seleção (tabela 3), foram identificados três esquemas interpretativos com enquadramento de injustiça, na produção de sentido dada pelos ativistas:

1) Cultura como compartilhamento: refere-se aos princípios da Ação Cultura Digital, expressa a defesa da política de incentivo ao livre compartilhamento de conhecimento e obras culturais e da revisão da lei de direitos autorais para a flexibilidade no direito à propriedade intelectual;

2) Desvalorização do Programa Cultura Viva: refere-se à manutenção dos incentivos para os pontos de cultura, a defesa de diálogo com os beneficiários, e a defesa da noção ampliada de cultura.

3) Inabilidade da gestão de Ana de Hollanda: refere-se a indignação quanto ao despreparo da ministra Ana de Hollanda para o cargo e denúncias de corrupção.

Cada *tweet* foi categorizado em apenas um esquema interpretativo. Para evitar a repetição de um enquadramento, optou-se pela seleção daquele que se apresentou de forma mais enfática e específica. No caso da ação de Cultura Digital, embora integre o Programa Cultura Viva, os *tweets* listados no quadro *cultura enquanto compartilhamento* apresentam peculiaridades e demandas específicas referentes aos direitos autorais e ao software livre.

TABELA 4 – ENQUADRAMENTOS DE INJUSTIÇA NO MICROBLOG DA CNPdC EM 2011

Quadro	Número de <i>tweets</i>
Cultura como compartilhamento	61
Desvalorização Programa Cultura Viva	55
Inabilidade de gestão de Ana de Hollanda	47
Total	163

Fonte: Elaboração do autor com base nas publicações do microblog @pontosdecultura no Twitter

3.2 TAREFAS DE ENQUADRAMENTO

É o processo de enquadramento de injustiça que desencadeia o confronto político. Nessa dinâmica, para que a ação coletiva seja realizada, Snow et al. (1986) elencam três tarefas na formação: o diagnóstico; o prognóstico e a motivação para o engajamento.

Com base na sistematização feita por Santos et al. (2011), que utilizaram as categorias analíticas criadas de Snow et al. (1986), elaborou-se um quadro para a aplicação em cada um dos esquemas interpretativos listados acima. A ficha (quadro 2) tem o propósito da classificação dos quadros em suas respectivas tarefas.

Na observação dos *tweets*, considerou-se a possibilidade da ausência de tarefas de enquadramento, uma vez que esse processo pode ocorrer em outros espaços de interação, pois como mencionado anteriormente, são múltiplos os canais de comunicação entre os pontos de cultura.

Diagnóstico	Prognóstico	Motivação
- Momento de identificação de um quadro de injustiça; - Como o coletivo fornece explicação das causas dos problemas dos protagonistas	- Como o grupo formula propostas para a solução do problema; - Como são definidas as estratégias de comunicação	- Quais são as razões para o engajamento na ação coletiva; - Qual é a linguagem (as <i>palavras de ordem</i>); os vocabulários específicos, as bandeiras, as músicas e outros artefatos simbólicos que são utilizados

QUADRO 2 – TAREFAS DE ENQUADRAMENTO

Fonte: adaptado de Santos et al. (2011), com base nas categorias de Snow et al. (1986)

3.2.1 Quadro cultura como compartilhamento

Segundo Snow e Benford (1988), os atores sociais produzem esquemas interpretativos quando compartilham interesses frente a uma situação indesejada. A partir da identificação da existência do quadro de referência negativo a seus interesses, formam o sentido que motiva à ação coletiva, o quadro de diagnóstico.

O diagnóstico de que havia uma mudança em curso no Ministério da Cultura foi após a decisão da ministra Ana de Hollanda, que assumiu o cargo em 2011, da retirada em 20 de janeiro de 2011 do selo de *Creative Commons* – que permitia a distribuição livre do conteúdo do site do Ministério da Cultura.

A primeira publicação da CNPdC foi um compartilhamento (*retweet*) de uma postagem da representação brasileira da organização *Creative Commons*, ainda no dia 20 de janeiro. No *tweet* há um hiperlink²⁸ com a lista de 25 países, nos quais os governos aderiram à licença livre.

²⁸

Disponível em <http://wiki.creativecommons.org/Government_use_of_Creative_Commons>. Acesso em 20 jun 2013.



IMAGEM 2 – PRIMEIRO TWEET DE DIAGNÓSTICO DA RUPTURA DO MINC COM A CULTURA DIGITAL

Fonte: <https://twitter.com/CC_BR. 20/01/2011>

Na publicação do *Almanaque cultura digital colaborativa livre*²⁹, produzido pelos responsáveis pela Ação Cultura Digital no MinC em 2009, a iniciativa *Creative Commons* é mencionada como parceira do projeto pontos de cultura e integrante da filosofia da política cultural.

O Creative Commons é inspirado no movimento do software livre. Trata-se de uma iniciativa que acredita que o estímulo ao domínio público amplo e a difusão da cultura e informação são pré-requisitos básicos para a criatividade sustentável, e que existe uma necessidade de enriquecer esse domínio público de forma pró-ativa, fundamentada na própria legislação que regulamenta o direito de autor.

A exclusão da menção ao *Creative Commons* torna-se alvo de críticas pontos de cultura, especialmente os grupos ligados à produção de obras digitais, uma vez durante toda a gestão a Ação Cultura Digital estava baseada nos conceitos de produção colaborativa e compartilhada. Foram 14 *tweets* no microblog da CNPdC publicados em janeiro que apresentam o diagnóstico de ruptura. Observou-se um consenso entre os ponteiros de que o ato da ministra apresenta distanciamento de toda a agenda na política cultural que havia sido desenvolvida pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, os quais – segundo as publicações da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – dialogaram com as demandas dos pontos de cultura digital, como na avaliação abaixo, divulgada³⁰ pelo grupo de trabalho de Cultura Digital da CNPdC.

Nestes últimos oito anos a sociedade civil estabeleceu uma **relação de diálogo e parceria** com o Ministério da Cultura, o que permitiu a potencialização de milhares de atividades e agentes culturais em todo o país, e a projeção do Brasil no cenário internacional. Com o objetivo de fazer um balanço do movimento em torno da Cultura Digital brasileira, será

²⁹ Disponível em <<http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/downloads/>> Acesso 29 jan 2014.

³⁰ Disponível em <<http://culturadigital.br/movimento/2011/01/28/minc-da-tropicalia-a-bossa-nova-pontao-da-eco-e-aline-carvalho-convidam/>> Acesso 29 jan 2014..

realizado na próxima segunda-feira (31) uma reunião presencial e virtual, concreta, mas descentralizada, para articular as ações para este novo período (grifo nosso).

A organização dos protestos com a reivindicação do retorno da ação da Cultura Digital é então realizada pela internet em uma convocatória (imagem 3) para uma reunião presencial (simultaneamente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Fortaleza) e com participação *online* de pessoas de outros estados no dia 31 de janeiro de 2011.



IMAGEM 3 – TWEET COM A CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA MOBILIZAÇÃO

Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>. 31/01/2011.

Após a identificação do problema que gera a motivação para a mobilização política, os ativistas iniciam a formulação de estratégias, sobretudo, estratégias comunicacionais para dar visibilidade ao descontentamento. O planejamento das ações em protesto é chamado por Benford e Snow (2000) de quadro de prognóstico.

Esse quadro pode ser identificado na reunião presencial (e virtual) que ocorreu no dia 31 de janeiro. A partir do debate entre os pontões de cultura digital é lançado o ciberprotesto SouMinCC. O nome da campanha e a bandeira do protesto (imagem 4) simbolizam a defesa da utilização da filosofia *Creative Commons*, nas ações do Ministério da Cultura. O quadro construído pelos ativistas também faz a referência à integração dos atores da sociedade civil no Ministério da Cultura, pois eles acusavam a gestão Ana de Hollanda de não manter o diálogo com os representantes dos pontos de cultura, apresentando um distanciamento do governo com a sociedade civil.

A bandeira da campanha foi utilizada no formato de adesivo em fotos de perfil dos ativistas no Twitter. Foi disponibilizado um aplicativo (*Twibbon*³¹) que possibilita aos usuários do microblog, anexar a *logo* da campanha à imagem de

³¹ Disponível em <<http://twibbon.com/support/sou-mincc>>. Acesso 29 jan 2014. 662 pessoas haviam utilizado o aplicativo para 'etiquetar' sua imagem de perfil.

perfil. A utilização do aplicativo pode ser observada em uma das postagens significativas da campanha, onde Lawrence ‘Larry’ Lessig, ativista político, membro do conselho fundador da *Creative Commons* e autor da obra *Free Culture*, quando em 9 de fevereiro de 2011 publicou em seu twitter “Batalha no Brasil por mudanças do Ministério da Cultura (MinC) se tornou inteligente”: # SouMinCC” (imagem 5).



IMAGEM 4 – BANDEIRAS DO CIBERPROTESTO SOUMINCC

A primeira imagem com o CC se refere à filosofia *Creative Commons*. Já a segunda é uma referência ao símbolo de direitos autorais (*Copyright*), mas apresentada de forma invertida, em uma alusão ao *Copyleft*, que é a negação da proteção dos direitos exclusivos ao autor.

Fonte: Microblog da ativista de cultura digital Barbara Szaniecki (@BarbaraSzaniecki)



IMAGEM 5 – EXEMPLO DE TWEET DA CAMPANHA SOUMINCC

Fonte: <<https://twitter.com/lessig>>.

Assim como o a marca criada pelo SouminCC, a motivação para o engajamento no confronto político pode ser observado na letra de *rap* intitulado *O Minc, que te viu...*, criado³² e compartilhado pelos ativistas no Twitter.

³² O *rap* foi criado por Teddy Paçoca Preto Loco (TPPL) e Renato Fabbri. A versão sonora está disponível na plataforma digital Estúdio Livre: <http://culturadigital.br/movimento/files/2011/01/o_minc_quem_te_viu.mp3>. Acesso em 20 abril 2013

Em todo Brasil, o chamado: insatisfação.
 Em todo lugar, toda região.
 Nos deram o ofício, o trabalho, a função.
 Agora nos dão as costas como “respostas”?
 Tsc tsc tsc tsc
 Não, não, não, não!!!
 [...]
 Se o direito é autoral porque não posso opinar,
 pelo Creative Commons que você tirou do ar? (Incrível)
 Fomos de sapo pra picuá
 Pois sair e retornar
 Pra mesma prisão (Ecad, não!)

Após o período da formação do esquema interpretativo de uma ruptura com a Ação de Cultura Digital pelo Ministério da Cultura, há uma diminuição (gráfico 1) de *tweets* referentes a esse esquema interpretativo no mês de fevereiro.

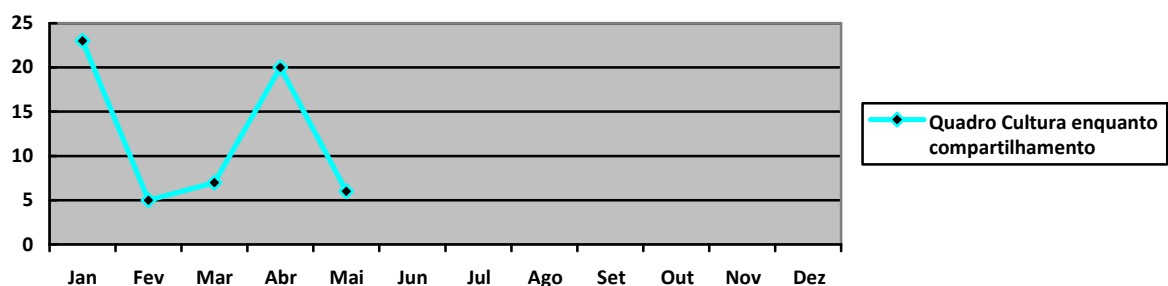


GRÁFICO 1 – INCIDÊNCIA DO QUADRO CULTURA ENQUANTO COMPARTILHAMENTO EM 2011 NO MIBROBLOG DA CNPDC

Fonte: elaboração própria com base nos *tweets* da página <<https://twitter.com/pontosdecultura>>

Em fevereiro de 2011, há *tweets* com chamadas para uma reunião e transmissão de debate sobre a reforma da Lei de Direitos Autorais (LDA). O evento, que foi chamado de #ArtistasPelaReformaLDA, foi realizado presencialmente em Brasília no dia 16 de fevereiro e transmitido ao vivo (em vídeo no Twitcam³³) e teve o objetivo de discutir o quadro interpretativo de ruptura, que em sua chamada³⁴ foi relacionado como uma “crise” no Ministério da Cultura.

para quem não está acompanhando, existe uma **crise** (acho que **já podemos chamar de crise, não?**) no minc que gerou uma grande **insatisfação** em vários setores da cadeia produtiva da cultura desde a mudança de governo. [...] resumindo é isso: **não dá para ficar calado e**

³³ Site de mídia social na internet que permite a transmissão de vídeo em tempo e real. Disponível em <<http://twitcam.livestream.com/>>.

³⁴ O link da chamada publicada no microblog @pontosdecultura, pode ser acessada na página <<http://moveiscoloniaisdeacaju.com.br/2011/02/debate-prosa-direitos-autorais-do-creative-commons-a-modernizacao-da-lei-de-direitos-autorais/>> Acesso 29 jan 2014.

parado vendo o mínimo de avanço na cultura indo pro ralo! (grifos nossos).

Nesta chamada compartilhada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, pode-se observar o diagnóstico da “crise”, o esquema interpretativo de injustiça neste caso é a perda dos “avanços” conquistados nos oito anos da gestão do MinC pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Ele também possui a estratégia motivacional, ao chamar às pessoas para o engajamento, “não dá para ficar calado e parado” – ressalta o chamado.

Embora os quadros de diagnóstico e motivacional estejam presentes nessa estratégia de comunicação; a inovação da reunião foi elaborar um prognóstico, ou seja, ofertar uma nova solução ao problema da ruptura. O recurso para sair dessa “crise” na gestão das políticas culturais é a garantia legal dos objetivos. Johnston (2011) afirma que a alteração na agenda política governamental é comum que os atores da sociedade civil busquem a garantia das ações desenvolvidas antes da mudança através de respaldos jurídicos. Como se observou no *tweets* da CNPdC a garantia legal da flexibilização dos direitos autorais foi a reivindicada em fevereiro de 2011. Os ativistas se mobilizaram para que fosse enviado para a aprovação o anteprojeto de lei finalizado pelo MinC em 23 de dezembro de 2010, o qual foi resultante das discussões do Fórum Nacional de Direito Autoral que teve a iniciativa do MinC em 2007.

A lei de direitos autorais em vigor (lei 9.610/1998) é considerada pelos ativistas da cultura digital “uma das leis mais rígidas do mundo quando se trata de disposições sobre o acesso ao conhecimento”³⁵. Em 2007, por iniciativa do então ministro Gilberto Gil, foi lançado o Fórum Nacional de Direito Autoral, para a elaboração de um texto de modernização da legislação, e que esse fosse resultado de debates realizados com a participação da sociedade civil. Foram mais de 70 consultas públicas até 2010 – entre audiências, seminários e reuniões, além dos da consulta pela internet³⁶. Em uma palestra em 2008, o ex-ministro defendeu a reformulação da lei, por ela envolver – além da propriedade intelectual – o interesse público.

³⁵ Posicionamento do Movimento Cultura Digital expresso na carta aberta à presidenta Dilma Rousseff no Fórum Mundial Dakar 2011. Disponível em:

<<http://www.petitiononline.com/CSGFeb11/petition.html>> Acesso 29 jan 2014.

³⁶ Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/>>.

Após tantos anos relativamente ausente desse cenário, o Estado brasileiro, por intermédio do Ministério da Cultura, vem sendo crescentemente incitado a retomar algum papel na área (...) O Fórum Nacional de Direito Autoral, nesse sentido, busca ampliar a consulta a toda sociedade brasileira sobre a necessidade ou não de alteração legal e de mudança do papel do Estado na área. Não podemos nos esquecer, afinal, que os direitos autorais não lidam não exclusivamente com a proteção do autor, mas também com o interesse público, particularmente no que diz respeito ao direito de acesso à cultura (GIL, 2008).

Com a entrada de Ana de Hollanda no MinC em 2011, o anteprojeto³⁷ para a modernização da lei de direitos autorais não foi enviado à Casa Civil para ser aprovado. No dia 2 de março de 2011, o microblog da CNPdC compartilhou o hiperlink de uma entrevista que a então ministra concedeu à Revista IstoÉ Dinheiro³⁸, na qual ela afirma: “Não há como distribuir cultura sem o direito autoral”. Na mesma entrevista, ela dá o anúncio que faria uma nova revisão no anteprojeto, pois segundo ela, tem “um percentual muito grande de insatisfação em relação a ele”.

Em março de 2011 há outra convocação de reunião presencial, para o dia 18 em Florianópolis, compartilhada no microblog @pontosdecultura apresenta um quadro motivacional, ao expor questões que interferem o setor cultural, como “Qual é a lógica do sistema de políticas culturais do Brasil? E o Ecad, é mesmo um bem?”, ou ainda o cidadão comum: “O usuário que baixa música é fã ou pirata?”. A chamada³⁹ foi organizada pelo Circuito Fora do Eixo e com o Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação (GEDAI-UFSC), assim demonstra a relação de articulação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura com outros coletivos culturais na ampliação do debate para a reformulação da lei dos direitos autorais.

O compartilhamento (*retweets*) da produção de agentes culturais integrantes e parceiros é uma característica do microblog da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Esse recurso pode ter sido utilizado para um *alinhamento* de quadros, pois um compartilhamento de conteúdo na página da CNPdC indica uma concordância com o discurso original. Em abril, por exemplo, há *retweets* de vários ponteiros e agentes da cultura digital, a exemplo de Pablo Capilé, que é um dos organizadores

³⁷ Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/>>.

³⁸ Disponível em <<http://ht.ly/46wr4>>. Acesso 29 jan 2014.

³⁹ Disponível em <<http://bau.sarcastico.com.br/index.php?mod=pagina&id=11437>>. Acesso 29 jan 2014.

do Circuito Fora do Eixo, que reúne vários grupos culturais (coletivos), principalmente, na produção de música independente⁴⁰.

A postagem de Pablo Capilé (imagem 6) refere-se à divulgação do MinC do processo de revisão do anteprojeto de Direitos Autorais. No dia 20 de abril, o Ministério da Cultura – sob o comando de Ana de Hollanda – divulgou o período de consulta (de 25 de abril a 30 de maio) através da internet. O questionamento apresentado pelo ativista Pablo Capilé, e presente em mais três *tweets* da CNPdC, diz respeito ao fato da participação na reforma ser dada através de especialistas – que apresentem uma defesa jurídica dos posicionamentos. O enquadramento de injustiça, para os ativistas, reside que esse processo excluiu atores da sociedade civil que não são peritos em legislação.

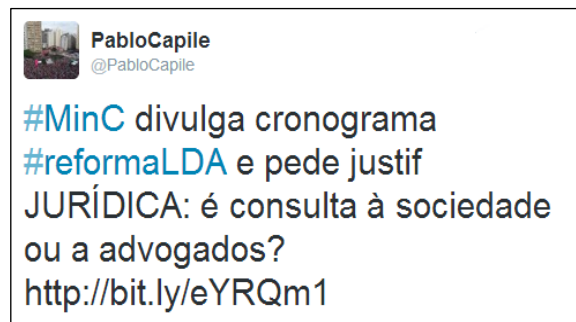


IMAGEM 6 – TWEET DE LÍDER DO CIRCUITO FORA DO EIXO COMPARTILHADA PELA CNPDC SOBRE A REFORMA DA LEI DE DIREITO AUTORAIS
 Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>. 20/04/2011

As críticas, como a de Pablo Capilé e da CNPdC, fazem o MinC alterar o processo de consulta, possibilitando maior participação, como se observa na postagem no Twitter no dia 6 de maio: “Depois das críticas, vale ressaltar RT @CulturaGovBr: MinC disponibiliza formulário p/ #revisaolda em novo formato”.

Após o processo de consulta da Lei de Direitos Autorais, a partir de junho não foram encontrados enquadramentos de injustiça que apresentaram a construção de sentido a respeito exclusivamente da Cultura Digital. O quadro abaixo, construído a partir da análise dos discursos nos *tweets*, sintetiza a construção do esquema interpretativo da cultura enquanto compartilhamento.

⁴⁰

Que não são vinculadas às gravadoras comerciais.

Primeiro registro	20 de janeiro de 2011
Último registro	11 de maio de 2011
Total de registros	61 <i>tweets</i>
Quadro de Diagnóstico	Acontecimento: Retirada do selo <i>Creative Commons</i> do site do MinC - Rompimento com a Ação Cultura Digital.
Quadro de Prognóstico	- Tuitaço da campanha Sou MinCC; - Garantia legal da flexibilidade dos direitos autorais através da reforma da lei. - Encontros #ArtistasPelaReformaLDA.
Quadro Motivacional	Razões para engajamento: 1) Impedir o retrocesso no avanço das políticas culturais (2003 – 2010); 2) Evitar as restrições ao acesso de bens culturais, que a lei de direitos autorais proporciona. Estratégias de motivação: 1. <i>Rap Minc, que te viu...</i> 2. <i>Twibbon</i> SouMINCC 3. <i>Hashtags</i> #SouMINCC e #ArtistasPelaReformaLDA
Quadro de alinhamento	Presença de compartilhamento de discursos de outros grupos com a afinidade à temática da Cultura Digital que ampliam a estrutura de mobilização: Circuito Fora do Eixo; Creative Commons Brasil; Movimento Cultura Brasil; etc..

QUADRO 3 – TAREFAS DO ENQUADRAMENTO CULTURA COMO COMPARTILHAMENTO

Fonte: o autor

3.2.2 Quadro Desvalorização do Programa Cultura Viva

No dia 3 de janeiro de 2011, data da posse de Ana de Hollanda no cargo de ministra da Cultura, o microblog da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura compartilhou 12 publicações com opiniões sobre o discurso de posse da ministra. Nesta data já é possível observar o início da formulação de um quadro de injustiça em relação à descontinuidade dos pontos de cultura.



IMAGEM 7 - PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA DESCONTINUIDADE DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.

A crítica presente na publicação se refere ao discurso de posse⁴¹ da então ministra quando ela forma um compromisso com a figura do artista:

Visões gerais da questão cultural brasileira, discutindo estruturas e sistemas, muitas vezes obscurecem – e parecem até anular – a figura do criador e o processo criativo. Se há um pecado que não vou cometer, é este. Pelo contrário: o Ministério vai ceder a todas as tentações da criatividade cultural brasileira. A criação vai estar no centro de todas as nossas atenções. Mas, volto a dizer, e vou insistir sempre: com a criação no centro de tudo. [...] A criação será o centro do sistema solar de nossas políticas culturais e do nosso fazer cotidiano. Por uma razão muito simples: **não existe arte sem artista** (grifo nosso).

Esse paradigma de que a arte é um talento de poucos, ou ainda que ela se materializa em obras artísticas (listadas em sete artes tradicionais⁴²), foi questionada no projeto do Cultura Viva. Segundo o idealizador dos pontos de cultura, Célio Turino, arte é processo cotidiano da habilidade humana e não está restrito a determinada especialidade.

⁴¹ Disponível em <www.cultura.gov.br/site/2011/01/03/discurso-de-posse-da-ministra-da-cultura-ana-de-hollanda/> Acesso em 29 jan 2014.

⁴² A lista de Ricciotto Canudo no Manifesto das Sete Artes e Estética da Sétima Arte, elenca sete tipos de linguagens consideradas artísticas (Arquitetura; Escultura; Pintura; Música; Dança; Poesia e Cinema). Essa definição é amplamente utilizada no senso comum.

A dimensão da arte não pode ficar restrita ao campo do simbólico. Para além da produção de símbolos, a arte envolve habilidades, todas as habilidades humanas (do latim *artem*, habilidade) e a apreensão dos significados por meio dos sentidos, por meio de uma percepção sensorial. **O Ponto de Cultura envolve uma quebra nas narrativas tradicionais, monopolizadas por poucos, e a partilha do sensível é estratégica para este deslocamento narrativo, em que os “invisíveis” passam a ser vistos e a ter voz.** Não se trata aqui da defesa do “belo universal” ou da “arte gratuita”, metafísica, mas da própria realização da estética.

A arte reflete aspirações e contradições do seu contexto histórico e é, ao mesmo tempo, produto e vetor das transformações sociais. Para além da preocupação exclusiva com a beleza, busca-se tudo aquilo que permita a afirmação cultural da subjetividade das pessoas, grupos e classes sociais (TURINO, 2010, p. 79, grifo nosso).

Nesses dois discursos, pode-se observar que, enquanto para o idealizador dos pontos de cultura, a arte é consequência das interações sociais na construção de sentido; para Ana de Hollanda o artista é o produtor e concentra a habilidade da produção artística. Por isso, o discurso de posse foi a primeira evidência para os ponteiros de que havia uma descontinuidade na política cultural a partir da concepção de cultura desenvolvida até então.

A partir do dia 3 de fevereiro de 2011, o microblog da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura divulgou informações sobre o primeiro encontro com a equipe do Ministério da Cultura – realizado no dia 2 de fevereiro. Nesta reunião, segundo as postagens, foi discutida a Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura⁴³.

Este documento foi produzido em 28 de novembro de 2010 pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e foi direcionada à presidente Dilma Rousseff. A Carta teve o objetivo de listar as principais reivindicações da CNPdC para continuidade do Programa Cultura Viva, assim como a sua ampliação e algumas mudanças. As transformações reclamadas na carta se referem à falta de institucionalidade (ausência de marco legal) do programa, além da excessiva burocracia, que dificulta a prestação de contas das organizações.

Entre às questões elencadas na carta, a continuidade do diálogo foi solicitada na reunião com o MinC, conforme o *tweet* da CNPdC, que apresenta a afirmação de Patricia Ferraz, que era a coordenadora do Pontão de Articulação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

43

Ver anexo II.

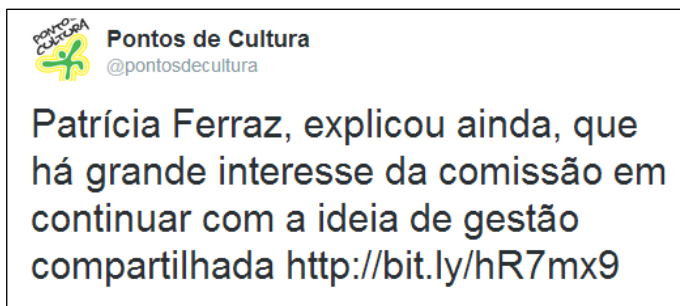


IMAGEM 8 - PUBLICAÇÃO COM A SOLICITAÇÃO DE CONTINUIDADE DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA CULTURA VIVA

Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.03/02/2011.

Em nota⁴⁴ divulgada no dia três de fevereiro pelo Ministério da Cultura, e compartilhada no microblog pela CNPdc, a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, Marta Porto, apresenta o compromisso da manutenção dos canais de participação no Programa Cultura Viva.

Esse diálogo entre os Pontos de Cultura é fundamental, e precisamos alcançar o conjunto da sociedade brasileira, os que são produtores de cultura e os que não são produtores de cultura, incluindo crianças, jovens, mulheres e idosos, um conjunto da população que não está bem representado nos programas.

Após a firmação desse compromisso pela equipe do MinC, há poucas postagens no Twitter a respeito o processo de descontinuidade do Programa Cultura Viva, como mostra o gráfico 2.

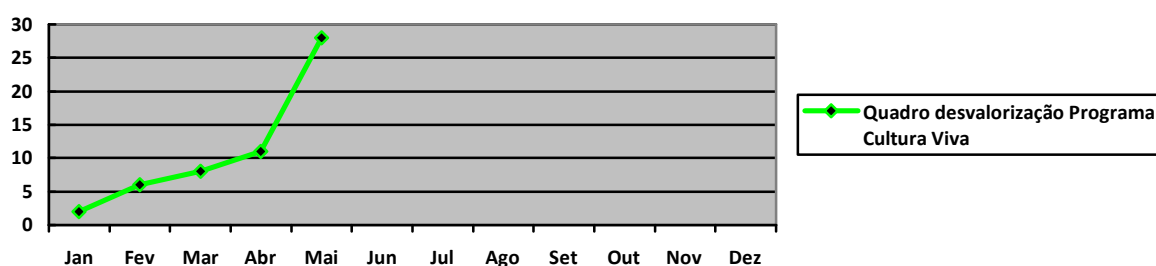


GRÁFICO 2 – INCIDÊNCIA DO ENQUADRAMENTO DESVALORIZAÇÃO PROGRAMA CULTURA VIVA EM 2011 NO MICROBLOG DA CNPDC

Fonte: o autor com base nos *tweets* da página <<https://twitter.com/pontosdecultura>>

Em março, há um pequeno aumento do número de publicações que apresentam a construção de sentido da falta de continuidade da política cultural dos pontos de cultura. Esse aumento é resultante do encontro presencial da CNPdc que

44

Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/2011/02/03/pontos-de-cultura-12/>>

ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de março de 2011. A então ministra da Cultura foi convidada para participar do encontro, mas Ana de Hollanda não compareceu à reunião e enviou dois servidores do ministério, o que provocou a indignação dos membros da rede de pontos de cultura, expressada nos *tweets*.

Na pauta⁴⁵ do encontro, observa-se a consolidação de um **diagnóstico** do bloqueio da participação dos pontos de cultura no desenvolvimento da política do Ministério da Cultura, como no relato da subcomissão de comunicação da CNPdC:

percebe-se que existe, concretamente, um **processo de desvalorização dos Pontos de Cultura**, ação orquestrada para enfraquecer o movimento, contrariando o discurso de campanha da presidenta Dilma Rousseff que apontava para a continuidade das políticas públicas para a Cultura (grifo nosso).

Ainda na pauta do encontro, há um quadro de **prognóstico** com 22 propostas de atuação para a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Entre elas, há uma recomendação para que o confronto com o MinC seja amistoso.

Não se posicionar radicalmente contrários aos que assumiram o MinC. Devendo ser mais propositivos, recebendo a representação do MinC com a mesma expressão e carinho. Ao mesmo tempo reforço a necessidade de diálogo aberto com a Ministra. O MinC não pode se furtar ao diálogo com os movimentos culturais do país.

Como resultado das discussões no encontro, a Comissão Nacional dos pontos de Cultura enviou uma carta para a ministra intitulada *O silêncio não inocente*⁴⁶, em referência a uma decisão da comissão em não conversar com os servidores do Ministério da Cultura que foram ao encontro, uma vez que a responsabilidade de representar o Ministério é, segundo os ativistas, da então ministra Ana de Hollanda e seus secretários.

O silêncio foi uma decisão política, coletiva, decidida pela CNPdC por aclamação em resposta à pouca disposição real para o diálogo manifestado pela Ministra Ana de Hollanda e seus secretários neste delicado momento de transição no MinC que contabiliza corte orçamentário da ordem de 25% em toda a pasta enquanto o orçamento do Programa Cultura Viva sofre uma redução da ordem de 55%.

No dia 24 de abril de 2011, o quadro de injustiça em face da descontinuidade do Programa Cultura Viva é observado nos *tweets* que compartilha

⁴⁵ Disponível em <<http://pontosdecultura.org.br/2012/03/>>.

⁴⁶ Ver anexo IV.

o hiperlink de uma entrevista de Ana de Hollanda para o portal *O Globo*⁴⁷. A ministra, em processo de *contra-enquadramento*⁴⁸, faz referências às mobilizações contra sua gestão e, assim com no discurso de posse, ressalta a importância da valorização da classe artística.

Vejo de uma forma preocupante essa demonização de artistas bem-sucedidos. Eu sou acusada de estar defendendo uma elite. Não defendo artistas bem-sucedidos, **defendo cultura de alta qualidade**. Vejo uma campanha contra a cultura brasileira, esta cultura que é vista como de elite, mas que não é de elite. É claro que não devemos ficar sempre nos mesmos, temos que abrir oportunidades, mas também temos que reconhecer méritos nos nomes conhecidos (grifo nosso).

A produção de sentido crítica às afirmações de Ana de Hollanda pode ser observada no *tweet* do ativista da Cultura Digital e relator da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, Uirá Porã.

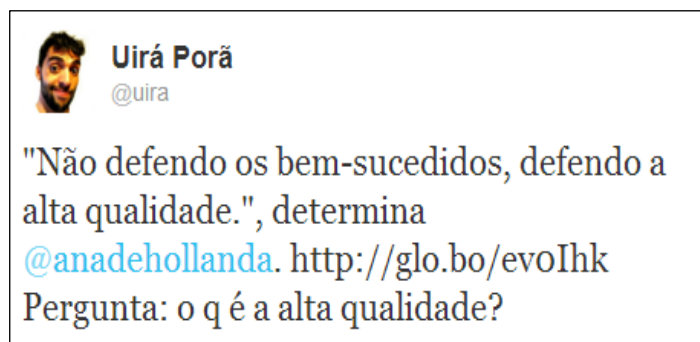


IMAGEM 9 - PUBLICAÇÃO DE CRÍTICA AO DISCURSO DE ANA DE HOLLANDA EM ENTREVISTA PARA O GLOBO
Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.21/04/2011.

O choque de enquadramentos acerca da noção de cultura desenvolve um processo que Gamson (1990) denomina dinâmica de disputa de quadros⁴⁹. Essa relação de conflito não é direta, é mediada a partir das tecnologias de comunicação e informação. Quando o quadro antagonista de Ana de Hollanda é expresso a partir da imprensa (*O Globo*), os protagonistas aproveitam para expressar sua indignação que é anterior à veiculação da publicação e, assim, expressar mais uma justificação para motivar o coletivo.

⁴⁷ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/cultura/ana-de-hollanda-apressa-projeto-de-reforma-da-lei-do-direito-autoral-2793479>>.

⁴⁸ O *counter-framing* é o enquadramento (construção de sentido) do campo antagonista aos ativistas. Segundo Benford e Snow (2000), ele pode alterar o esquema primário de construção dos protagonistas.

⁴⁹ *Frame contest* (Gamson, 1990).

Em maio de 2011, há o maior número de registro do quadro de injustiça relacionado à descontinuidade do Programa Cultura Viva. Nesse mês foram 28 publicações referentes à organização da Caravana Nacional dos Pontos de Cultura. Após as solicitações de encontro com a ministra Ana de Hollanda não atendidas, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura formula a estratégia de organizar um protesto presencial em Brasília.

Em pauta no ato dos Pontos de Cultura estava a efetivação da política cultural como uma política pública do Ministério da Cultura. As organizações, diante da interpretada falta de abertura do MinC, tinham o receio que o programa não tivesse continuidade, por esse motivo se ressaltou a garantia de uma *Lei Cultura Viva* (imagem 11). O projeto de lei foi formatado pela CNPdC e protocolado na Câmara Federal através da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) com o número 757/2011⁵⁰.



IMAGEM 10 – PANFLETO DO KIT MOBILIZAÇÃO
Fonte: Site da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

⁵⁰ O projeto de lei foi aprovado pela secretaria executiva da Câmara dos Deputados e até julho de 2013 se encontrava na Comissão de Educação e Cultura.



IMAGEM 11 – MARCHA NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA
 Fonte: Arquivo da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

A Caravana Nacional dos Pontos de Cultura foi realizada no dia 25 de maio de 2011 e reuniu cerca de 300 pessoas em Brasília. Com a ação, a Ministra Ana de Hollanda então ouviu os ponteiros em uma audiência pública e prometeu regularizar a situação orçamentária.

Observa-se no cartaz *Kit de mobilização* (imagem 10), um amplo conjunto de pautas de reivindicação, como a inclusão do programa *Minha Sede Minha Vida* (para a construção de espaço físico para os pontos de cultura) e também as pautas da Cultura Digital.

Esse processo de enquadramento é chamado por Benford e Snow (2000) de *extensão do quadro*⁵¹. Essa atividade, enquanto estratégia de comunicação, amplia a construção de sentido da reivindicação primária, para outras questões e preocupações que podem ser de importância para os potenciais adeptos ao confronto. Nesse sentido, os organizadores da CNPdC listam um esquema interpretativo que também é um quadro de injustiça para reativar o interesse de engajamento dos interessados na pauta da Cultura Digital.

Além da marcha e da difusão do panfleto virtual, o protesto se utilizou do recurso da petição *online* para a aprovação da Lei Cultura Viva. No texto do abaixo-

51

Originalmente *frame extension* (BENFORD e SNOW, 2000).

assinado⁵² é possível observar o **quadro motivacional**, pois apresenta as razões para aderir ao manifesto.

Que o exercício do direito à cultura aprofunda e consolida a democracia brasileira;
 Que cabe ao Estado democrático de direito garantir os processos de emancipação, potencializando o exercício da liberdade de indivíduos e grupos para a produção, a fruição e a difusão dos bens culturais;
 Que é dever do Estado oferecer meios e condições para o livre exercício de todas as diferentes expressões simbólicas e manifestações estéticas de indivíduos e populações brasileiras;
 Que o Estado deve incentivar a produção de bens culturais e conhecimento, proteger o patrimônio cultural material e imaterial brasileiro, preservar os modos de “criar, fazer e viver”;
 Que para permitir igualdade de oportunidades, respeitando o princípio constitucional da equidade, requer tratar diferentemente os diferentes;
 Que a especificidade da área da cultura demanda marcos legais também específicos para garantir aos cidadãos brasileiros os direitos preconizados pela carta magna da Nação;
 Que o Programa Cultura Viva, tendo os Pontos de Cultura como eixo central de suas ações, possibilita aprimorar os princípios da autonomia, do protagonismo e empoderamento sócio - cultural para o Brasil;
 Nós abaixo assinados, cidadãs e cidadãos brasileiras, manifestamos nosso interesse na proposição do Projeto de Lei de iniciativa Popular e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura que cria a Lei Cultura Viva.

A petição teve 2.173 assinaturas até janeiro de 2014. Após a difusão do abaixo-assinado, em maio de 2011, não foram registrados *tweets* com o esquema interpretativo de descontinuidade do Programa Cultura Viva até dezembro de 2011, como sintetizado no quadro abaixo.

Primeiro registro	3 de janeiro de 2011
Último registro	27 de maio de 2011
Total de registros	55 <i>tweets</i>
Quadro de Diagnóstico	Acontecimento: - Discurso de posse da ministra Ana de Hollanda, afirmação de valorização da arte <u>do artista</u>. - Identificação da gestão da ministra como antagonista; - Falta de diálogo com os pontos de cultura no desenvolvimento da política cultura.

52

Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N8759>>

Quadro de Prognóstico	Estratégias estabelecidas no encontro dos pontos de cultura (18, 19 e 20 de março de 2011) - Carta para a ministra <i>O silêncio não inocente</i> - Criação de marco regulatório (Lei Cultura Viva)
Quadro Motivacional	Razões para engajamento: 1. Papel do Estado garantir a produção, a fruição e a difusão dos bens culturais; 2. Cultura Viva promove a democratização; 3. Cultura enquanto um direito; 4. Investimento em cultura promove autonomia dos cidadãos. Estratégias de motivação: 1. Protestos na rua (marcha); 2. Petição online; 3. Extensão das pautas (inclusão da agenda da Cultura Digital)

QUADRO 4 – TAREFAS DO ENQUADRAMENTO PROGRAMA CULTURA VIVA

Fonte: o autor

3.2.3 Quadro inabilidade de Ana de Hollanda na gestão do MinC

A primeira vez que uma publicação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura remete diretamente a um atributo pessoal negativo da ministra Ana de Hollanda enquanto gestora ocorre no dia 21 de abril de 2011 (imagem 12), ainda sobre a entrevista intitulada *Ana de Hollanda apressa projeto de reforma da Lei do Direito Autoral*, concedida por ela ao jornal *O Globo*⁵³.

Observa-se nesse esquema interpretativo, **o diagnóstico** construído a partir da junção dos dois quadros construídos anteriormente. Esse enquadramento pode ser identificado nas publicações da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura que adere ao protesto chamado *Mobiliza Cultura*.

⁵³

Disponível em <<http://oglobo.globo.com/cultura/ana-de-hollanda-apressa-projeto-de-reforma-da-lei-do-direito-autoral-2793479>>. Acesso em 23 set 2013.



IMAGEM 12 – PRIMEIRO TWEET REFERENTE À VALORAÇÃO NEGATIVA DE ANA DE HOLLANDA ENQUANTO GESTORA

Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.21/04/2011.

A organização da campanha Mobiliza Cultura foi formada por 57 organizações culturais (Comissão Nacional dos Pontos de cultura, coletivos do circuito de cultura alternativa Fora do Eixo, Fórum Nacional de Música, comunidade Transparência Hacker, entre outras), além de brasileiros de diferentes localidades não vinculados a entidades do setor, que iniciaram no mês de abril uma articulação para protestar contra a gestão da ministra Ana de Hollanda.

A primeira reunião presencial do Mobiliza Cultura foi realizada no dia 25 de abril de 2011 em Brasília. No encontro foram definidas as principais ações realizadas pela rede de organizações. De acordo com a ata da reunião⁵⁴, observou-se que esse foi o momento de definição de múltiplas tarefas de enquadramento. Os pontos de pauta foram a definição conceitual e organização do movimento; criação de site para o Mobiliza Cultura; a publicação de carta endereçada para a presidente Dilma Rousseff e divulgada para sociedade; e a formação de agenda da rede com participação do grupo em atos políticos de diversos fóruns e redes culturais. A indignação foi comunicada através dos canais de comunicação⁵⁵ criados a partir do Programa Cultura Viva. Deste modo, observou-se que o desenho institucional da política ofereceu uma abertura e deu celeridade ao processo de mobilização.

No quadro de **prognóstico** da mobilização, de modo estratégico o site Mobiliza Cultura⁵⁶ foi produzido com o mesmo *layout* (imagem 13) utilizado pelo

⁵⁴ Disponível na lista de e-mails do Fórum Nacional de Música: <http://br.groups.yahoo.com/group/forumnacionaldemusica/message/16034>. Acesso em 18 de agosto de 2012.

⁵⁵ Todas as plataformas digitais já mencionadas que compõem o Programa Cultura Viva compartilharam à mobilização e convocaram os pontos de cultura para à mobilização.

⁵⁶ <www.mobilizacultura.org>. Acesso em 20 jun 2011. A partir de 2012, o site ficou indisponível.

Ministério da Cultura, para representar que o ministério é formado pela sociedade civil. No site havia página explicativa sobre o que é o movimento, além da reprodução de notícias e artigos opinativos sobre o que o movimento chamou de “crise no Ministério da Cultura”. A diferença do design do site oficial do ministério, além do logotipo, é que na página do Mobiliza Cultura o selo *Creative Commons* é destacado.



IMAGEM 13 – PÁGINA DO SITE MOBILIZA CULTURA COM A DESCRIÇÃO DA CAMPANHA
Fonte: Mobiliza Cultura

A ação da rede de ativismo que teve maior **motivação**, com mais visibilidade, foi a Carta Aberta à Presidenta Dilma. O documento foi publicado no dia 26 de abril de 2011 e divulgado na imprensa, como nos sites *Estadão* e *O Globo*, no dia 27 de abril. O texto da carta contém solicitação de continuidade de políticas culturais adotadas anteriormente no Governo Lula (2003 – 2010), cujos ministros da cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira promoveram avanços, segundo os signatários da carta. Entre esses signatários estão os grupos pertencentes ao programa Cultura Viva, os pontos de cultura.

A estrutura de mobilização é ampliada com a adesão de personalidades intelectuais. A carta⁵⁷ é de autoria de filósofos e pesquisadores da área da cultura: Marilena Chauí, Eduardo Viveiros de Castro, Suely Rolnik, Laymert Garcia Dos

⁵⁷ Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,despreparo-e-dolorosamente-evidente-dizem-intelectuais-sobre-gestao-do-minc,850226,0.htm>>. Acesso 2 jan 2014.

Santos, Gabriel Cohn, Manuela Carneiro Da Cunha, Moacir Dos Anjos. No documento, eles afirmam haver despreparo da atual gestão do MinC.

Sob a liderança das gestões da cultura durante os 8 anos do governo Lula, o acolhimento entusiástico de uma vasta gama de manifestações antropológicas, tradicionais como modernas, regionais como nacionais, locais como globais, deu direito de cidadania e densidade política a vários conceitos novos, doravante parte de nosso vocabulário de política pública: "cultura digital", "pontos de cultura", "cultura viva", "patrimônio imaterial", "cidades criativas", "economia da cultura", "diversidade cultural", "creative commons", "compartilhamento", "cultura e pensamento", "cidadania colaborativa", "participação setorial" e tantos outros. [...] **O despreparo para a prática do diálogo e do embate crítico por parte dos atuais responsáveis pelo MinC é dolorosamente evidente.**

No texto, evidencia-se que os autores consideram que a política cultural de Gilberto Gil e de Juca Ferreira na presidência de Lula (2003-2010) deixou um legado relevante especialmente nas ações de Cultura Digital e no Programa Cultura Viva. O quadro de diagnóstico de injustiça refere-se, portanto, ao conjunto de rupturas promovidas – segundo os ativistas – por Ana de Hollanda enquanto ocupava o cargo de ministra.

Esses esquemas interpretativos são amplamente divulgados no twitter, como nos compartilhamentos feitos na página da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (imagens 14 e 15).

A utilização do compartilhamento do apoio de personalidades famosas é um recurso de motivação muito utilizado para ganhar adesão. A repetição também é recurso que foi aplicado pela rede de ativismo do Mobiliza Cultura. No Twitter da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (gráfico 3), observa-se que houve 47 postagens relacionadas à incapacidade gerencial de Ana de Hollanda em apenas duas semanas.

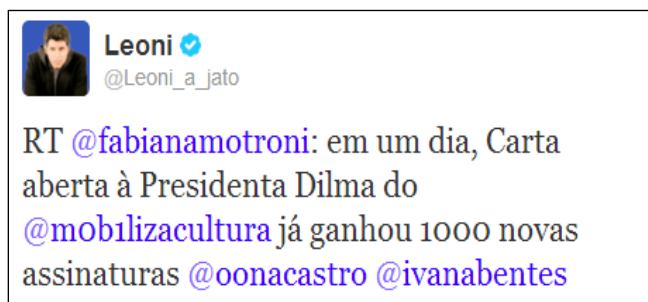


IMAGEM 14 – RETWEET PUBLICADO PELO CANTOR LEONI E COMPARTILHADO PELA CNPdc
Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.28/04/2011.



IMAGEM 15 – RETWEET PUBLICADO PELO ATOR JOSÉ DE ABREU E COMPARTILHADO PELA CNPDC

Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.28/04/2011.

A intensa repetição do discurso do Mobiliza Cultura, e sua repercussão no webjornalismo⁵⁸, além da divulgação de uma suposta aproximação da ministra com os diretores do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), descoberta através de trocas de e-mail pelo webjornal *O Globo*⁵⁹. Esse episódio é utilizado de forma estratégica na mobilização dos pontos de cultura e faz com que a sigla *MinC* conquiste o topo da lista dos assuntos mais comentados do Brasil no Twitter (*trend topics*) no dia 3 de maio de 2011 (imagem 16).

No dia 7 de maio outro escândalo político é compartilhado através do microblog pelos defensores da saída de Ana de Hollanda do MinC. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura compartilhou a notícia do jornal *Estadão* o uso de passagens aéreas pela ministra nos fins de semana⁶⁰. De acordo com reportagem do jornal, Ana de Hollanda ganhava ajuda de custo, mesmo tendo imóvel na cidade. O jornal mostrou que desde que assumiu o cargo, em janeiro, a ministra recebia, do governo, diárias em fins de semana sem compromissos oficiais no Rio e onde possui imóvel próprio. Assim, evidenciou-se que o webjornalismo é utilizado como recurso **motivacional** na mobilização.

⁵⁸ No dia 3 de maio *O Globo* publicou a Carta do Mobiliza Cultura. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/defensores-da-reforma-da-lei-de-direitos-autorais-enviam-carta-aberta-dilma-rousseff-2775476>

⁵⁹ Nas correspondências, há uma menção a uma “amiga do MinC” [sic], que deu garantias “garantiu que o ministério está querendo ter conosco uma interlocução mais próxima..”. A reportagem insinua que a “amiga” é Ana de Hollanda. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/cultura/em-trocas-de-mails-diretores-de-associacoes-que-compoem-ecad-tratam-da-relacao-proxima-com-atual-gestao-do-ministerio-da-cultura-2776197>>

⁶⁰ Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ministra-recebe-diarias-por-fins-de-semana-no-rio,716236,0.htm>>.



IMAGEM 16 – Tweet compartilhado pela CNPdC do Partido da Cultura, um movimento do Circuito Fora do Eixo, aliado no protesto Mobiliza Cultura.

Fonte: <<https://twitter.com/pontosdecultura>>.03/05/2011.

Com a mesma velocidade que o esquema interpretativo se difundiu, o quadro foi encerrado nas postagens do Twitter da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. No dia 11 de maio, apenas 20 dias de duração, portanto, foi publicada a última postagem do enquadramento inabilidade de gestão da ministra Ana de Hollanda (gráfico 3).

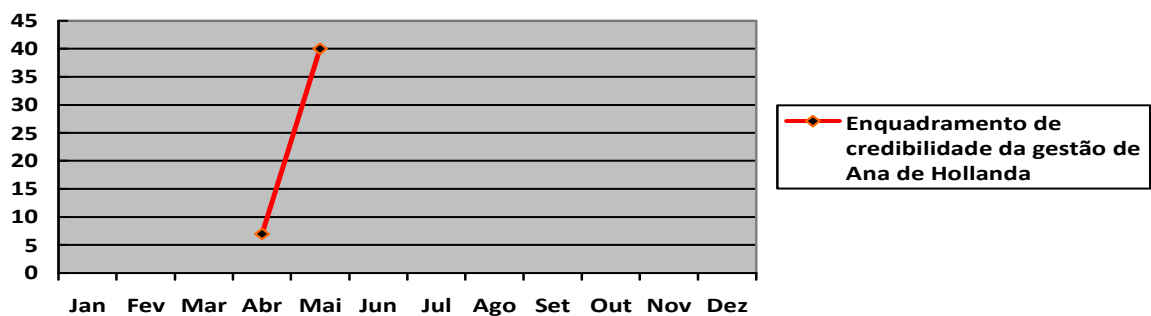


GRÁFICO 3 – INCIDÊNCIA DO QUADRO INABILIDADE DE ANA DE HOLLANDA NA GESTÃO DO MINC EM 2011 NO TWITTER DA CNPdC

Fonte: o autor com base nos tweets da página <<https://twitter.com/pontosdecultura>>

Primeiro registro	21 de abril de 2011
Último registro	11 de maio de 2011
Total de registros	47 tweets
Quadro de Diagnóstico	Acontecimentos: Conjunto de rupturas da agenda política dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira anunciadas a partir de entrevistas de por Ana de Hollanda à imprensa. - Denúncias de escândalo político pelo webjornalismo.
Quadro de Prognóstico	- Formação do Mobiliza Cultura;

	- Divulgação na imprensa
Quadro Motivacional	Razões para engajamento: 1. Inabilidade da ministra; 2. Corrupção no ministério; 3. Relação de proximidade da ministra com o Ecad; 4. Descontinuidade do legado promovido pelos ministros anteriores. Estratégias de motivação: 1. <i>Website</i>; 2. <i>Petição online</i>; 3. <i>Tuitaço</i>; 4. Apoio de personalidades famosas; 5. Visibilidade midiática.
Quadro de Alinhamento	Na medida em que a imprensa divulgou novos fatos, o esquema interpretativo sendo moldado, aglutinando novas justificações (denúncias) para a defesa do mesmo argumento (inabilidade).

QUADRO 5 – TAREFAS DO QUADRO INABILIDADE DA GESTÃO DE ANA DE HOLLANDA
Fonte: o autor

3.2.4. Análise do desenvolvimento dos esquemas interpretativos

Como pode ser observado nas tarefas de enquadramento, cada esquema interpretativo teve uma dinâmica distinta, de acordo com os acontecimentos que eram diagnosticados. Fato que merece destaque no desenvolvimento do confronto político dos pontos de cultura é declínio do enquadramento cultura como compartilhamento em maio, justamente no mês em que houve maior incidência da ação coletiva na página da CNPdc (gráfico 4). Pode-se inferir que esse esquema interpretativo é incluído nos outros enquadramentos durante o processo de engajamento, ele passa a ser ativado através da extensão e ampliação dos outros quadros.

A ampliação e extensão de quadros compõem o que Benford e Snow (2000) descrevem como processos estratégicos de alinhamento. São os esforços dos

organizadores de protesto em vincular seus interesses e quadros interpretativos com apoiadores potenciais, em uma tentativa de uniformização dos discursos. Segundo Tarrow (2009), os símbolos culturais não estão automaticamente disponíveis como símbolos mobilizadores, mas exigem agentes concretos para transformá-los em quadros de confronto. É a combinação de novos quadros interpretativos inseridos numa matriz cultural que produz quadros interpretativos com alguma força de mobilização.

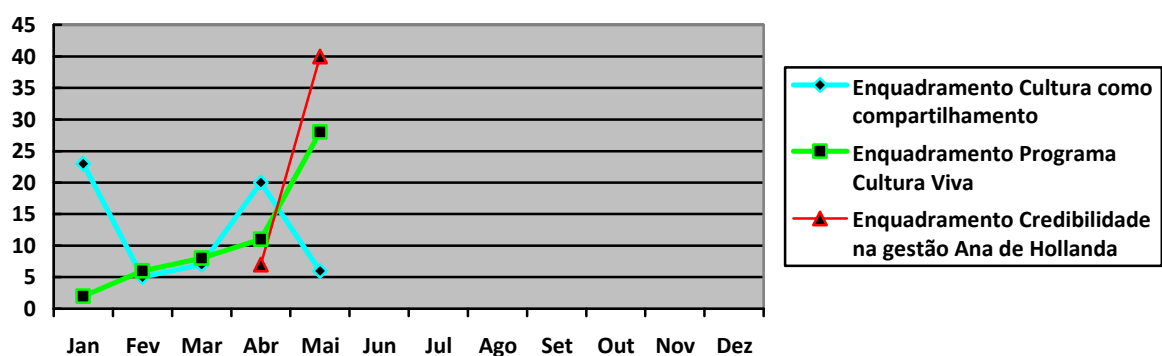


GRÁFICO 4 – INCIDÊNCIA DOS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS EM 2011 NO MIBROBLOG DA CNPDC

Fonte: o autor com base nos *tweets* da página <<https://twitter.com/pontosdecultura>>

O que se percebeu, é que a campanha do Mobiliza Cultura aglutinou os outros esquemas interpretativos, houve um alinhamento nos quadros interpretativos à medida que os acontecimentos exigiam um novo posicionamento. Inicialmente, o confronto foi motivado pela retirada do selo de livre compartilhamento de conteúdo. Esse quadro casou indignação especificamente um grupo temático do Programa Cultura, os defensores da Ação de Cultura Digital.

Ainda no gráfico 4, observa-se que enquanto o esquema interpretativo da cultura como compartilhamento oscilou, o quadro do Programa Cultura Viva teve crescimento em todo o período do confronto (janeiro a maio de 2011). Inicialmente esse quadro expressava a indignação ao discurso acerca do conceito de cultura da ministra Ana de Hollanda. No entanto, sem a abertura para a participação dos pontos de cultura na discussão da política cultural do MinC, a ação coletiva incorporou outras demandas, como a criação de marco regulatório (a Lei Cultura Viva, para manter a sustentabilidade do Programa e evitar que a política se torne

apenas um programa de governo). Outra demanda que se tornou foco da mobilização do Programa Cultura Viva foram as pautas da ação Cultura Digital, proporcionando o fortalecimento dos valores preexistentes do quadro, em um esforço de ampliação do esquema interpretativo.

Por outro lado, notou-se que a construção do enquadramento que colocou em cheque a credibilidade da ministra Ana de Hollanda atuou em um processo de extensão de quadro e não de ampliação. Como aponta Benford e Snow (2000), a extensão é a ampliação do quadro para além dos interesses primários, o processo envolve na identificação e a tentativa de ativação do interesse latente dos outros grupos que podem se tornar aliados estratégicos.

Essa característica de flexibilidade e de abrangência do enquadramento empregado pelo Mobiliza Cultura é definido no trabalho de Benford e Snow (2000) como um *quadro mestre*⁶¹. Esse tipo de quadro é genérico e ocorre no processo de expansão de um enquadramento de injustiça para angariar aliados. Esse processo, segundo os autores, é perigoso porque a formação de um quadro mais amplo pode acarretar no desaparecimento ou diminuição dos esquemas primários, como é o caso do enquadramento da cultura como compartilhamento que foi dissolvido nesse período até o seu desaparecimento.

As alterações nos processos estratégicos de enquadramento também envolvem escolhas de táticas específicas, que podem ser observadas em seu conjunto, na dinâmica do repertório da ação coletiva.

3.3 DINÂMICAS DE REPERTÓRIO

Para analisar as táticas empregadas no confronto político, utilizaram-se as categorias analíticas empregadas por Earl *et al.* (2010, p. 429), que fornecem uma classificação com base no grau de utilização da internet na ação coletiva. Nessa tipologia, os autores listam quatro tipos de repertórios de ação:

1. **Panfleto digital**⁶²: nesta categoria estão às mobilizações, cujos organizadores criam páginas na internet apenas como forma de transposição de conteúdos impressos. É o caso de sites institucionais que apenas armazenam informações básicas como uma apresentação da ação

⁶¹

Master frame.

⁶²

Brochure-ware.

coletiva, causa, ideologia, objetivos e informações de logística da organização.

2. **Facilitação online do ativismo off-line:** Fornecimento de informações sobre apoio logístico e / ou recrutamento para eventos de protesto *offline*, como marchas como off-line, reuniões e assembleias. Exemplo: eventos de facebook com convocatória para um ato na rua.
3. **Participação online:** a participação pode acontecer através da internet, como as táticas de petição online; campanha de e-mail; e até mesmo o hackerativismo.
4. **Organização online:** quando campanhas inteiras ou grupos se organizam exclusivamente pela internet. Esse tipo organização caracteriza um *e-movement*.

Na a ação coletiva em defesa da cultura enquanto compartilhamento, observou-se que o engajamento se deu através de **participação online**. As táticas utilizadas envolveram a utilização de ferramentas disponíveis na internet, como o tuitaço no Twitter e a utilização do *botton* (através da ferramenta *Twibbon*). Ainda que houve na organização da mobilização a reunião presencial, foi através da internet que ocorreu o confronto político.

Por outro lado, a mobilização pela continuidade do Programa Cultura Viva mesclou a **facilitação online do ativismo off-line**, na organização da Marcha Nacional dos Pontos de Cultura, com a **participação online**, através da petição na internet.

O Mobiliza Cultura, por sua vez, utilizou de forma estratégica as ferramentas de **participação online** empregadas nas outras mobilizações (petição online e tuitaço), além de criar a inovação do desenvolvimento de site próprio e ter conquistado a pauta em webjornais.

O que se pode concluir é que o ativismo dos pontos de cultura em 2011 apresentou baixo custo, com exceção da Marcha Nacional dos Pontos de Cultura – que envolveu o deslocamento para rua e, nesse caso, exigiu uma viagem de centenas de quilômetros aos ativistas que não residiam na região de Brasília.

A rede de ativismo aproveitou as *affordances* da internet para a articulação com outros grupos, a exemplo do Mobiliza Cultura. A velocidade em que as

campanhas declinaram ou alteram seus esquemas interpretativos também pode ter sido resultado do amplo emprego dessa tecnologia.

Utilizando a categorização de Earl e Kimport (2011), classifica-se o repertório do confronto político, enquanto um **repertório digital**. Na ação coletiva da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a incorporação da internet não foi utilizada apenas para a redução de custos e sua celeridade, mas também houve a apropriação em quase todos os momentos da construção da ação coletiva. A comunicação mediada por computadores foi estratégica para a construção das tarefas de enquadramento e do processo de alinhamentos de quadros.

3.4 A VALIDADE DA HIPÓTESE DAS OPORTUNIDADES POLÍTICAS

Como se observou, o processo de enquadramento é dinâmico, pois, ao visualizar mudanças nas relações e nas lógicas dos demais campos, a ação coletiva pode alterar suas interpretações a partir do repertório disponível já construído e das oportunidades políticas.

Na lista de fatores⁶³ apresentados por Gamson e Meyer (1996) que podem reduzir os custos e facilitar a ação coletiva, observaram-se três oportunidades políticas no processo de constituição de comunicação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura no Twitter: a mudança de agenda política; o acesso aos meios de comunicação através do jornalismo; e força de autonomia das organizações sociais.

A primeira oportunidade se refere à mudança da agenda nas políticas culturais desenvolvidas pelo MinC com a entrada de Ana de Hollanda. Segundo Kingdon (2003), a configuração de uma agenda de governo envolve a definição de atores e processos. No período de 2003 até 2010, a agenda do Ministério da Cultura incluiu *atores* que não eram beneficiários de recursos públicos até então, os *processos* para a ampliação da agenda, foi a criação e o desenvolvimento do Programa Cultura Viva.

Mesmo antes da saída de Juca Ferreira no Ministério da Cultura, em novembro de 2010, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura reivindicou maior atenção do governo às demandas dos pontos de cultura, através da Carta de

⁶³

Ver capítulo 1.

Sustentabilidade dos Pontos de Cultura⁶⁴. A reclamação se iniciou, portanto, antes da entrada da ministra de Ana de Hollanda. No entanto, essa mobilização ficou restrita à publicação da carta pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, não conseguiu ressonância na arena pública.

A entrada de Ana de Hollanda ao ministério em 2011, com algumas de ações em confronto com os princípios da agenda implementada até então, possibilita a criação de uma “janela de oportunidades”, que na para Kingdon (2003) é uma abertura para a manifestação do descontentamento já latente. Segundo o autor, a mudança de agenda é uma janela aos atores sociais, quando a esses não é ofertada *alternativa* para a solução dos problemas, ou quando não há habilidade política para controlar a manifestação dos problemas apresentados. Portanto, o rompimento da *agenda* dos pontos de cultura, sem uma *alternativa*, oferece uma justificação para o confronto contra a gestão do Ministério da Cultura para a manutenção da agenda criada pelas gestões anteriores.

Outro fator que pode oferecer facilitadores aos ativistas no processo de confronto é a atuação do sistema midiático, através do jornalismo. No desenvolvimento das mobilizações dos pontos de cultura pelo Twitter, identificou-se a forte presença de hiperlinks de matérias jornalísticas, como recurso para sustentar e motivar, através de justificativas, o confronto político. Das 163 postagens no microblog da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, 44 (27%) compartilharam endereço para as reportagens jornalísticas. Dessas, 31 *tweets* têm ligação para os web jornais Estadão e O Globo.

O sistema midiático também atua no confronto político através da difusão de informações. Na produção de bens simbólicos, a mídia possui grande influência sobre os "processos pelos quais qualquer corpo de conhecimentos chega a ser estabelecido socialmente como realidade" (BERGER e LUCKMANN, 2012). A partir da definição do que é realidade, o campo midiático se posiciona como *mediador* do conflito. No entanto, o papel de mediação não é neutro, pelo contrário, está inscrito em lógicas (mercadológicas e políticas) específicas de interesse e de poder.

A imprensa (especialmente os jornais *O Globo* e *Estadão*), ao divulgar informações de denúncias da gestão de Ana de Hollanda, abriu um caminho para que os pontos de cultura manifestassem o seu enquadramento diante do assunto,

64

Ver Anexo II.

tendo assim grande repercussão. A visibilidade ofertada pela imprensa foi um recurso que foi aproveitado também reduziu os custos para que os quadros de injustiça se tornassem visíveis diante da opinião pública.

Com as denúncias do jornal O Estado de São Paulo e de O Globo, houve um redirecionamento do quadro interpretativo; de uma questão de incompetência na gestão – classificando-a como “desastre” – passou-se a falar em conduta incompatível, uma inabilidade enquanto administradora, imprimindo um tom de denúncia com o “escândalo” do uso do dinheiro público para fins pessoais.

O desenho institucional da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura que possibilitou o protagonismo no confronto, também foi uma janela de oportunidade para a mobilização. Como pode ser observado nos *tweets* da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a comunicação para a *coreografia da reunião* na ação coletiva foi feita a partir dos processos de participação que foram criados através do Programa Cultura Viva.

Ao ofertar *kits* multimídia e capacitação para o uso das ferramentas digitais (Ação Cultura Digital); financiar a criação de plataformas de conversação digital; incentivar a criação de organizações (pontões) para a articulação dos grupos (pontos) beneficiados; promover encontros presenciais (teias) dos beneficiários; e criar um mecanismo de controle no social (CNPdC) no processo de construção das políticas públicas no Ministério da Cultura, os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira provocaram a formação de uma identidade coletiva entre os ponteiros. Além de compartilhamento de um quadro de identidade, os pontos de cultura tinham uma estrutura de organização que possibilitou a criação de redes sociais (PEDROSO e MARTINS, 2013).

A organização em rede dos pontos de cultura tinha diversas finalidades, como as interações estéticas e o intercâmbio de conhecimentos. Contudo, essa rede quando é desvalorizada, na visão dos beneficiários, passa a ser utilizada como estrutura para a mobilização. Todos os recursos de interação tornam-se potenciais canais de fluxos de comunicação para o engajamento no confronto político. Dessa forma, o desenho institucional, que é uma ação vertical do governo aplicada à organizações que aceitam participar do Programa Cultura Viva, também é ativado no momento de autonomia dos beneficiários quando esses mudam o posicionamento de aliados à protagonistas do confronto com o governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de sociedade em que as trocas de informações através de dispositivos eletrônicos possuem caráter político e cultural (CASTELLS, 1999), recorrer à internet na produção de sentidos na agenda pública não é apenas estratégia dos atores envolvidos, mas constitui a dinâmica do confronto político contemporâneo. Portanto, a internet é o *locus* onde os ativistas dos pontos de cultura direcionaram seus quadros de interpretação e o fazem diretamente ao produzir informações nas mídias sociais, sites e blogs oficiais, ou indiretamente, quando busca também pautar a mídia, para que essa comunique o enquadramento à agenda pública.

A apropriação da internet pelos pontos de cultura mostrou que a construção do discurso na internet se desenvolve de modo veloz. As estratégias de comunicação empregadas no confronto político dos pontos de cultura em 2011 foram modificadas a cada formação de novo esquema interpretativo de injustiça. Cada quadro de diagnóstico exigiu específicos recursos para motivação de aliados. O resultado dos processos de enquadramentos *cultura como compartilhamento e desvalorização do Programa Cultura Viva*, produziu um alinhamento para a formação do quadro *inabilidade da ministra Ana de Hollanda*.

A criação de um quadro mestre, mais amplo e genérico, possibilitou motivar outros grupos para o confronto político, estabelecendo-se uma rede de ativismo. Por outro lado, as bandeiras específicas formadas nos esquemas primários foram dissolvidas, para a convergência de uma interpretação focada na personalidade da ministra.

A construção dos quadros de injustiça se deu de forma reflexiva a cada acontecimento. Dessa forma, o quadro mestre foi formado a partir de uma abertura no cenário político. As denúncias contra a ministra funcionaram como oportunidade política para o crescimento da campanha, que passou a contar com a força de outros apoiadores, o que reposicionou os quadros interpretativos.

As táticas de mobilização utilizadas pelos pontos de cultura, resultado das tarefas de enquadramento, podem ser classificadas em um repertório digital, com ampla utilização das *affordances* da internet.

O Twitter foi apropriado para a organização dos protestos. Contudo, o estudo do confronto mostrou que a mobilização política não se encerra na conversa que se estabelece no Twitter. Embora tenha obtido visibilidade no microblog, foi o conjunto de ações dos grupos que compunham a rede de mobilização que conseguiu articulá-la. O que se pode afirmar é que o processo de mobilização é fundamentalmente um processo de comunicação, no qual os atores – em um processo de dinâmico de enquadramento – falam e respondem, orientam e redirecionam suas ações e se esforçam para angariar adesão às suas demandas. O twitter nesse caso não sustentou sozinho as campanhas, mas essa não teria a força mobilizadora que teve sem o apoio da ferramenta.

Através da observação dos discursos expressos no Twitter, pode-se concluir que os momentos propícios para emplacar os enquadramentos ocorreram quando o adversário, a gestão da ministra, esteve em visibilidade por algum discurso ou ato polêmico. Ana de Hollanda foi a primeira a sofrer a pressão para deixar o ministério no primeiro ano do governo Dilma Rousseff. Na sequência, sete ministros foram demitidos pela presidenta por suspeitas de corrupção. Ana de Hollanda não esteve entre eles em 2011⁶⁵. Embora a campanha pressionasse claramente pela sua saída, esse objetivo não foi alcançado (de imediato). Isso pode levar a considerar que a campanha no twitter não obteve êxito.

No entanto, se for observada a trajetória do confronto, o quadro pode ser favorável aos opositores. Os ativistas conseguiram aproveitar as oportunidades políticas que se desenvolveram da dinâmica do confronto. A campanha se desenvolveu a partir de uma ação contida no repertório atual de confronto: emplacar os *trending topics* do twitter. Figurar nos TTs não era a meta da campanha, mas uma performance com vistas à mobilização do consenso. Para isso era preciso desenhar o quadro interpretativo da questão, localizá-lo na ministra e estabelecer o confronto. Entre as táticas de protestos, a campanha do Mobiliza Cultura teve notoriedade porque utilizou os fluxos de comunicação e as redes já articuladas nos atos anteriores. O ativismo se caracteriza como redes de mobilização, pois conseguiu aproveitar relações preexistentes com outros movimentos, organizações e fóruns para a ampliação dos públicos e ganhar visibilidade.

⁶⁵ A ministra foi demitida no dia 11 de setembro de 2012, tendo sido substituída pela senadora Marta Suplicy. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/11/apos-serie-de-desgastes-ana-de-hollanda-deixa-ministerio-da-cultura.htm>

Como resultado do confronto político, os pontos de cultura conseguiram que a ministra Ana de Hollanda firmasse um compromisso de continuidade das ações desenvolvidas pelo programa. No segundo semestre de 2011 o Ministério da Cultura realizou o chamado “Redesenho do Programa Cultura Viva”, que discutiu a reformulação do programa com a representação dos membros da CNPdC, oportunizando assim a abertura de diálogo com os pontos de cultura. Após esse acontecimento, não houve no Twitter da CNPdC, publicações com expressão injustiça e indignação.

A publicação de notícias (sobretudo pelos webjornais O Globo e Estadão) com atributos negativos à ex-ministra foi um recurso amplamente aproveitado no confronto político. Um estudo de enquadramento da produção jornalística no primeiro semestre de 2011 pode auxiliar na compreensão se essa interpretação negativa à figura da ex-ministra foi o único atributo referente à personalidade de Ana de Hollanda publicado pela imprensa, ou se os ativistas compartilharam apenas os enquadramentos que os favoreciam na justificação do confronto.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, Vol. 26, 2000, pp. 611-639.
- BENNETT, W. Lance; ENTMAN, Robert M. (orgs). **Mediated politics: Communication in the future of democracy**. Cambridge University Press, 2001.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL, Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004.
- BRASIL, Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, p. 1-49, 2006.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- _____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Anais do III ENECULT–Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador/Bahia, p. 1-18, 2007.
- CARVALHO, Aline. **Produção de Cultura no Brasil: Da Tropicália aos Pontos de Cultura**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.
- CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 99-118, 2007.
- COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA. **Sistema de Comunicação**. Disponível em: <http://pontosdecultura.org.br/sistema-de-comunicacao/>. Acesso 4 mai 2012.
- DALTON, Russell J. Political cleavages, issues, and electoral change. **Comparing democracies**, v. 2, p. 189-209, 1996.

DA SILVA, Frederico A. Barbosa, MIDDLEJ, Suylan. **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. Brasília: IPEA, 2011.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social Movements**. An Introduction. Maiden, Mass, and Oxford: Blackwell Publishing. 2006.

DIANI, Mario; McADAM, Doug. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action: Relational Approaches to Collective Action**. Oxford University Press, 2003.

DOWNING, John. **Radical media: Rebellious communication and social movements**. Sage, 2001.

DEL CLARO, Patricia. **Possibilidades e constrangimentos na gestão participativa: um estudo de caso do Programa Cultura Viva**. Dissertação de mestrado. Curitiba, UFPR, 2013. 107 p.

EARL, J.; KIMPORT, K. **Digitally Enabled Social Change: Activism in the internet age**. Cambridge, MA: MIT, 2011.

EARL, Jennifer, et al. Changing the world one webpage at a time: Conceptualizing and explaining internet activism. **Mobilization: An International Quarterly** 15.4 (2010): 425-446.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A Theory of Fields**, Oxford, New York, Oxford University Press, 2012.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Perspectivas sobre a pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GAMSON, William. **Falando de Política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Strategy of Social Protest**. Belmont: Wadsworth Publishing Company. 1990.

_____. **Talking politics**. Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William; MEYER, David. Framing of political opportunity. McADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 275-290.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the streets: social media and contemporary activism**. Pluto Press, 2012.

GIL, Gilberto. Discurso de posse. GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010**. Rio de Janeiro: Versal editores, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: An essay on the organization of experience. New York: Harper and Row. 1974.

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

HENRIQUES, Márcio S. (org). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Desatando Nós: Associativismo Civil, Democracia e Empoderamento na Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná**. Tese – Doutorado Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2007.

HUNT, Scott A.; BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Identity Fields: Framing Processes and the Social Construction of Movement Identities. LARAÑA, Enrique et al (orgs.), **New Social Movements**: From Ideology to Identity. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

IPEA, Coordenação de Cultura. **Cultura Viva**: as práticas de pontos e pontões. Brasília: IPEA, 2011.

JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. The cultural analysis of Social Movements. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (orgs.). **Social movements and culture**. U of Minnesota Press, 1995.

JOHNSTON, Hank. **States and social movements**. Polity, 2011.

JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (orgs.). **Frames of protest**: Social movements and the framing perspective. Rowman & Littlefield, 2005.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Pearson, 2003 (Primeira Edição 1984).

LUCHMANN, Lígia H.H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, 2011.

MAIA, Rousiley. Democracia e a internet como esfera pública virtual. In: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus. 2008.

MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES, F.P.J. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova** [online]. 2009, n.76, pp. 11-48.

McADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. (Eds). **Comparative perspectives on social movements**. Political opportunities, mobilizing structures and cultural framings. Cambridge University Press, 1996.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (orgs). **Cyberactivism**: Online activism in theory and practice. Routledge, 2003.

McCOMBS, Maxwell; GHANEM, Salma I. The convergence of agenda setting and framing. In: **Framing public life**: Perspectives on media and our understanding of the social world, p. 67-81, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia ea opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEIRELES, A. *et al.* **Almanaque cultura digital colaborativa livre**. Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/downloads/>. Acesso abr 2013.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: Collective Action in the Information Age. Cambridge University Press: Cambridge 1996.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79. 2012.

MEYER, David S. Protest and political opportunities. **Annual review of sociology**, p. 125-145, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura Viva** – oficial. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/>. Acesso em 4 mai de 2012.

MURTHY, Dhiraj. **Twitter**: Social communication in the Twitter age. John Wiley & Sons, 2013.

NORRIS, Pippa. **Democratic phoenix**: Reinventing political activism. Cambridge University Press, 2002.

PRUDENCIO, Kelly C. S. Mobilizar a opinião pública. Sobre a comunicação dos ativistas políticos. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ROLLENBERG, Márcia. **Secretaria de Cidadania Cultural**. (Apresentação de slides). 28 slides. 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo, Hacker. Editores, 2000.

_____. **Políticas culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos**. Salvador, 2007.

_____. **Comunicação e política**. São Paulo, Hacker. Editores, 2000.

RUCHT, D. The quadruple 'A': media strategies of protest movements since the 1960s. In: VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyberprotest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

SANTOS, M. C. L. *et al.* Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil-MNCR. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena Hahn Luchmann. (Org.). **Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, v. 1, p. 59-94.

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth et al. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. **Journal of communication**, v. 49, n.1, p. 103-122, 1999.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 133-155, 2007.

SNOW, David A. *et al.* Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American sociological review**, p. 464-481, 1986.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. **International social movement research**, v. 1, n. 1, p. 197-217, 1988.

SNOW, David A. **Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields**. In: The Blackwell Companion to Social Movements, edited by D. A. Snow, S. A. Soule, and H. Kriesi. Oxford: Blackwell Publishing. 2004, p. 380-412.

SHIRKY, Clay. Political Power of Social Media-Technology, the Public Sphere Sphere, and Political Change, **The. Foreign Affairs.**, v. 90, p. 28, 2011.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. **O poder em movimento.** Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688-2012.** Cambridge University Press, 2013.

TILLY, C. **From mobilization to revolution.** Reading, Mass.: AddisonWesley. 1978.

_____. **The Contentious French.** Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

TORO, José Bernardo. WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasil: UNICEF, 2004.

TURINO, Célio. Desescondendo o Brasil profundo. In: **Cartilha do Programa Cultura Viva** – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília: 2005.

VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyberprotest.** New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

Composição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (2010/2011)

Representantes Estaduais

ACRE

Laelia Maria R. da Silva (titular)
Gilberto Moura (suplente)

ALAGOAS

Maria das Graças S. Monteiro (titular)
Maria Jailda M. dos Santos (suplente)

AMAPÁ

Iran Lima de Sousa (titular)
Plácido Sousa Moreira (suplente)

AMAZONAS

Lucimar de Souza Weil (titular)
Elson Vicente Batista (suplente)

BAHIA

Colegiado de 8 Membros: Angélica R. de Oliveira, Antenor Simões Santana, Cristina Alves, Luiz Dantas, Marcio Caires, Maria Aparecida Ribeiro da Cruz, Pauline Leite e Wilson Mário Santana

CEARÁ

Norma Paula M. da Silva (titular)
José Roberto Bezerra Mariano (suplente)

DISTRITO FEDERAL

Kim Alencar (titular)
Dayse Hansa, Mateus Guimarães e Jorge Augusto (suplentes)

ESPÍRITO SANTO

Fábio Carvalho de Souza (titular)
Vilmar Burzalaff e Estela Cazara (suplentes)

GOIÁS

Hélio Martins da Mata (titular)
Virgílio Alencar Santana (suplente)

MARANHÃO

Maria José Lima Soares (titular)
José Antonio Pinheiro Junior (suplente)

MATO GROSSO

Leandro Nery Fernandes (titular)
Vivienne Lozi (suplente)

MATO GROSSO DO SUL

Andréa Escobar Freire (titular)
Paulo Matoso (suplente)

MINAS GERAIS

Júlio César de Souza (titular)
Xavier Ladeira (suplente)

PARÁ

Colegiado de 4 Membros: Nilton Silva, Deize Botelho, Lucineide de Azevedo e Cleuton Bentes

PARAÍBA

Alice Monteiro Lima (titular)
Ana Clara Maia de Oliveira (suplente)

PARANÁ

Érico Masoli T. Pereira (titular)
Maria Aparecida Tozatti (suplente)

PERNAMBUCO

Fabiano Santos (titular)
Anildomá Willans (suplente)

PIAUI

Francisco Pellé (titular)
Gilvan Quadros (suplente)

RIO DE JANEIRO

Colegiado: Comissão Fluminense dos PdC representada por todas as regiões para contribuir com toda a Rede – Regiões: Baixada Litorânea – 1. Rose Cintra; 2. Roberto Lara; Costa Verde – 1. Bernadete Passos; 2. Adriano Fabio da Guia; Vale Médio-Paraíba – 1. Célia; 2. Vânia; Norte Fluminense – 1. Raul Firmino Caldas Lavor (Mestre Fantoche); 2. Alexandre de A. Ribeiro; Noroeste Fluminense – 1. Isabel Azeredo Uchôa; 2. José Antônio Fontoura Xavier; Serrana – 1. Paula Colen; 2. Marcela (Arena das Artes – Carmo); Sul Fluminense – 1. Jäder Costa (Fancine- Usina de Cinema e TV – Volta Redonda); 2. Fatinha (Jongo do Pinheiral); Metropolitano Rio – 1. Ana Beatriz (Coisas de Mulher); 2. Osmar (Barão de Mauá); Metropolitano Niteroi e São Gonçalo – 1. Luiz Augusto F. Rodrigues (PdC Niteroi Oceânico) 2. Jorge Canela (Projeto Amo o Salgueiro); Baixada Fluminense – 1. Marcos Serra 2. Luiz Cleber Alves Moreira (América no Coração da Baixada)

RIO GRANDE DO NORTE

Teotônio Roque (titular) 2012 -
Rodrigo César S. de Macedo (titular) 2010 – 2012

RIO GRANDE DO SUL

Marly Cuesta (titular)
Leandro Anton (suplente)

RONDÔNIA

Raimundo José Ferreira de Melo (titular)
Eliel Santos Gonçalves (suplente)

RORAIMA

Raimundo Nonato Chacon (titular)
Liege de Aquino (suplente)

SANTA CATARINA

Denilson Machado (titular)
Gilson Máximo de Oliveira (suplente)

SÃO PAULO

Adriano Paes Mauriz (titular)
Isabel Cristina Alves (suplente)

SERGIPE

Lindemberg Monteiro (titular)
Messias Cordeiro e Deyse Rocha (suplentes)

TOCANTINS

Odimar Guimarães (titular)
Márcio Bello dos Santos e Luciana Pereira (suplentes)

Representantes dos Grupos Temáticos

AÇÃO GRIÔ

Colegiado: Maria dos Anjos (Mestra Doci); Alcides Lima (Mestre Alcides); Marcelo Bragança; Laurita Veiga; João Batista; Maria Lucia Neves (Mãe Lucia); Queles da Silva; Marcos Simplicio; Expedito Neves (Dito Di Oxossi); Fatima (Fatinha); Dirceu do Congado; Chico Malta; Severo Barros; Valcir Lima

AUDIOVISUAL

Colegiado: Shirlene Teixeira Lopes, Francisco Marnilson Neris da Silva, Maria Miguelina da Silva, Paulo Tavares, Bruno Fred Mancuso, Marcos Telles de Alcântara, Eduardo Pena Teles, Rosangela Rocha, Rogério Matos, Tania Mendes, Raimundo Melo, Lula Gonzaga, José Gerardo Damasceno, Francisco da Chagas Silva, Elias Mngote, Thais Scabio, Davy Alexandriski, Jader Costa, Luciene de Oliveira e Michael Brasil

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Colegiado: Érika Curtiss dos Santos e Jacqueline Baumgratz

CULTURA DE PAZ

Maria Fulgência S. Bomfim (titular)
José Roberto Bezerra Mariano (suplente)

CULTURA DIGITAL

Colegiado: Eduardo Milioli (SC); Daniel Carneiro (SP) e Fabricio Solagna (RS)

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Isabel Cristina Alves (titular)
Cremilda Barbosa de Souza (suplente)

ESCOLA VIVA

Claudio Márcio Paolino (RJ) (titular)
Ricardo Pamflio de Sousa (BA); Claudio Ferreira dos Santos (SP) (suplentes)

ESTUDANTES

Fellipe Redó (titular)
Júlio César; Taís do Nascimento Chagas (suplentes)

GÊNERO

Leila Regina Lopes (titular)
Marcos Antonio Monte Rocha (suplente)

GRUPO AMAZÔNICO

José Maria Reis (PA) (titular)
Ana Paula de Oliveira (RR) (suplente)

HIP-HOP

Colegiado: Luciana S. Siqueira, Jackson Brum e Oilson Alves

JUVENTUDE

Fábio Kossmann (RS) (titular)
Dereck Luan Viana de Vasconcelos (PA) (suplente)

LEGISLAÇÃO

Colegiado: Sérgio Luíz Melere (SC), Geo Britto (RJ) e Maria Stela Cabral (SP)

LGBT

Sandro Ouriques Cardoso (RS) (titular)

Maria de Fátima Nascimento Gama (AP) e Cezar Nogueira (PA) (suplentes)

LITERATURA

Maria Antonia (AC) (titular)

William Figueiredo (SP) (suplente)

MATRIZ AFRICANA

Colegiado: Aderbal Ashogun; Babalaxé Odé Min – Pai Luiz Dantas – BA; Mãe Lúcia d'Oya. Comissão Executiva Nacional de Matriz Africana: Lundakecy – Alessandra Gama – SP; Mãe Beth D' Oxum – Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – PE; Da'Ogum- Alessandra Ribeiro- SP; Ataojá – Fábio Gomes – PE; Oba Ogodo Osí'la – Marcos Serra – RJ; Alceu José Estevam – SP; Marcus Carvalho – BH; Odé Falayó – Eliana Santos Souza- BA; Baby Amorim – Cleib Aparecida Cupertino

MÚSICA

Domingos Jorge R. Salles (titular)

José Brasil e Jasiel Martins dos Santos (suplentes)

PATRIMÔNIO MATERIAL

Morgana Eneile Tavares de Almeida (titular)

Darlan Cordeiro (SC), Marines da Silva Manhani de Lima (SP), Jesus da Silva Paixão (MT) e Raquel Fayad (SP) (suplentes)

PONTÕES E ARTICULAÇÃO DE REDE

Luciano Gonçalves (PE) (titular)

Gilzane Moraes (PA) e Virgílio Alencar (GO) (suplentes)

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Cirlene Menezes (PE) (titular)

Valdir Barbosa (GO) (suplente)

REDE DA TERRA

Não especificado

RIBEIRINHOS

Gerson González (AP) (titular)

Luã Gabriel dos Santos (PA) (suplente)

SUSTENTABILIDADE

Leri Faria Junior (BH) e Ariane Stigger (RN)

DANÇA

Anderson de Oliveira dos Santos (titular)

Renato Alves Pereira (suplente)

CIRCO

Colegiado: Camilo Torres (Sudeste), Simone Alves (Nordeste), Luciano Astiko (Centro-Oeste) e Carlos Adrian Pagliano.

TEATRO

Colegiado: Clelton Marques Bentes (PA); Elcias Villar (RO); Lindemberg Monteiro da Silva (SE); Frank Lourenço (CE); Joeli Siqueira Milhorança (MT); Miguel Mariano (DF); Joelson Santos da Cruz (PR); Révero Paula Ribeiro (SC); Flavio Sanctum (RJ); Manoel Lucena Mesquita Junior (SP)

MATRIZES INDÍGENAS

Colegiado: Lúcio Xavante, Yakuy Tupinambá e índia Mucuxi

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Representantes não foram indicados

ARTES VISUAIS

Representantes não foram indicados

CAPOEIRA

Fabricio Souza (titular)

CULTURA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Representantes não foram indicados

ANEXO II

Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura Carta de Pirenópolis

Nós, trabalhador@s da cultura, podemos finalmente celebrar, depois de séculos de completo descaso, o nosso reconhecimento como “sujeitos de direitos” para potencializar nossos saberes e fazeres. O governo do Presidente Lula plantou muitos sonhos, mas temos colhido consideráveis desilusões. A rede de pontos de cultura precisa abrir os olhos e sensibilizar as autoridades públicas, assim como aqueles que acreditaram em nossos trabalhos, para que possamos nos re-encantar neste novo governo da Presidenta Dilma.

É chegado o momento de acabar com a intolerância e, através de investimentos em ações culturais, viabilizar condições indispensáveis para o aprofundamento da democracia no Brasil, como o acesso aos bens, meios e ferramentas de reflexão e produção cultural, o fortalecimento da educação e da inclusão social, a democratização da comunicação, entre tantas outras ações que alimentam a cidadania e os direitos humanos no Brasil.

Dessa forma, nós, membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), vimos a público nos manifestar sobre a conjuntura política e suas conseqüências para a política cultural brasileira. Não merecemos ser tratados como mero programa de repasse de recursos, muito menos como mercadoria ou instrumento de manipulação eletiva. A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, incorporou-se a cultura à política institucional e à cidadania e aos direitos culturais e, em 2002, a UNESCO promulgou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e sua defesa como “um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana”. Porém, mesmo assim, o Brasil precisa avançar muito nos seus investimentos no setor cultural bem como garantir a aprovação imediata da Lei Cultura Viva, da Lei Griô, da PEC 150, do Vale Cultura e do Fundo Cultural do Pré-sal.

A eleição da Presidenta Dilma, nos traz grande esperança da continuidade e consolidação destes Programas. Após 8 anos de Governo Lula, podemos dizer que diversos avanços sociais, econômicos e culturais foram alcançados com destacado reconhecimento nas comunidades abrangidas. Do ponto de vista cultural, apesar dos inúmeros avanços instituídos pelo MinC, ainda enfrentamos o desafio de garantir as Leis Sociais dos Programas Mais Cultura e Programa Cultura Viva e a modernização do Marco jurídico legal da cultura, bem como tornar a cultura tema prioritário na agenda nacional. A pauta das eleições de 2010 comprova o descrédito. A conjuntura atual atrofia a responsabilidade do MinC nos processos de conveniamentos estaduais e municipais ao mesmo tempo em que inviabiliza os CNPJs das associações civis desprovidas de adequada orientação jurídica.

Mesmo tendo beneficiado mais de 8 milhões de pessoas pela Rede Nacional dos Pontos de Cultura, pouco se fez para melhorar o Marco Legal para a gestão de convênios de Pontos de Cultura regulado pela Lei 8.666/1993, pela Portaria interministerial – Inciso II § 2º art. 50 nº 127/2008, Portaria Interministerial nº 342/2008 de 5/11/2008 e IN/STN nº 01 de 15/01/1997, que até 2010, tratou a cultura popular com a mesma rigidez que se trata as grandes obras de infra-estrutura do PAC.

Mas por que a cultura ainda é marginalizada no Brasil? Será porque ela não é capaz de eleger seus representantes nas eleições? Talvez. O que importa é que com direito humano não se brinca. Se “quem produz cultura é a sociedade e cabe aos governos identificar e fomentar tais iniciativas”, jamais tal temática poderia ser negligenciada ou mesmo utilizada como moeda de troca numa transição governamental.

Mesmo com todos os avanços nesses últimos anos, o quadro brasileiro de exclusão cultural é assustador. Cerca de 90% da população brasileira nunca entrou num teatro; lê-se, em média, 4,7 livros por ano; somente 10% dos municípios possui um local dedicado à cultura; 92% dos brasileiros não costuma ir a museus; 80% nunca assistiu a um espetáculo de dança e apenas 13% da população vai ao cinema (IBGE, 2008).

Sendo assim, aos 28 dias do mês de novembro do ano de 2010, no coração do Brasil, no alto do Planalto Central, na histórica, bucólica e hospitaleira cidade de Pirenópolis, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), após 3 dias de intensos debates sobre o futuro dos Pontos de Cultura, encaminha a “CARTA de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura”, dos Programas Mais Cultura e Cultura Viva que “desescondeu” o Brasil profundo, promoveu cidadania, inclusão, geração de renda e o aumento da qualidade de vida de milhares de atores e fazedores da Cultura Popular, reconhecendo o protagonismo de seu saber e fazer cultural.

Seguem abaixo as principais proposições de melhorias para a gestão cultural do Ministério da Cultura e no Brasil:

QUESTÕES BUROCRÁTICAS

Que o MinC disponibilize para a CNPdC a lista com a situação dos Pontos com pendências em prestação de contas, e juntos, busquemos contribuir com a regularização da situação desses Pontos. Para tanto, solicitamos a presença de técnicos do MinC nos estados, e nos casos necessários inicie processo de anistia fiscal e tributária para os Pontos aos quais a medida se faça necessária.

Que o MinC assuma nas instâncias oficiais o compromisso de pagar os editais já aprovados em 2010 e dos Pontões de 2007 e 2009 e todos os editais do Programa Mais Cultura e Cultura Viva que já em andamentos se fizerem.

QUESTÕES DE REGULAÇÃO /LEGISLAÇÃO

Concentrar esforços para o estabelecimento de um novo Marco Regulatório para reger as relações entre o Estado e as entidades da sociedade civil. Consolidação da Lei Social da Cultura Viva para torná-la uma Política Pública de Estado.

Aprovação da Lei Cultura Viva pelo Congresso Nacional e consolidação dos Pontos de Cultura como política pública de Estado;

Aprovação da Lei Griô pelo Congresso Nacional;

Garantia de um Marco Regulatório que favoreça o tratamento diferenciado para desiguais;

Que o novo governo – eleito com o apoio consistente do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura – se comprometa a garantir os recursos necessários à manutenção do desenvolvimento permanente do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura.

Revisão sobre a forma como vem sendo tratada a implantação do Programa Mais Cultura nos estados da Federação.

Aprovação da PEC 150 pelo Congresso Nacional;

Aprovação do Fundo Cultural do Pré-sal, a PEC 236;

Aprovação do Vale Cultura pelo Congresso Nacional

Apoio e incentivo à modernização da Lei de Direito Autoral;

QUESTÕES ORGANIZATIVAS

Fazer da TEIA dos Pontos de Cultura um processo pedagógico de formação política de Agentes Culturais para a transformação Social;

Garantir que a TEIA Nacional e o Fórum Nacional aconteçam semente após TEIAs Regionais e/ou Estaduais e que essas por sua vez aconteçam acompanhadas do processo de cadastro único dos Pontos de Cultura e de uma consulta pública sobre o Marco Regulatório da Lei Cultura Viva dos Pontos de Cultura e toda a sua diversidade;

Garantir recursos para o Encontro Nacional da Ação Griô.

QUESTÕES GERAIS

Garantir Pontos de Cultura em todos os municípios do Brasil;

Fazer com que as formas e expressões culturais do povo brasileiro contribuam como instrumento de aproximação dos povos latino-americanos;

Criar espaços para o livre desenvolvimento das diversidades culturais;

Promover Ações para contribuir na consolidação do Movimento Social dos Pontos de Cultura.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

Através das políticas públicas de cultura, gerar ferramentas de acesso aos brasileir@s de matriz africana, indígenas, ciganos, entre outros;

Resgatar oralmente a cultura ancestral a partir do relato dos velhos mestres e Griôs;

Ampliar as ações de Cultura Digital para democratização de acesso aos meios e processos da comunicação virtual para ampliação do conceito e prática colaborativa do software livre e universalização da banda larga em caráter público;

Criar mecanismos para romper o gargalo da comunicação midiática a serviço do show biz;

Fortalecer os movimentos de Cultura da Paz;

Compreender as questões de gêneros, orientação afetivo e de orientação sexual, geração, raça, etnia, classe, como políticas estruturantes para uma nova sociedade.

Elaboração de políticas públicas que levem em conta a complementaridade da comunicação e da cultura;

Garantir a presença dos Pontos de Cultura nos mais diversos conselhos e instâncias de participação social nas políticas públicas;

Todas essas solicitações da CNPdc devem ser assumidas pela gestão atual da SCC e MINC e não deixadas na mão da próxima administração.

Assumir o “custo amazônico” como uma realidade e promovê-lo como uma política necessária e afirmativa na execução de políticas públicas setoriais de cultura, tais como Programa Cultura Viva e Programa Mais Cultura

Garantir a preservação dos saberes e fazeres orais dos mestres griôs para a posteridade através de suporte audiovisual e impresso.

Que o MinC proponha ao MEC maneiras diferenciadas de acesso à Universidade de mestres, griôs e agentes culturais que trabalhem diretamente em Pontos de Cultura, e reconhecendo o seu notório saber, como contrapartida, os ingressos realizarão oficinas em parceria com entidades e coletivos que trabalhem na academia para a comunidade acadêmica. O acesso pode se dar por meio de proposta de dissertação a ser apresentada e com foco na ocupação das vagas ociosas das Instituições Públicas de Ensino Superior.

Garantir um encontro entre o MEC, MINC e Pontos de Cultura para desenvolver trabalhos em parceria com Escolas Públicas no intuito de avaliar e aprimorar os Programas: “Mais Educação”, “Escola Aberta”, “Escola Viva” e “Agente Escola Viva”

São signatários desta “CARTA DE PIRENÓPOLIS” artistas de todas as formas de expressão artística, Gestores Culturais de todos os 27 Estados brasileiros e 25 GTs Temáticos que trabalham para a redução das desigualdades sociais, representando mais de 3000 Pontos de Cultura, que se articulam com mais de 8.000.000 de brasileiros, segundo dados do IPEA/2010.

Pirenópolis, 28 de novembro de 2010

Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

Anexo III

Ata do encontro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC),
realizado nos dias 18, 19 e 20 de 2011 em Pirenópolis - GO

Ata da reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), realizada entre os dias dezoito e vinte do mês de março do ano de dois mil e onze, na cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás.

Foi adotada uma metodologia nomeada de *Desmultiplicação de força* “Projeto Musculação ou pautando por dentro”.

A metodologia apresentada tem como objetivo potencializar as subcomissões para fortalecer a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Cada subcomissão deve eleger um relator, um coordenador e/ou pelo menos um secretário. Um representante deve ser responsável pelo registro das propostas, outro pelas inscrições e controle do tempo dos participantes e um para coordenar a reunião. É imprescindível que o secretário redija uma pequena ata para documentar todo o processo. Teremos então sete relatores que apresentarão seus textos para a plenária. Cada subcomissão terá a oportunidade de opinar acerca da lista pautada ao longo do tempo. Cada subcomissão é autônoma e ao final cada uma delas se comprometerá em escrever sobre as diretrizes da discussão. As atas produzidas serão disponibilizadas na rede.

A finalidade é terminarmos o encontro totalmente documentados e todos os representantes poderão ter acesso às informações e deliberações (memória sistematizada).

Cada subcomissão tem que estar focada na missão que se tem, portanto se a subcomissão tem como foco a legislação, esse deve ser o seu eixo para discutir todos os temas a serem abordados. As subcomissões podem eleger uma hierarquia dos temas propostos e não há necessidade de que se discutam todos eles.

Os novos integrantes presentes pela primeira vez na reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e os suplentes escolherão uma subcomissão para participar.

Dia 18/03/2011

Apresentação da pauta:

9h – Mística de Abertura – conduzida por Mestra Doci (GT Ação Griô Nacional), Fabrício (GT Capoeira Angola e Regional), Maria Fulgência (GT Cultura e Convivência de Paz).

9h15 – Apresentação da Metodologia dos Trabalhos (Explicação por Davy, Patrícia e Leri).

Entrega dos textos (leitura individual ou em grupo)

10h – Conversa sobre Conjuntura da Cultura no Brasil com apresentação de Alexandre Santini e debate com os representantes.

12h – Almoço

14h – Grupos de Trabalhos divididos nas sete subcomissões, para discutirem sobre os temas descritos abaixo.

- Análise de conjuntura do Novo Governo Dilma e seus reflexos no Ministério da Cultura e suas regionais;
- Relatos e impressões das reuniões regionais;
- Apresentação dos GT's e planos de trabalho;
- Definir metodologia e pauta para reunião com o MinC: pagamentos, economia da cultura, marco legal cultura viva, lei griô, CC, LDA, fazer mais reuniões com o movimento;
- Avaliação da pertinência das iniciativas e da situação dos GT's estaduais e temáticos e propostas de reorganização;
- Avaliação do funcionamento da CNPdC, suas subcomissões e o Conselho Político Executivo;
- Calendário de ações, metas e agendas, marcha de mobilização para os debates nas TEIAS REGIONAIS E NACIONAL.

16 – Café

17h – Retorno para as Subcomissões

19h – Reunião entre dois representantes de cada subcomissão e a equipe de relatoria para proceder a sistematização das propostas para encaminhamento à plenária no domingo (20/11/2011).

21h – jantar.

Representantes (relator e secretário) das subcomissões:

Leri – **Sustentabilidade**

Andréa - **Sustentabilidade**

Morgana – **Pesquisa e Memória**

Leandro – **Pesquisa e Memória**

Marly – **Produção**

Estela (ES) – **Produção**

Leila – **Mobilização**

Felippe – **Mobilização**

Lucimar – **Articulação**

Alice – **Articulação**

Gal – **Comunicação**

Nilton – **Comunicação**

Zé da Paz – **Legislação**

Jacqueline – **Legislação**

Relatores: Denísia Martins, Andréa Freire, Marly Cuesta, Wagner Coriolano, Jacqueline Baumgratz, Cintia Salviano e Lucimar Weil.

A reunião teve início às 10h com informes do Pontão. Foi solicitado a todos que entreguem seus bilhetes de viagem (vinda) pessoalmente e será entregue a cada participante um envelope, endereçado ao Pontão (COEPI) para que possam enviar o bilhete de volta assim que retornarem às suas cidades.

Mário falou do novo cenário político nacional. Fez um apelo ao bom senso de todos os participantes, que sejam pessoas sensatas ao longo do encontro. Citou que esse é o momento da Comissão Nacional dos Pontos

de Cultura se reestruturar para demonstrar sua força de trabalho frente à nova conjuntura política nacional.

Patricia sugere uma dinâmica de abertura para uma harmonização de todos os participantes. Explica sobre a dinâmica da reunião considerando a necessidade de novas estratégias de atuação por parte da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Transmite a notícia de que a Ministra, o Secretário Executivo Vitor Ortiz e a secretária Marta Porto não participarão da reunião. Duas pessoas virão participar da reunião representando o Ministério da Cultura: Cesar Piva e Antônia Rangel.

O Pontão apresentou as pessoas que vieram colaborar na sistematização da reunião através do Pontão, são eles: Denísia Martins, Wagner Coriolano e Cíntia Salviano – Equipe de relatoria; Uirá Porã e João Paulo Mehl - Apresentação do sistema de comunicação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; Alexandre Santini que veio contribuir fazendo uma análise histórica do surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura até o momento atual; e Chico Simões (representante dos Pontos de Cultura no Conselho) que fará um breve apanhado do funcionamento do CNPC (Conselho Nacional de Políticas Culturais).

Iniciamos nossos trabalhos com uma dinâmica de apresentação facilitada por Mestra Doci (GT Ação Griô) e Fabrício (GT Capoeira) onde Mestra Doci iniciou com um chamado de harmonia e responsabilidade política por parte de todos dos representantes e após passou para Fabrício (GT Capoeira) que cantou uma música utilizada no Instituto Odun Odara (seu Ponto de Cultura), como atividade integrante do Movimento de Cultura e Convivência de Paz: *Eu sou da cultura de paz e você meu amigo, o que é que faz?*

E cada participante como resposta se apresentava expressando em sua cantoria de onde veio... e qual o seu ofício... Um momento mágico de interação.

Em seguida Davy explicou a metodologia dos trabalhos. Como somos sete subcomissões, cada subcomissão elege 3 pessoas (um relator para fazer a ata, um para marcar tempo e fazer inscrições das intervenções e um para coordenar a reunião tendo como foco o cumprimento da pauta). Após essa fase, dois representantes de cada subcomissão se reunirão com o conselho político e a equipe de redação, para iniciarem a sistematização das propostas para a plenária final. Todas as atas das subcomissões serão anexadas à ata geral.

No processo de compreensão da metodologia:

Leila: as divergências serão rediscutidas na reunião do Conselho Político. Sugere uma inversão de pauta, para que se apresente primeiro o histórico da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, para que as pessoas discutam nas subcomissões já com um nivelamento de conhecimento.

Patricia: a apresentação do sistema de Comunicação ajudará a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a contar sua história. É necessário duas horas e trinta minutos para a apresentação.

Uirá: informa que o sistema ainda não está no ponto de apresentação nesse momento, mas apresentarão no sábado pela manhã.

Leri: sugere que se esgote todo o processo de informes, relatos, falas do Pontão no primeiro dia e que o sábado, 19/03/2011, seja destinado apenas às discussões da pauta elaborada e aprovada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

A metodologia da reunião foi aprovada por aclamação. Leri sugere a eleição da mesa diretora para coordenação dos trabalhos. Foram eleitos Mário, Leri, Leandro e Lindemberg.

Santini: Falou sobre o histórico da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura desde sua origem no final da Teia de São Paulo até os dias atuais. Sua fala teve duração de 20 minutos. Fez uma exposição oral que está sendo adequada para ser encaminhada para a plataforma do sistema de comunicação da CNPdC.

Histórico apresentado por Santini

Precisamos entender o movimento histórico do qual essa Comissão é fruto. Somos consequência de um legado muito importante da política cultural desenvolvida nos últimos oito anos no nosso país. A partir do governo Lula houve uma Republicanização da cultura do Brasil. Não tínhamos instrumentos claros de ação do Estado em relação à cultura. Éramos um anexo do Ministério da Educação. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura é, portanto, fruto dos avanços na linha das políticas públicas para cultura aplicadas nos últimos oito anos, isso significa que a cultura vem atingindo o processo de maturidade com a efetivação da rede de Pontos de Cultura.

A Comissão é fruto desse processo de Republicanização da Cultura. Houve uma convergência entre setores da cultura que antes caminhavam paralelamente. O debate cultural que se iniciou nos anos 60 e foi interrompido pela ditadura militar. Na análise que se faz, a gestão do Ministro Gilberto Gil trouxe para o debate da política cultural uma convergência inédita na cultura brasileira, (dimensão antropológica da cultura, expressões simbólicas, direito a cidadania, reconhecimento de tradições populares e tantas outras temáticas). Permitiu-se que uma ampla rede passasse a fazer parte da política do país, um marco civilizatório na cultura brasileira.

A compreensão e a defesa desse legado se fazem necessárias. Construir a narrativa desse processo que vivemos e estamos vivendo é o ideal para termos clareza do que estamos defendendo e para onde queremos caminhar.

Os Pontos de Cultura são a potencialização dessa lógica. Este corpo representa um corpo amplo da sociedade que está sendo chamado pela política cultural. Estamos avançando a cada ano, com os Fóruns Nacional e Regionais (TEIAS). A Comissão dos Pontos de Cultura se constitui então para manter uma representação federativa e ampliar uma representação temática, para trabalhar um modelo de participação democrática com uma nova cultura política de forma a exercer a tomada

de decisões. É necessário termos dimensão da responsabilidade deste encontro, tão relevante para a história da política cultural do nosso país. A Comissão deve atuar mais fortemente na pauta legislativa. Devemos ter a capacidade de influir no debate legislativo. É necessário ampliar e conquistar outros espaços de atuação. Precisamos dar um salto estratégico, para assegurarmos e respaldarmos aqui o que já construímos. Estamos diante de um grande desafio. Precisamos entender o que nos trouxe até aqui e o que nos levará pra frente, tendo entendimento da grandeza deste tempo e oportunidade.

Em 2008, durante a realização da Teia Brasília, foi executado o censo dos pontos de cultura por alunos bolsistas da Universidade de Brasília, esse material precisa ser recuperado como uma das referências da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. **Onde está disponibilizado esse material??????**

As BAC's são edificações preparadas para um programa de ação cultural = Pontos de Cultura inverte essa lógica. Precisamos construir uma narrativa coletiva da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Histórico dos Fóruns:

Teia de 2006 (São Paulo): Primeira plenária nacional coordenada pelo Instituto Paulo Freire (+ ou – 500 pessoas), nesse momento ainda não havia sido constituída a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Teia de 2007 (Belo Horizonte): Houve avanços, com a realização dos Fóruns Regionais que elegeram representantes para organização da Teia Nacional. Na plenária nacional foi escolhida a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a partir da realização do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Discutiu-se o formato da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura: não apenas federativa, mas temática também.

Teia de 2008 (Brasília): Princípio de democracia direta, com maior controle social, aprimorando o formato em que os pontos de cultura realizaram fóruns estaduais, regionais e/ou temáticos, e que culminaram na realização do II Fórum Nacional com referendo das deliberações locais.

A experiência do Fórum Cultural Mundial realizado no de Rio de Janeiro (São Paulo?), foi a oportunidade de diversificação de atores e espaço. O Ministério da Cultura passa ao diálogo multilateral.

Avalia que o Movimento dos Pontos de Cultura deve assumir sua maturidade, ampliar e diversificar o diálogo, como discutir a pauta legislativa (Marco Legal), inserir lei cultura viva na pauta legislativa, que significará um salto estratégico, caso contrário corre-se o risco de ficarmos sempre numa ação reativa com o poder executivo.

Propostas apresentadas após o encerramento da fala de Santini:

Morgana: Pensamos muito em primeira instância nos problemas. Devemos conseguir ampliar nossas pautas. Este grupo tem capacidade de ser o Movimento mais importante deste país. Agregar valor a nossa pauta significa dialogar com outros grupos. Conseguir avançar como Movimento.

Gilvano: Devemos registrar que naquele momento onde esta parceria estava se formando não se acreditava tanto no trabalho que iríamos desenvolver. Com essa evolução e organização, conseguimos interlocutar com o Ministério da Cultura de maneira mais respeitosa pois nos impusemos. Não foi fácil. Não nos foi oferecida a mínima estrutura.

Morgana: Propõe que as subcomissões se reúnam imediatamente e que a apresentação do sistema de comunicação seja no dia 19/03/2011 às 09h.

Júlio: Afirma que a reunião continue o debate sobre o histórico da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura até o horário do almoço e as subcomissões iniciem os trabalhos no retorno do almoço. **A Proposta foi aceita por aclamação.**

Davy: Diz que esse movimento se inicia não só pelo desejo e convicção de quem estava na Teia de São Paulo, mas chegou num momento em que o próprio Ministério da Cultura sabia que precisava dessa parceria. Nossa vivência atual não nasce só do interesse desse coletivo e sim da fusão dos interesses da sociedade e do Estado, bem como da sensibilidade de Célio Turino.

Leandro: Agradece à participação de Santini. E logo depois coloca que estamos vivendo o momento de traçarmos efetivamente os objetivos da Comissão, para tanto é necessário que se recupere a história que deu origem à Comissão. Solicita a ajuda das pessoas que estão no movimento desde o começo para que a história seja contada em sua totalidade.

Morgana: Afirma que participou da primeira Teia – como governo (Funcionária da FUNARTE) e reconhece a importância do movimento para o avanço das políticas públicas do país, mas acredita que devemos nos agregar a outras pautas (nos unirmos a outros movimentos sociais).

Gilvano: Nem sempre tivemos o apoio esperado do governo para realização de nossas ações. O respeito que conquistamos foi um processo de muita luta e que deve ser respeitado em todas as esferas governamentais.

Claudio: Sugere uma publicação com a história da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Os Movimentos Sociais Culturais lutaram para existência dos editais do Ministério da Cultura e esses significam a vitória política do movimento cultural.

Daniel: Ainda não conseguimos dar um passo enquanto movimento. Devemos ser mais preocupados com os nossos representados. Nosso momento é de articulação. Devemos nos preocupar mais com discurso, queremos representar o que já vínhamos articulando. Ainda ficamos correndo atrás de decisões que já tomamos e deveriam ter sido encaminhadas. Devemos discutir mais os nossos acertos e erros. Temos ainda que dar grandes passos para sermos considerados um movimento.

Odimar: Ainda não estamos maduros quanto à funcionalidade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. As redes estaduais e municipais se distanciaram dos pontos conveniados diretamente com o Ministério da Cultura. Temos uma carência muito grande de aprender. O Estado do Tocantins ainda está muito prematuro, não temos uma relação direta com Ministério da Cultura e com a Comissão. Queremos trabalhar, contribuir e aprender, considerando que nosso Estado carece de recursos e de informação. Solicita atenção especial aos que estão chegando agora

na Comissão para entender melhor onde estamos para ajudar a prosseguir.

Virgílio: Célio foi quem apresentou o projeto dos Pontos de Cultura em substituição às BAC's e isso mudou as diretrizes das políticas públicas para a cultura no país. A Comissão deve se aproximar de outros movimentos, inclusive sindical e também de outros ministérios.

Raimundo Melo: Passamos por um longo processo de aprendizado pelos pontos de cultura: conflitos, dificuldade em lidar com o dinheiro público, poucos funcionários do Ministério da Cultura. Todos os encontros (TEIAS) deram uma contribuição muito grande para o avanço da cultura no país. A leitura é que o desafio era muito grande, pois estávamos quebrando um paradigma e mesmo com grande dificuldade foram realizados os fóruns nas Teias.

Gal Monteiro: Nossos estados nos questionam: Há iluminados que têm acesso a informações privilegiadas? Algumas pessoas têm mais dificuldades para se relacionar com o Ministério da Cultura? Há privilégios? Há editais pensados para beneficiar pessoas ou instituições? Afirma que a Comissão precisa garantir sua independência em relação ao Ministério da Cultura.

Maria Fulgência: Sugere que toda reunião tenha um convidado como o Santini, e que as pessoas escrevam partes dessas histórias no boletim da Comissão.

Zehma: Sugere que os integrantes da Comissão leiam as Diretrizes Prioritárias da Segunda Conferência Nacional de Cultura, afinal o movimento dos pontos de cultura possui um movimento de base. Temos as Teias Estaduais e Regionais, que não podemos perder de vista. Temos um alcance internacional: Mobilização latino americana, pontos sem fronteiras, Europa. Não podemos perder a dimensão de base do movimento.

Nilton: Faz uma análise dos pontos positivos da Comissão. Participa do movimento desde a Teia de Belo Horizonte, observa o movimento de descentralização dos Pontos de Cultura. Acredita que a sustentabilidade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura via Pontão de Articulação

nos liberta do Ministério da Cultura. Defende o conceito de Teia Comunitária (Pontos de Cultura não conveniados, Redes e grupos culturais fazem parte de nosso movimento).

Leri: Afirma que o relato histórico de Santini foi importante para nos situarmos no momento presente. Acredita que a Teia realizada em São Paulo foi vitrine de propaganda política do governo federal. Avalia o movimento dos pontos de cultura como uma simbiose entre sociedade civil e estado. Essa simbiose nos causa atualmente o sentimento de orfandade. Fomos atores e manipulados em muitos momentos. Atualmente a ilusão dessa simbiose se quebrou. Não somos "ponto.gov", somos sociedade civil e estamos tendo uma grande oportunidade de crescermos enquanto movimento.

Chacon: Afirma que participa do movimento desde o início (2005). Nesses cinco anos ocorreram grandes aprendizados. A Teia em Belo Horizonte foi um grande desgaste da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Todo movimento tem uma bandeira e a nossa deve ser a criação da Lei Cultura Viva. Lamenta não tenhamos aproveitado a Teia Fortaleza para a coleta de assinaturas, assim estaríamos em outra situação nesse momento. Tem muita gente preocupada com a falta de pagamento. O programa Cultura Viva foi o maior programa de políticas culturais no país, mais não foi compreendido e houve muita vaidade por parte do Ministério da Cultura. Neste momento o cenário é outro, perdemos algumas pessoas importantes no contexto (Célio Turino). Precisamos dialogar e traduzir o que pretende desenvolver a nova equipe governamental. Temos que inverter valores junto com essa nova equipe.

Jacqueline: Atualmente o programa Cultura Viva sofre um desmonte que se iniciou com o programa + **Cultura**. Devemos estabelecer um novo formato de relacionamento entre movimento e o Ministério da Cultura.

Érico: Os pagamentos atrasados têm que ocorrer em regime de urgência e são legítimos, cabe à Comissão Nacional dos Pontos de Cultura intermediar o processo de pagamento de maneira que todas as regiões do Brasil sejam contempladas em 2011, sem que se perca a mobilização de toda a rede e a mobilização dos Pontos de Cultura em prol das bandeiras

políticas emergenciais (Lei Cultura Viva, LDA, Lei Ação Griô, PEC's, marco regulatório e etc.). É necessário convergir à construção de estrutura cultural com formação de pessoas. As Praças do PAC estão caminhando isoladamente enquanto deveriam ser pensadas junto ao Ministério da Cultura. Devemos sair do armário e arregaçar as mangas. É ano de mobilização. Temos que dialogar e cobrar do governo. Temos que ser movimento social. Precisamos nos mobilizar em relação ao Marco Legal também.

Lindemberg: Não temos que responder e discutir sobre as questões financeiras do Ministério da Cultura e dos Pontos. Esse distanciamento entre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura com o Ministério da Cultura está sendo importante para o movimento. É uma ruptura necessária para o nosso amadurecimento e a criação de uma nova relação.

Mário: Agradece ao Santini – Avalia a importância do momento – Essa é a primeira vez que nos sentimos detentores da nossa história. O governo Lula acreditou no poder nas mãos do povo, pensamento no qual se insere o Programa Cultura Viva, mas ninguém esperava que o movimento crescesse tanto. Representamos o que há de mais politizado dentro do movimento cultural brasileiro. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura se forma com muitas dificuldades, conceituando um modelo de gestão compartilhada. O Pontão deve ser compreendido por todos os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura como um grande avanço e um amadurecimento do movimento em geral.

Aderbal: Afirma que falta um link dos grupos temáticos com os Estados. Precisamos ter um representante de matriz africana, por exemplo, entre todos os outros Grupos de Trabalho em cada Estado e uma comunicação entre estes. Ter um carinho maior com as culturas matrizes deste país. As informações precisam ser divulgadas.

Joeli: Acredita que o ex Ministro da Cultura Gilberto Gil pensava no movimento cultural como uma metáfora: *Cultura popular faria o seguinte percurso: riacho, rio, mar*. E atualmente atingimos o mar.

Luciano: Devemos ter claro o papel de cada um frente ao coletivo. A relação entre estado e sociedade civil não pode ser entendida como algo paternalista. Mas a partir dessa relação existente podemos construir nossa autonomia. Nossos direitos precisam ser garantidos, a partir de nossa movimentação política. As Praças do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não são conflitantes com os Pontos de Cultura. Nós podemos disputar recursos nesse setor também.

Marly: Agradece ao Santini e afirma que devemos saber amadurecer visando conquistar autonomia e independência. Temos que saber exigir nossos direitos. Não podemos ignorar nossas regionais. Precisamos aprender a trabalhar com, para e pelo coletivo. Lamenta muito que a Ministra e sua equipe não possam comparecer à nossa reunião. Acredita na continuidade do diálogo entre o movimento e o Ministério da Cultura na base do respeito. Devemos trabalhar para garantir independência e conquistarmos novas parceiras.

Laélia: Afirma ter aprendido muito nos encontros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Nós ainda não somos um movimento maduro. Não tivemos espaço para discutir sobre a criação de novos GT's visando contemplar todas as linguagens artísticas, como é o caso das Artes Visuais.

Encerrado o tempo para o debate a palavra foi repassada ao Santini para suas considerações finais.

Santini: Afirma que o debate ocorrido foi uma reflexão com conteúdo, um *brainstorm* (tempestade de ideias). Vivemos uma crise, mas também um momento de oportunidade. Essas contradições podem ser positivas.

A reunião da Comissão é um importante espaço de reflexão coletiva. Estamos tendo chance de fazer um debate de conteúdo. A contextualização foi provocada pela minha fala e pudemos abordar vários temas.

Importante permitir esta discussão de conteúdo, pois ela orienta nossos passos. É momento de crise mais também momento de grande oportunidade para o amadurecimento do movimento. A relação entre

Estado e Sociedade é contraditória, mas não significa um problema. Nossa história é cheia dessa contradição em todos os segmentos.

O Movimento sindical do Brasil foi criado pelo Estado e só depois conquistou uma autonomia. Nosso caso não é isolado, temos que saber como dar o salto qualitativo. A crise gera oportunidade para que possamos construir novos caminhos. Saímos de uma relação bilateral para uma relação multilateral onde podemos ter interlocução com outros movimentos.

Há uma redução gravíssima no nosso orçamento que já trará uma relação tensa, gerando uma conjuntura de resistência. Devemos ter serenidade para tratar destes assuntos, mas é momento de reajuste. Vamos avançar nessa relação multilateral. Temos a responsabilidade de criarmos agendas propositivas, com Secretaria Geral da Presidência, Ministério das Comunicações, Direitos Humanos, entre outros. Devemos acreditar que na contribuição do Programa Cultura Viva tem a ver com a consolidação da democracia brasileira. A Frente Parlamentar de Cultura está se reconstituindo e tem um conselho consultivo (sociedade civil), que será ampliado e o programa cultura poderá integrá-lo. Não precisamos apenas administrar crises, mas podemos construir alternativas propositivas.

O período da tarde foi dedicado às discussões das subcomissões e está relatado em atas individuais, que também serão postados para apreciação de todos os participantes.

Dia 19/03/2011 – Período da manhã

Apresentação do sistema de comunicação, por Uirá e João Paulo Mehl.

João Paulo: Explica que o sistema está lançado em versão "beta" no endereço www.pontosdecultura.org.br, tiveram um prazo de 28 dias para o desenvolvimento. Neste sistema, toda a rede tem a possibilidade de acompanhar a participação dos representantes da CNPdc, podendo opinar, criticar, sugerir e é o onde os representantes poderão sugerir pautas, votar nas que acredita que devem entrar em discussão, contribuir

com o debate de determinada pauta, propor encaminhamentos e votar nas propostas.

Como o sistema ainda está em "beta", vamos encontrar alguns defeitos, no entanto, estes não comprometem o uso do sistema, mas que quando identificados serão corrigidos o mais breve possível. Todos aqui podem contribuir para essa melhoria.

Vamos ao sistema:

O espaço da logomarca é onde sempre poderemos voltar para a página principal. Ao lado direito da logo temos o espaço de login, que quando você estiver "logado" terá acesso aos seguintes itens (ver o meu perfil/ editar o meu perfil/fazer o logout).

Mais abaixo temos a parte de notícias, uma maior, a principal e outras duas. São informações dinâmicas, que podem ser feitas tanto pela Comissão quanto pelos representantes. Ao lado direito temos uma descrição do sistema. Destaco que todos estes textos podem ser mudados. Abaixo temos os botões: como participar / cadastre-se. As definições de quem será cadastrado serão discutidas ainda nessa reunião.

No final temos a apresentação do plugin, que é o sistema de Deliberação da Rede Nacional de Pontos de Cultura.

O sistema é organizado em três processos de deliberação:

Inicia-se com proposta de pauta que só pode ser criado pelos representantes. Para que a proposta de pauta entre em discussão é preciso ter um número mínimo de votos (que deverá ser determinado pela Comissão) para que seja aceita e entre em discussão. Também é necessário definir quanto tempo a proposta ficará disponível para conseguir estes apoios.

Após definido isso, entra-se em discussão, onde os representantes poderão participar do debate com comentários ou propondo encaminhamentos, que serão votados. Poderá ser feita uma proposta de encaminhamento ou apenas um comentário em relação à proposta de pauta em questão. Os representantes da Comissão Nacional dos Pontos

de Cultura podem propor a pauta, mas não podem comentar a proposta. É um sistema de plenária virtual.

O sistema está aberto para ser avaliado por todos os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, para que haja uma contribuição no aperfeiçoamento da ferramenta democrática.

Vale destacar que preparamos o sistema para que ele possa ser replicado facilmente, e como é em código aberto, é possível que qualquer pessoa com conhecimentos técnicos em Wordpress possa fazer uso da ferramenta, isto é, não existe dependência de nenhuma pessoa ou empresa, ele é livre, é da comunidade.

Foi constituída novamente a mesa para encaminhamento das discussões.

Davy: Sugere a criação uma lista de discussão só das subcomissões no portal.

Rodrigo: Diante da dificuldade de reuniões on-line, que a ferramenta permita um chat imediatamente.

Zehma: Existe possibilidade de um representante votar duas vezes na mesma pauta? A resposta é negativa.

Niltom: As subcomissões devem ter o direito de replicar o sistema. O suplente deve poder votar nas pautas assim como nas reuniões presenciais.

Maria Fulgência: Pergunta se o sistema consta de uma colméia para os blogs dos GT's. Como fica a questão de valores sobre a assessoria para os interessados em replicar o sistema: GT's e Subcomissões.

Uirá: A subcomissão de Sustentabilidade está discutindo como captar recursos para que a mesma equipe possa trabalhar na manutenção do portal. O portal é um ambiente Beta para teste, isso dificulta a replicação para todos os GT's estaduais e temáticos. Para que o sistema seja replicado, basta que algum desenvolvedor ligado aos pontos ou às representações estaduais possa fazer as adaptações necessárias. Sugere que o portal seja utilizado pelo menos durante um mês para que possa ser replicado. Esse período é para testes e adaptações. Discussões on-line

não estavam previstas no projeto original, será estudado como poderá ser acrescentada essa ferramenta (poderá ser criada uma ferramenta nova ou usar alguma já existente). O número de representantes deverá ser definido nessa reunião. Como será a regra de participação dos representantes?

Mário: Qual o número necessário de participantes para validação de uma pauta? Qual o prazo necessário para uma pauta ficar no ar para aprovação?

Nilton: Os temas mais políticos serão discutidos nas subcomissões, nesse momento continuaremos com os esclarecimentos técnicos.

Luciano: Precisamos de ferramentas para o uso cotidiano da CNPdC. Indica uma ferramenta de sistema de gestão e se dispõe elaborar um projeto de capacitação para gestores.

Leila: Critica o *template*. A cor da fonte não está legal no que se refere à acessibilidade, apresenta dificuldade para quem trabalha com Griôs ou para quem tem dificuldade visual. Acessibilidade é questionada. Como fica a visibilidade dos temas prioritários da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura?

Geo: Parabeniza a equipe de desenvolvedores. Há possibilidade de criar uma ferramenta tipo “facebook dos pontos”? Há possibilidade de se criar uma ferramenta de busca/pesquisa interna?

Lindemberg: Como fica a questão das votações considerando que os votos são da representação de um coletivo? Alguém desse coletivo pode alterar o voto do representante?

Daniel: Não é a ferramenta apenas que poderá resolver os problemas da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. As deliberações on-line devem ser respeitadas pelas plenárias presenciais. Essa é uma deliberação que deve sair desse fórum.

Virgílio: Devemos constituir uma comissão (conselho editorial) para o site? Essa Comissão não é para censura, mas que possa evitar publicação de conteúdos ofensivos.

Mário: Temos duas posturas diante da nova ferramenta: uma militância para que a ferramenta possa ser cada dia mais aprimorada por parte dos

Pontos de Cultura. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura tem possibilidade de gerar sustentabilidade para o aprimoramento necessário via novos editais ou uma cotização entre os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Aderbal: Como usar a ferramenta no sentido de gerar sustentabilidade dos pontos?

Morgana: Recebe a ferramenta como um foco burocrático da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. As subcomissões não estarem presentes no surgimento da página da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura demonstra que ela nos servirá apenas como uma página burocrática e não reflete a totalidade do fazer da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Uirá: A forma como está disposto o site é uma decisão conceitual. Todo mundo fala que tem conteúdo, mas poucas pessoas disponibilizam quando solicitados. Cada membro vai se cadastrar, mas ainda não poderá criar pauta. Para isso, será necessário enviar um e-mail para a lista da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. A logomarca da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura ainda está em processo de seleção. Tudo é possível no sistema, desde que seja discutido politicamente e financeiramente. É necessário um diálogo efetivo entre as equipes: desenvolvedores do site e desenvolvedores do cadastro nacional dos pontos cultura. Sobre acessibilidade: todos podem acessar e registrar. Produção de conteúdo está sendo recebida pelo Pontão.

Leri como parte integrante da mesa coordenadora dos trabalhos faz o seguinte encaminhamento:

As subcomissões devem refletir sobre as seguintes questões:

- Moderação (política editorial para monitorar conteúdos). Notícias, publicações e eventos. Qualquer comentário entra ou precisa de moderação?
- Deliberações: Quantos representantes serão inscritos? Titulares e suplentes devem ter o mesmo peso? Qual o número de representantes deve ser cadastrado?

- Quantas pessoas precisam aceitar a pauta para que ela entre no ar? Para validar uma pauta são necessários quantos votos?
- Quanto tempo a pauta fica no ar?
- Quanto tempo as discussões permanecem em sistema de votação?
- Quando não há encaminhamento a pauta cai automaticamente no arquivo?

Morgana: O site é do movimento dos Pontos de Cultura e não um site de publicação das atividades dos Pontos. A política editorial deve ser moderada nesse sentido.

O relato a seguir diz respeito às propostas discutidas nas subcomissões sobre a metodologia do diálogo com os representantes do Ministério da Cultura.

19/03 TARDE

ARTICULAÇÃO

A postura dessa comissão é de escuta, contudo temos algumas questões prioritárias para possíveis questionamentos:

- 1) Quais as perspectivas do Ministério da Cultura em relação ao Programa Cultura Viva?
- 2) Quais são as mudanças efetivas do Programa Cultura Viva considerando o corte orçamentário imposto ao Ministério da Cultura?
- 3) Qual a viabilidade financeira para as Teias regionais e nacional?
- 4) É de interesse do movimento em manter diálogo aberto com o Ministério da Cultura.

5) Possibilidade de reuniões periódicas entre Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e o Ministério da Cultura. (Esse item é uma afirmação da Subcomissão de Articulação).

PESQUISA E MEMÓRIA

Não discutiu especificamente sobre esse assunto, mas afirmaram querer receber com carinho os representantes do Ministério da Cultura.

LEGISLAÇÃO

Não elencou perguntas específicas. Optou por ouvir os representantes do Ministério da Cultura e afirmar que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deve recebê-los com respeito e elegância. Sugere que no dia 20/03/2011 seja feita uma carta breve a ser enviada à ministra Ana de Hollanda e afirmam ter uma proposta escrita já formulada.

COMUNICAÇÃO

Propõe que a Comissão receba os representantes do Ministério da Cultura com elegância, escute e ao final, que a plenária não se pronuncie, apenas agradeça a presença e continue seus trabalhos. Será redigido um documento ao Ministério da Cultura para apontar a necessidade de uma reunião com a ministra Ana de Hollanda. E que Ministério da Cultura arque com as despesas de viagem de todos os representantes da Comissão que participarem dessa reunião. Ouvir, agradecer e seguir trabalhando, sem perguntar nada.

PRODUÇÃO

Concorda que a plenária deve ouvir primeiro. Afirma que temos um governo de continuidade, portanto queremos a continuidade também das políticas públicas do governo Lula. É preocupante sobre a questão da Teia e os pagamentos dos editais e prêmios.

SUSTENTABILIDADE

Diante de um convite formal que foi encaminhado à ministra Ana de Hollanda, ao secretário executivo Vitor Ortiz e à Secretária da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural Marta Porto, que por motivos vários não comparecerão, foram indicados dois representantes desse Ministério com pouco ou nenhum poder de decisão. Afirma que a plenária deve oferecer uma resposta meramente protocolar. Sugere que seja definido um tempo para exposição do Ministério da Cultura, com posterior agradecimento aos representantes presentes e que seja feito convite para um café.

RESPOSTA DA MESA

A mesa entende que foram apresentadas duas propostas:

- 1) Receber os representantes do Ministério da Cultura, ouvi-los e sem questionamentos. O silêncio falará por si.
- 2) Que os representantes falem, a plenária ouve e estabeleça um diálogo com os representantes do Ministério da Cultura.

Como apenas a subcomissão de Articulação propôs um possível diálogo foi decidido por aclamação e 3 abstenções, que a plenária não se pronunciará, apenas ouvirá os representantes do Ministério da Cultura.

Esclarecimentos:

Luciano: afirma que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não reconhece nos representantes do Ministério da Cultura, presentes na reunião, a autoridade com a qual o movimento quer dialogar.

Geo: Explicita que a plenária votou por não estabelecer diálogo com os representantes do Ministério da Cultura, e se essa for questionada sobre suas dúvidas deve responder apenas, que as demandas da Comissão foram encaminhadas ao Ministério da Cultura na carta de Pirenópolis.

Nilton: Reafirma que as nossas demandas já foram encaminhadas ao Ministério da Cultura.

Lucimar: Afirma que a Comissão já encaminhou suas questões ao Ministério da Cultura.

Zehma: Abriu mão de sua fala por se sentir contemplado nas falas anteriores.

Em seguida os representantes do Ministério da Cultura foram convidados a compor a mesa de trabalhos.

Relatar a dinâmica da apresentação dos representantes do MinC, considerando que houve a fala de Antônio Rangel e César Piva para que haja nexos do que foi apresentado por escrito. Registrar o silêncio da Comissão durante e os aplausos ao final.

Propostas apresentadas por escrito pelo assessor Cesar Piva:

GESTÃO - Central de Soluções:

- criar um espaço organizado no âmbito da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural com recursos técnicos e humanos capazes de estabelecer rotinas e procedimentos de atendimentos emergenciais;
- Criar um sistema de ouvidoria e atendimento online e telefônico com manuais de orientações gerais e específicos, com a identificação, triagem e distribuição, caso a caso;
- criar um grupo de trabalho treinado e orientado para encontrar soluções diferenciadas para as diversas situações encontradas, com um olhar humanizado, qualificado e aprofundado, para todos os seguimentos no âmbito do Programa Cultura Viva;
- identificar iniciativas no âmbito do Ministério da Cultura, que possam envolver de forma integrada as diversas Secretarias, Entidades vinculadas, em especial, o Iphan e as regionais, na descentralização de processos no âmbito do Programa Cultura Viva;
- criar um sistema de gestão financeira que estabeleça um cronograma de curto e médio prazo, capaz de honrar todos os compromissos assumidos

na gestão anterior do Ministério da Cultura para todos os processos, convênios e prêmios, por meio de critérios precisos e transparentes;
- criar espaço de consultas e participação no âmbito dessa Central de Soluções para que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura possam contribuir em todo o processo.

DIALÓGOS - Agenda Positiva:

- construir de forma colaborativa com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura e as Regionais do Ministério da Cultura;
- um cronograma de encontros de diálogos conceituais, territoriais e temáticos, com todos os pontos de cultura nas diversas regiões do país, envolvendo ainda, outros setores culturais, como por exemplo: coletivos, grupos, laboratórios e universidades;
- um cronograma de encontros específicos com as redes e pontões de cultura, para seguimento e ou áreas no âmbito do Programa Cultura Viva;
- um cronograma de participações e contribuições com as TEIAS regionais;

INSTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO

- Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva:
- Retomar e estruturar o Conselho nesse novo contexto com a participação de membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, envolvendo também, personalidades da cultura nacional, instituições da sociedade civil e outros órgãos e Ministérios do Governo Federal.”

• 20/03/2011

A abertura dos trabalhos se deu com uma divisão em grupos objetivando a finalização das propostas das subcomissões para serem encaminhadas à plenária, bem como as formas de moderação no Site:

Apresentação feita pelo Mário:

- Por consenso quem moderará o site é a subcomissão de Comunicação;
- Será apenas um voto no site por cada GT. Os GTs terão que ter discernimento e eleger quem poderá votar. Em breve todos poderão votar. Por enquanto ainda não temos recurso;
- A maioria decidiu que é preciso que tenha 20% dos membros, ou seja, doze votos para que uma ideia vire pauta;
- Prazo de votação para que uma proposta vire pauta é de 10 dias, caso essa proposta não se transforme em pauta ela vai pra uma lista de espera que ficará 60 dias para que possa voltar a ser uma proposta de pauta;
- Se virou pauta, a proposta terá um tempo de discussão de 10 dias. Decidido pela maioria;
- Subcomissão de mobilização estava toda fora da votação, pois estavam trabalhando com as atas;
- A pauta terá 10 dias para receber comentários ou encaminhamentos. Se estes comentários forem encaminhamentos (propostas) que se transformaram em resolução terão apenas três dias para serem votadas. A partir daí vira resolução. Se for transversal a todas as subcomissões ela tem que ser colocada em prática;
- A votação da resolução é maioria simples dos votantes. Não de todos os membros, pois nem todos vão votar.

Participação de CHICO SIMÕES - Representante dos Pontos de Cultura no Conselho Nacional de Cultura (mandato 2010/2012, que se encerra em março de 2012).

Chico Simões: A pauta do ano passado foi dedicada ao Sistema Nacional de Cultura e ao Pró-Cultura. Contudo a cada reunião surgiam pautas que deviam ser determinadas antecipadamente. Tem sempre as pautas corporativas, setoriais. Chico Simões acompanhou a pauta do Pró-Cultura e do Fundo Nacional de Cultura junto ao Congresso Nacional. Depois o Conselho passou por momento de tensão interna. O próprio Ministério da Cultura apresentou divergências na gestão. O Conselho

convocou uma reunião para os dias 5 e 6 de abril, mas ainda não temos pauta. Será uma reunião de apresentação da nova gestão e dos pensamentos de como deve ser essa condução dos trabalhos. Temos acompanhado a Proposta de mudança da lei de direito autoral e outras questões. É o momento propício para apresentação da Lei Cultura Viva, se essa for a decisão da Comissão. A pauta desse coletivo é o que eu vou defender independente da minha particularidade. Estamos em construção dessa relação. Eu não estou na grande lista do movimento, pois o Robson excluiu meu nome da lista de discussão, mas estou me comunicando com a conselho executivo da CNPdc a partir do momento que ele foi constituído, ou seja desde de novembro de 2010. A partir desse momento (março de 2011) quero reivindicar um espaço no site, para a representação do Conselho Nacional de Política Cultural, pois por meio, desse espaço vou postando os relatórios e as questões que estão sendo discutidas.

O edital que foi lançado dos 300 milhões que eles encerrariam em dez de dezembro. Tinha um grupo que achava que deveria ser fechado esse edital antes de 31 de dezembro publicando os contemplados. Essa ação colocaria 300 milhões dentro do movimento cultura. Outro grupo achou que deveria adiar.

Todo mundo conhece a lei 8.666, a Lei dos Convênios que nos coloca no mesmo patamar de grandes empresas. O Estado brasileiro não tem uma legislação específica pra se relacionar com o Terceiro Setor. Por isso sofremos com interpretações de cada gestor com relação ao processo de prestação de contas. A anistia contábil é perfeitamente possível. Nosso problema é todo político. Estão fazendo oficina de prestação de contas desde o início do programa, o problema não é técnico contábil, mas político. Depois que Gilberto Gil saiu ficou uma situação muito tensa entre Célio Turino e Juca Ferreira. A Secretaria da Cidadania Cultura começou a ser bastante vigiada. Havia uma tensão política entre a cidadania do Ministério e cidadania cultural.

O momento é propício para que avancemos. Na opinião pública a imagem das ONGs ficou arranhada e devemos cuidar dessa imagem. O que não

existe é uma lei específica e o que muda é a interpretação de como deve se proceder com a gestão desses recursos. Fomos mal orientados, é obrigação do Estado nos orientar. O Célio Turino escreveu um artigo no meio desse movimento autorizando replicar em outras listas falando disso, podendo nos ajudar numa construção legal da argumentação.

O documento que sair daqui tem que ser uma resolução bem clara e quando apresentarmos para a Ministra tem que ser claro que queremos essa anistia.

Hoje faço uma análise diferente da que eu fazia em 2010. Os movimentos foram se alinhando com suas forças políticas para poder mudar. Tem questões subjetivas da minha análise de conjuntura. Cabe a cada um fazer valer sua reflexão. Quero dar a informação mais aberta possível para que cada um construa sua análise nessa conjuntura. Ano de 2010 foi muito tenso politicamente. Quando Gilberto Gil era o ministro da cultura tínhamos muito mais espaço.

COMENTÁRIOS e PERGUNTAS:

Júlio: Nossa relação contigo tem que estar mais estreita já que você nos representa no Conselho. Quero reafirmar a necessidade de te ouvir mais vezes, ouvir suas opiniões. Sinto-me num processo de formação política, quero ouvir pessoas mais experientes para me formar. Qual a sua posição em relação a dois aspectos:

- 1) Lei Cultura Viva e anistia. O que você colocaria como pauta do Movimento?
- 2) Qual a sua opinião em relação a pauta e postura junto ao Ministério da Cultura?

Chico: Quero ver com vocês qual será a nossa postura. Fomos pegos de surpresa com as mudanças, como a fusão de duas importantes secretarias. Não houve diálogo. Lutamos para que houvesse continuidade. Vimos uma ruptura com o que estava dando certo e um passo atrás em relação a algumas questões que tínhamos avançado. Fico também na dúvida se devemos ir para o embate. Esse é o momento de tentarmos

continuar a conversar. Frente a frente movimento com a Ministra. Todos os estudos apontam, o Programa Cultura Viva como o movimento cultural mais forte desse país, está sendo seguido por vários outros países como modelo. Só o Ministério que não está nos reconhecendo? Temos que ter postura firme. Se Ana de Hollanda vai continuar ou não, não é uma deliberação nossa, temos mesmo é que fortalecer a nossa posição. Se ela enrolar muito e falar não para nossa pauta normal, que o movimento conquiste esse espaço. No momento creio que queremos continuar a conversar. Lei Cultura Viva e anistia contábil é o foco.

Sobre a minha comunicação com o Conselho Executivo, eu não tinha os contatos de vocês por não estar mais na lista. Quando eu soube que aqui em Pirenópolis saiu um Conselho Executivo eu busquei o email de cada um e mandei uma comunicação dizendo que vou me reportar a vocês. Repassem as questões para o Movimento em geral. Não chegamos a ter diálogos. Selecionei emails e vi que tinha agora como me comunicar.

Mario: Temos uma série de subcomissões mais a subcomissão de Articulação pode trabalhar a questão política, temos que discutir uma articulação política. Enquanto as atas não subirem temos que discutir nossa mobilização política. Pergunto qual é a visão do conselho sobre tudo isso que está acontecendo com o Movimento? Como o Conselho recebe as suas contribuições?

Chico: Todo mundo fala em ponto de cultura. Todos falam, não só o Conselho. Só que não tem encaminhamento em relação aos problemas que estamos vivendo. Somos usados como exemplo, somos bem vistos por todos, pois sabem que é um movimento que repercute. Todos querem muito bem e falam muito bem, mas quando surgem as questões e as demandas o conselho é muito corporativo. Cada um puxa para o setor que está representando. Falta a nós nos constituirmos como força política partidária que tem bem claro a sua pauta.

Geo: O discurso da anistia é fundamental. Deveríamos ter algumas bandeiras. Anistiar, ampliar e democratizar. Eu quero meu Ministério da Cultura de volta. O que você acha dessa bandeira de luta?

Chico: Tenho dúvidas com relação a: “quero meu Ministério da Cultura de volta”. Queremos que essas políticas sejam implementadas e respeitadas, que o que se começou se conclua. Queremos avançar e continuar. Não queremos derrubar ninguém nem voltar ninguém pra algum lugar, o que nos interessa são as políticas públicas.

Erico: Agradece as informações trazidas e pontua que seria importante haver interlocução de Chico com a subcomissão de Articulação da CNPDC bem como um dialogo constante das pautas políticas do CNPC para com o pleno da CNPDC. Pergunta sobre a composição e correlação de força entre os conselheiros do CNPC. Existe um mapa dos conselheiros ali presentes? Queria saber se já existe uma agenda política pra 2011 e se há perspectiva de data pra próxima Conferência Nacional de Cultura.

Chico: Não temos pauta não temos agenda, o coordenador saiu e foi para o Ministério da Justiça. Estamos meio soltos em relação a isso. Com relação aos parceiros prometo construir um relato do que foi o ano de 2010, para termos uma ideia mais concreta de como agir junto ao Conselho. O Conselho não é um fórum de deliberações das políticas desse país. Ele referencia a política do Ministério da Cultura, é muito pró-forma. A pauta quem estabelece é o Ministério da Cultura e cada linguagem apresenta a sua pauta mais não significa que isso vá se transformar em política. Nós apresentamos moções, aprovamos moções mas elas não se transformam na prática em políticas. Também vai do estilo pessoal, não acho que adiante naquele ambiente ficar insistindo para falar, pois não haverá mudança e consequência. Eu prefiro fazer a partir desse movimento aqui uma articulação com outros setores que estão lá representados. Daqui para frente temos que construir juntos.

Claudio: Todas as vezes que a Comissão se reunir, o Chico Simões deve estar presente. Outra questão: Lá no Conselho temos condição de colocar a cultura de forma mais abrangente dentro dos ministérios. Temos essa relação de dialogo da cultura com outros ministérios. Creio que a cultura é estruturante no país. Podemos fortalecer essas ações de buscar parcerias com outros ministérios? Isso passa por lá?

Chico: Nós podemos pautar o Conselho, ainda não fiz isso até agora. O Conselho carece disso. De uma compreensão do seu papel para a história do movimento cultural do país. Se alguma coisa eu consigo ler do grupo da gestão do novo Ministério da Cultura é que ela está se distanciando da cultura pra se preocupar com arte e artistas. A cultura é tudo que agrega valor simbólico. O documento que sair daqui é o documento que vou apresentar. Aproveitar que o Conselho está retomando as atividades para apresentar uma pauta e daí poder cobrar, embora não seja uma instância de decisão e deliberação. O nosso campo mesmo é o próprio movimento e a relação direta com o Ministério da Cultura.

Em Brasília a minha casa está à disposição de qualquer um de vocês. Se quiserem ir para Brasília podem contar com minha casa para ficar, para dormir e para comer.

Leri Faria recita o poema: **O silêncio não inocente** escrito por Davy.

Discussões sobre o site

O João Paulo expôs a metodologia do Site, que é uma primeira proposta a ser aprovada pelos participantes da CNPdC.

No Site, há espaço para a questão identitária (dados do representante e dos participantes do público), questão política (por exemplo, quem vota, quem debate, quem delibera a circulação da história da comissão e do movimento etc.), enfim, questões de economia, de sustentabilidade e outras.

Em uma das falas do debate, o Luciano apresenta uma ferramenta complementar para a gestão da atividade da Comissão. A ferramenta inicialmente prevê a articulação de questões dos grupos, dos ponteiros e ponteiras, com as quais a CNPdC tem a ver. Uirá realça que depende dos pontos enviarem conteúdos. O Site teve a ideia de organizar várias demandas que estavam dispersas ou subsumidas no processo. "O céu é o limite", metáfora usada pelo João Paulo, refere-se a algo que pulsa como ansiedade para muitos. Em outras palavras, tem como aperfeiçoar o sistema e incluir outras necessidades da Comissão.

As subcomissões precisam deliberar sobre a moderação: política editorial (quem aprova a notícia? o que vai para o ar? o que será feito a respeito de eventos etc.). O Luciano faz uma distinção entre moderação e política editorial. Quanto ao segundo item, entendemos que o GT Comunicação tem a incumbência de gerar os critérios e normas de publicação; o GT Legislação deve gerar um código de ética da página (que deverá estar baseado no Regimento e nos marcos do Programa Cultura Viva).

Plenária com representantes dos GTs para finalizar a questão do Site

Votação

Quórum - Uma proposta (demanda) vira pauta, no nosso entender, com 20 % de aceitação por parte dos representantes da CNPdC. As propostas não aceitas ficam guardadas numa lista de espera, até que haja nova ativação. Esta ativação será feita a partir de dias decorridos da primeira apresentação, a ser combinado pela CNPdC. Nós sugerimos que sejam passados 60 dias e seja solicitado.

Prazo - (é possível ter dois prazos, desde que haja uma gestão do administrador). Sugerimos que sejam dois prazos: Urgente, terá cinco dias; Ordinário, terá 15 dias. A pauta não recebeu encaminhamento, poderá ter o prazo prorrogado.

Regime - Após o período de debate e encaminhamentos (poderá ser feitos comentários ou encaminhamentos), será o período de votação. As propostas de urgência de 72 horas e as propostas ordinárias 168 horas para questões ordinárias.

DISCUSSÃO PARA DEFINIR O NOVO ENCONTRO DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

As deliberações que se seguem foram decididas por consenso:

- **O próximo encontro será em Brasília**

Leila: Propõe que comecemos várias mobilizações em 30 de março. A partir daí já começamos fazer o cadastramento dos pontos de cultura, para que no dia 18 de abril, já estejam acontecendo atos, audiências públicas nas diversas regionais. Uma pauta que estamos colocando é a

Lei Cultura Viva, o restante cada Estado deve estabelecer as suas necessidades. Paralelamente os Estados já se organizam para que na segunda quinzena de maio façamos um ato, que é a caravana de Brasília, para uma audiência com a Dilma. A representação que estiver nessa frente já sairá com uma tarefa que é de articulação de todo o movimento. Uma audiência com a Dilma deve ser solicitada para falarmos sobre o orçamento do Programa Cultura Viva. O próprio Ministério da Cultura tem interesse em estabelecer o diálogo. Não pretendemos engessar a Ana de Hollanda, mas temos como objetivo sentar e sensibilizar a Presidência, o Ministério do Planejamento e outros setores.

Davy: Estamos presenciando um momento tão bom, que não podemos nos permitir frustração. Antecipar muito a nossa vinda corre risco, pois precisamos mobilizar dinheiro para nos organizar. Melhor se estender ao limite para maio ou início de junho, isso seria mais real. E ao invés de pensarmos em termo de Ministério devemos pensar em termo de Gilberto Carvalho (Secretário Geral da Presidência).

Zehma: Essa agenda para março ou abril é complicada deveríamos pensar essa mobilização para maio ou junho.

Fábio: Quem sabe poderíamos tirar como encaminhamento essa bandeira de mobilização agora? Proponho o encaminhamento sobre esse encontro no final de maio, nesse momento devemos investir em mobilização do movimento.

Chacon: O que me preocupa é se já temos calendário das Teias relatado nas atas. Devemos verificar as datas das teias regionais, estaduais e temáticas antes de iniciarmos o processo de mobilização, visando desencontros.

Geo: No mês de abril daria pra fazer as teias regionais todas. Se cada região quiser fazer suas teias regionais em tempos diferentes creio que é possível. Temos que nos mobilizar. A questão das teias, eu defendo isso fortemente, mas acho que existem prioridades antes das teias. Pagamentos por exemplo. Mas, se cada grupo tem condição de fazer sua teia tudo bem. Mas não podemos esquecer que temos algumas bandeiras, em comum: anistiar, ampliar e democratizar.

Jaqueline: 1º de maio é uma data boa, pois o Brasil todo estará celebrando o dia do trabalhador. Seria uma boa data, já que somos trabalhadores de cultura. Só temos duas horas a mais de reunião e ainda não tivemos um momento de destaque para discutirmos a Lei Cultura Viva. Eu trouxe sugestão da minha base para colocar no projeto de lei.

Cláudio: A questão do 1º de maio é legal, mas temos que refletir se não vamos diluir o impacto da ação. Podemos pensar dia 18 de maio. Concentrar todos no mesmo dia em nível nacional, pois isso causaria impacto. Não deveríamos nos diluir. Mas o momento agora não é só questão do cumprimento dos nossos planos de trabalho, mas da política que temos que desenvolver pró Lei Cultura Viva.

Jacqueline: Minha proposta era apenas para somar com a questão do trabalhador. PT, partido dos trabalhadores.

Leri: É possível que o contato com a presidência possa abrir frentes que nos pautem. Vamos imaginar duas datas para decidirmos. Abril parece que é um consenso. Temos proposta do dia 18 de maio (semana santa), data complicada em termos de custo para nossa viagem. Estamos tentando estar em Brasília pra uma mobilização mais precisamos dos três dias de encontro. Uma boa data é 27, 28 e 29 de maio. Assim as regionais têm mais tempo para se mobilizar. Realizaríamos a reunião da Comissão com um dia extra para realizarmos a caminhada. Dia 27 faríamos a caminhada. Se quisermos chamar a atenção do pessoal de Brasília tem que ser terça ou quarta. Quarta tem reunião parlamentar. Melhor seria então domingo segunda e terça. Quarta a caminhada.

Leila: Encaminhamento de proposta - terça e quarta, melhor dia de caminhada nada melhor do que nos reunirmos domingo, segunda, terça e quarta-feira faremos a caminhada. 29, 30, 31 dia 1º de junho a caminhada.

Geo: Concordo com a proposta da Leila, o importante é ter um momento da Comissão com uma plenária geral composta por todos os pontos possíveis, seria um pré fórum, uma plenária geral de mobilização cultural.

Erico: Concordo, quem puder pode chegar no sábado, para uma plenária nacional aberta para todos os pontos disponíveis.

2ª proposta: Daniel: O papel dessas pessoas que estão em suas regiões na caravana. Podemos inverter a situação: vamos em caravana para Brasília para fazermos primeiro o ato. Fazemos a assembléia e depois a Comissão permanece fazendo mais três dias de reunião. Atualizar a base na raça. O ato seria na quarta e reunião quinta sexta e sábado.

3ª proposta: Lindemberg: acho importante que a Comissão esteja um dia antes reunida, depois vai para a caminhada e depois volta para a reunião. O ato seria no meio da reunião.

Leri: Apresenta um questionamento: É viável para a maioria ficar quatro dias em Brasília com gastos próprios? Temos vindo em finais de semana, pois temos outros trabalhos e fica difícil vir dias de semana. Para termos a adesão da maioria, avalio que não seria uma boa proposta, tanto do ponto de vista financeiro como profissional.

Geo: O pontão tem esses dados, para sabermos como vamos correr atrás para virmos. Temos esse valor para nos prepararmos.

Foram apresentadas três propostas:

Mesa:

1) A primeira coisa que temos que decidir é se o ato vai ser na chegada, depois ou no meio do encontro. Depois decidimos as datas. O importante é o impacto da caravana.

2) Ou Chegamos e nos preparamos para recebermos a caravana que chegará no dia seguinte.

Colocada em votação as duas propostas:

Luciano: outra proposta: fazermos uma marcha dos pontos de cultura à Brasília temos que ter duas coisas, uma equipe daqui se organizando e uma base. Deveríamos dividir uma comissão menor para trabalhar. A subcomissão de produção é pra isso. Vamos mobilizar. Dar tarefas para as subcomissões já existentes.

Tínhamos dois conceitos agora é um só: a sub de produção já estará organizando a vinda da marcha. Quando o pessoal chegar já vem direto pra marcha. É consenso?

Plenária: Simmmmm – Decisão aprovada por unanimidade

Data da marcha: terça ou quarta- dia 25 de maio. Plenária dia 25 à noite. A reunião acontecerá dia 26 e 27. Subcomissão de produção verá a logística para todas as caravanas chegarem juntas. No período da noite será realizada a grande plenária. As caravanas vão embora e continuamos com a Comissão mais dois dias.

Doci: Como vamos trabalhar a divulgação em nossos Estados? A subcomissão de Comunicação precisa avançar. A subcomissão de Produção vai cuidar disso, mas temos que pensar o número de pessoas que vamos trazer dos nossos Estados. É muito longe e temos que dormir uma noite em Brasília.

Mário: A subcomissão de produção junto com o pontão vão ver a melhor logística pra que isso aconteça.

Fellipe Redó: A subcomissão de Mobilização ficará responsável por isso. Assim a data da Marcha rumo à Brasília está marcada para 25 de maio.

Discussão das propostas das sete subcomissões:

Representantes (relator e secretário) das subcomissões:

Leri – **Sustentabilidade**

Andréa - **Sustentabilidade**

Morgana – **Pesquisa e Memória**

Leandro Nery – **Pesquisa e Memória**

Marly – **Produção**

Estela (ES) – **Produção**

Leila – **Mobilização**

Felipe Redó – **Mobilização**

Lucimar – **Articulação**

Alice – **Articulação**

Gal – **Comunicação**

Newton – **Comunicação**

Zé da Paz – **Legislação**

Jaqueline – **Legislação**

Relatores: Denísia Martins, Andréa Freire, Marly Cuesta, Wagner Coriolano, Jacqueline Baumgratz, Cíntia Salviano e Lucimar weil.

É importante ressaltar que todas as análises, propostas e sugestões elaboradas pelas subcomissões ainda não foram consensuadas (não foram discutidas em plenária final), como foi previsto no início dos trabalhos.

1. Análise de conjuntura do novo governo (Dilma Rousseff) e seus reflexos no Ministério da Cultura e suas regionais:

Dados da ONG *Contas Abertas* (contasabertas.uol.com.br) apontam que a presidenta Dilma Rousseff recebeu como herança da gestão anterior dívidas na ordem de R\$ 137 bilhões. Deste montante, R\$ 600 milhões correspondem a dívidas do Ministério da Cultura. Do total de dívidas contraídas pelo Ministério da Cultura, apenas 70 milhões são da SCC, ou seja, pouco mais de 10 por cento do total da dívida da instituição. Tudo isso para realizar um dos programas de maior visibilidade do Ministério. Reconhecendo que houve falhas, não se pode afirmar que a gestão do Ministério da Cultura, particularmente da SCC, tenha sido desastrosa, a ponto de comprometer o desenvolvimento e a qualidade do Programa Cultura Viva.

O Governo Federal fez um corte cirúrgico no Orçamento Geral da União. Nessa perspectiva, o Ministério da Cultura foi penalizado com a redução de 50%??(não é 25%) de seu orçamento. Não obstante, percebe-se que existe, concretamente, um processo de desvalorização dos Pontos de Cultura, ação orquestrada para enfraquecer o movimento, contrariando o discurso de campanha da presidenta Dilma Rousseff, que apontava para a continuidade das políticas públicas para a Cultura.

Análises das propostas das sete subcomissões

Elaborar um documento para a ministra da Cultura Ana de Hollanda e para a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior,

apresentando as boas-vindas e solicitando uma audiência com o Pontão da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, com data previamente agendada, uma vez que a ministra não compareceu à reunião ordinária de Pirenópolis, marcada com antecedência, conforme convite protocolado em tempo hábil no Ministério da Cultura, o que impossibilitou a discussão sobre os cortes do orçamento, que dificultam o coletivo integrante do Programa Cultura Viva.

Elaborar um documento destinado à presidenta Dilma Rousseff, repudiando o corte significativo no orçamento da Cultura. Todavia, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deve discutir o orçamento global do Ministério da Cultura, e não apenas aquele destinado a programas aos quais estamos inseridos.

Elaborar duas cartas:

- 1) aos representantes da Frente Parlamentar no Congresso Nacional e em todas as instâncias estaduais, com o objetivo de mobilização nacional para a Campanha da Lei Cultura Viva;
- 2) à Ministra, com intenção de entrega no dia 30 de março de 2011, quando a Frente Parlamentar de Cultura será empossada no Congresso, ocasião na qual a Ministra da Cultura se fará presente.

Propor à Frente Parlamentar, que peça uma agenda com a Presidenta Dilma Rousseff, para discutir o orçamento do Ministério da Cultura, bem como uma agenda para a articulação com Ministra Ana de Hollanda. Todas as ações ligadas às discussões referentes aos cortes do orçamento no setor cultural devem envolver o Ministério de Planejamento.

Fazer Consultas Públicas, em páginas da internet, bem como abrir diálogo com o Governo, via Secretaria Geral da Presidência (Gilberto Carvalho) e com a Frente Parlamentar da Cultura.

Estabelecer uma nova relação do Estado com a Sociedade Civil organizada, oferecendo subsídios para um novo Marco Legal. Essa mobilização das bases e articulação política são fundamentais para a sustentabilidade do Programa Cultura Viva.

Cada representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deve enviar entre 5 e 10 emails, com a logomarca da Comissão Nacional dos

Pontos de Cultura, para os parlamentares de seus Estados. E escolherem um ou dois parlamentares para um corpo a corpo, a fim de encaminharem essas demandas para o Congresso.

Estudo e consulta legislativa sobre a minuta da Lei Cultura Viva. Verificar a inclusão de orçamento e definir a escolha dos representantes à Frente do Congresso Nacional e nas instâncias estaduais e municipais.

Desenvolver Ação Estratégica da Campanha Lei Cultura Viva, das demais iniciativas legislativas (PECs, novo Marco Legal, Lei de Convênio, Lei Ação Griô, entendendo a Lei Ação Griô como uma ação que faz parte da Lei Cultura Viva) juntamente com outros segmentos do Terceiro Setor.

Construir pauta legislativa nacional em todos os estados com as seguintes ações:

- Criação de Comitês Estaduais para Campanha da Lei Cultura Viva;
- Realização de rodadas de audiências públicas;
- Agendamento de reunião com Fátima e Jandira (Frente Parlamentar de Cultura), com o objetivo de estabelecer estratégia e cronograma de audiências públicas.

Realizar seminários nas cinco regiões do País tendo em vista a formação político-cultural e informativa da ação Cultura Viva. (Com data a ser para a segunda quinzena do mês de julho).

Criar uma mobilização nacional (ex.: Dia do Ponto! ou Dia Cultura Viva!) para se fazer conhecer, pela sociedade em geral, o Programa Cultura Viva.

Criar um vídeo apresentando à sociedade brasileira a importância da Lei Cultura Viva.

Pesquisar se o decreto presidencial, que determinava a não incidência de cortes sobre o Fundo Nacional de Cultura, foi revogado visto que o Fundo sofreu um corte de 50%.

Encaminhar ao Secretário Geral da Presidência da República a solicitação de anistia, para os conveniados com o Programa Cultura Viva, que

executaram o objeto do Plano de Trabalho de seus Projetos, devidamente aprovados pela análise da Prestação de Contas Física.

Transformar em notícia a análise de conjuntura de todas as subcomissões para o boletim da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e divulgação na mídia.

Membros da Comissão tem legitimidade para indicar nomes a qualquer cargo público, ainda que sem acordo sobre o tema (necessária melhor reflexão sobre o caso pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura).

Refletir sobre as mudanças na gestão pública, considerando que os problemas foram gerados devido às mudanças bruscas, com características de ruptura, quando poderia ter sido um processo de forma gradual.

Estabelecer uma relação amistosa com nova equipe do Ministério da Cultura, de modo propositivo, ao mesmo tempo, em que devemos estreitar relação com a Ministra, que não pode se furtar ao diálogo com os movimentos culturais do país.

Ao fazer a crítica com profundidade, precisamos refletir também sobre a gestão anterior. As dívidas do Ministério da Cultura para com os Pontos não foram geradas nessa nova gestão.

Incentivar discussão e mobilização sobre a Lei do Direito Autoral, tendo em vista a democratização dos bens culturais. A proposta da nova lei do direito autoral é considerada uma garantia de acesso aos bens culturais. A posição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deverá ser uma relação justa entre os trabalhadores da Cultura e o direito ao acesso.

Apresentar dados concretos sobre os benefícios do Programa Cultura Viva, sua manutenção, aprimoramento e expansão nos próximos 20 anos. Para isso, devemos produzir um documento que enumere dados como: investimento necessário, o tempo da sua manutenção e a perspectiva de retorno, no que se refere a inclusão social, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

2. Avaliação do funcionamento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, suas subcomissões e o Conselho Político/Executivo.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura precisa se comprometer com o trabalho, do início ao fim, com efetiva participação de todos os representantes.

Verificar em cada Grupo Temático a relação entre a atuação e a resolução conceitual, identificando as sobreposições e pertinências. Cada Grupo de Trabalho deve definir suas atribuições e área de atuação, de forma a orientar os Pontos de Cultura e militantes para opção por estes segmentos. Esta definição conterà entre 3 e 5 linhas e será disponibilizada nos materiais, convocatórias e na página da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Os planos de trabalho servirão de base para avaliação a partir dos resultados obtidos com as ações previstas.

Verificar, junto ao cadastramento dos Pontos (atual e futuro), quais as áreas de interesse dos Pontos de Cultura que ainda não constam como grupos temáticos. Com essa informação a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura poderá abrir um debate de criação, fusão de Grupos de Trabalho. Para tanto, será necessária a adesão de, no mínimo, 30 Pontos, representando, aproximadamente, 1% do número total Pontos de Cultura (2011). O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura é a única instância para a proposição de alteração de nomes, criação, extinção e fusão de Grupos de Trabalho.

Os representantes estaduais ficarão responsáveis para identificar os grupos temáticos, a fim de subsidiar a discussão nos Estados dessa forma articulando com os Grupos de Trabalho.

Os Pontos de Cultura, candidatos a integrarem os Grupos de Trabalho, devem desenvolver ações que apresentem afinidades com a missão e atribuições do Grupo de Trabalho, explícitas no Projeto/Plano de Trabalho do Ponto.

Em relação ao Grupo de Trabalho de Patrimônio Material e Imaterial, que haja avaliação de fusão em um único Grupo de Trabalho Memória e Patrimônio, considerando que atualmente o Grupo de Trabalho de Patrimônio Imaterial se encontra sem representação, com ações e articulação prejudicadas. Essa é uma questão regimental e não compete à

reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e sim ao Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, de acordo com o Regimento Interno.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura apresentará relatórios ao Fórum Nacional de Pontos de Cultura propondo a extinção, fusão e criação de novos Grupos de Trabalho, bem como dará a publicidade aos novos Grupos de Trabalho acolhidos pela Comissão Nacional na reunião de novembro de 2010.

Incentivar a participação de redes e grupos culturais que tenham identidade com o Movimento de Ponto de Cultura nos Grupos de Trabalho, desde que não represente o Grupo de Trabalho na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. De acordo com o Regimento Interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura apenas representantes de Pontos de Cultura conveniados podem ser representantes na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

As decisões deliberadas nas reuniões da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura estão sujeitas às mesmas considerações do Regimento Interno e, daqui pra frente, dos Critérios e normatizações que estão sendo elaborados pela Subcomissão de Legislação.

Propomos que a plenária delibere sobre a continuidade ou não do Conselho Político/Executivo neste novo cenário em que aparecem as subcomissões como novo processo de fortalecimento do movimento.

O Art. 12 – Dos princípios regimentais – da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura prevê que os representantes dos Grupos de Trabalho terão autonomia para elaboração de pauta, programação, metodologia de ação e organização de suas redes específicas, desde que observados os objetivos da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e a pauta política do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, ambas expressas nas resoluções do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e no Regimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Atualmente são 57 assentos deliberados na Comissão Nacional de Pontos de Cultura (27 dos estados e 30 temáticos), que foram eleitos no III Fórum

Nacional, conforme Princípio Regimental. O número de representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não será alterado até a realização do próximo Fórum. Esses números já contemplam os Grupos de Trabalho criados no III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura realizado em Fortaleza em 2010.

Os novos Grupos de Trabalho de redes sociais com atuação efetiva poderão ter assento na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura pela representação direta.

No próximo Fórum Nacional de Pontos de Cultura a proposta de criação, extinção, fusão ou mudança de nome de GRUPO DE TRABALHO deverá ser apresentada à mesa para prévia avaliação, subscrita por no mínimo 5% de Pontos de Cultura presentes. Após avaliação, a mesa encaminhará à plenária geral para votação.

Em caso de alteração da formatação dos Grupos de Trabalho, seguiremos o artigo 26, do Regimento do III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que diz: “Cada GRUPO DE TRABALHO terá sessenta dias (60) dias, após a eleição da nova Comissão, para apresentar um plano de trabalho, com metas para o biênio. O GRUPO DE TRABALHO que não apresentá-lo, não será reconhecido e não se efetivará. A entrega do Plano de Trabalho é o que dará sustentação a sua efetivação”.

Os Planos de Trabalho dos Grupos de Trabalho devem conter os seguintes tópicos:

- Apresentação;
- Composição;
- Objetivo;
- Cronograma de Metas
- Orçamento (se necessário);
- Resultado.

Diante do exposto a subcomissão de Legislação deverá encaminhar estes critérios para aprovação na Plenária do IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Se aprovados, orienta que já nessa mesma plenária, sejam feitas as reorganizações, criados os novos Grupos de Trabalho, de acordo com critério de representatividade e do regimento da Comissão Nacional dos

Pontos de Cultura. A Subcomissão de Legislação apresentará um estudo prévio para referência à constituição dos Grupos de Trabalho.

Quanto a escolha dos representantes tanto dos Grupos de Trabalho já encaminhados à Plenária do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, quanto dos que vierem a surgir não poderão ter assento na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, até que sejam referendadas no Fórum Nacional seguinte.

Pelo critério de representatividade efetiva poderão ser incluídos mais Grupos de Trabalho no Fórum Nacional de Pontos de Cultura. E pela falta de representação e trabalhos que integrem os Grupos de Trabalho poderão ser extintos, inclusive os Grupos de Trabalho com seus representantes estaduais na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

ANÁLISE DE CONJUNTURA (EIXO EXTERNO)

- Construir Pauta Legislativa Nacional com replicagem em todos os estados: Criação de Comitês Estaduais para Campanha da Lei C.V.
- Precisamos desenvolver Ação Estratégica da Campanha da Lei Cultura Viva e Marcos Regulatórios (Ex.: Lei de Convênio);
- Carta de resposta à Ministra da Cultura Ana de Hollanda abre a impossibilidade de sua presença na reunião da CNPdc;
- Encaminhamento à Frente Parlamentar com prioridade a Lei Cultura Viva e sua Campanha;
- Criação de uma mobilização nacional (ex.: Dia do Ponto! ou Dia Cultura Viva!) para se fazer conhecer;
- Estudo e consulta legislativa sobre a minuta da Lei do Programa Cultura Viva. Verificar se haverá inclusão de orçamento e definir a escolha dos representantes à Frente do Congresso Nacional e nas instâncias estaduais e municipais.
- Marcar reunião com Fátima Bezerra e Jandira Feghali para estabelecer estratégia e cronograma de audiências públicas;
- Elaborar duas cartas, sendo uma aos representantes da Frente Parlamentar no Congresso Nacional e em todas as instâncias estaduais com o objetivo de mobilização nacional para a Campanha da Lei Cultura

Viva; e outra para a ministra com intenção de entrega no dia 30 de março de 2011 quando a Frente Parlamentar de Educação e Cultura será empossada no Congresso com a presença da Ministra de Cultura;

- Criação de um vídeo apresentado à sociedade brasileira quanto a importância da Lei Cultura Viva;

- Buscar diálogo com a Frente Parlamentar sempre que possível com a presença de representantes da CNPdC;

- Articulação da Bancada Estadual com a Pauta Legislativa Nacional;

- Proposta de uma Comissão de sete (7) pessoas, uma de cada subcomissão da CNPdC, que fará o diálogo com a Frente Parlamentar, integrando seu Conselho Consultivo de forma Colegiada, bem como a criação de uma agenda para audiências públicas, Zehma se colocou a disposição para representar a Subcomissão de Legislação no Conselho Consultivo da Frente Parlamentar de Cultura. Sugestão de Zehma ainda aguardando validação dos representantes da subcomissão, conforme a Atinha entregue e já disponível no Sistema de Comunicação da CNPdC (<http://pontosdecultura.org.br/documentos/ata-da-subcomissao-de-legislacao-da-cnpdc/>).

Para que a Subcomissão de Articulação possa empoderar-se da situação de cada rede Estadual, pedimos aos representantes enviarem a essa subcomissão um diagnóstico rápido da situação do processo de articulação no seu Estado, respondendo às questões:

1 – Como está a relação do representante Estadual com os demais pontos do Estado?

2 – Quais as dificuldades de articulação que a rede está passando?

3 – Existe alguma experiência exitosa a ser citada?

4 - Que contribuição a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura pode dar para fortalecer esse processo de articulação na sua rede?

5 – Quais as ações de articulação entre a rede de Pontos de Cultura e as instâncias do poder público e espaços de políticas públicas culturais (governo estadual, municipal, Legislativo, fóruns e conselhos de cultura)?

6 – Solicitamos informações sobre Convênios, Prêmios e Bolsas pendentes junto ao poder público. **(Prazo até 30/04/2011). Esse item foi respondido pelos representantes do Ministério da Cultura: Cesar Piva e Antônia Rangel, com apresentação de um cronograma de pagamentos.**

Definir o papel das subcomissões, formular as atribuições, elaborar uma minuta para inclusão no Regimento Interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Foram encaminhadas duas propostas pela à plenária para proceder a votação:

1) Limitar a participação dos membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a apenas uma subcomissão, facultado aos suplentes a participação em outra subcomissão, para que cada um possa contribuir com o debate conforme suas afinidades. **21 votos (Aprovada)**

2) O suplente deve fazer o papel de suplente e quando substituir o titular deve integrar a mesma subcomissão a qual o titular é vinculado. **14 votos**

Abstenções: **05 votos**

Inserir no Regimento do Fórum Nacional de Pontos de Cultura e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura: a criação e a composição do Conselho Político/Executivo; Novas considerações sobre a criação e extinção de Grupos de Trabalho; Regulamentação e Plano de Trabalho dos Grupos de Trabalho e das Subcomissões.

Aperfeiçoar a comunicação nas subcomissões. Nesse sentido propomos que cada subcomissão deve ter um relator e que esse publique um relatório quinzenal na rede.

É preciso deliberar sobre:

Manutenção do Conselho Político com alteração de nome para Comitê Gestor.

Caberá ao Comitê Gestor representar as subcomissões internamente na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Quanto à representação externa da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, será determinada pontualmente em cada situação específica.

O Conselho Político deverá tornar-se efetivo e atuante, definindo uma metodologia de ação para cada instância da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (planos de trabalho, metodologia e contribuições com conteúdo visando aprimoramento da formação política). Esse Conselho deverá atuar somente no momento do interesse coletivo, em consonância com a deliberação das subcomissões.

Definir as suas atribuições do Conselho Político, com a entrega da minuta também no dia 20/03/2011.

Como nas reuniões das subcomissões não houve acordo sobre a necessidade desse Conselho, a mesa encaminhou à plenária duas propostas:

1) Manutenção do Conselho Político com a oficialização do nome para Comitê Gestor com a função de acompanhar e dividir os trabalhos com o Pontão de Articulação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, garantindo agilidade. **12 votos**

2) Extinção Conselho Político independente da função e/ou alteração de nomes: **28 votos**

Abstenções: 04

Foram propostas algumas bandeiras de luta que devem ser assumidas pelos integrantes do Programa Cultura Viva e estão descritas a seguir, conforme foi sugerido pela plenária.

ANISTIAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR – CONTINUIDADE COM MELHORIAS. Essas são bandeiras importantes para todos os Pontos de Cultura e foram apresentadas como ações as seguintes propostas:

Dia 18 de abril: Ato nacional nas capitais dos 27 estados. Fazer atos nas regionais do Ministério da Cultura, nos estados que tiverem e onde não

houver realizar o ato em espaços tradicionais de manifestações artísticas e políticas.

Dia 25 de maio: Caravana Pontos de Cultura rumo a Brasília, para discutir com os setores competentes à continuidade do Programa Cultura Viva com melhorias.

Lemas: ANISTIAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR.

Dia 25 maio no horário comercial: Agendamento de audiência com Gilberto Carvalho e Presidenta Dilma e ocupação da esplanada dos ministérios pelos Pontos de Cultura de todo país.

Noite: Plenária com os pontos presentes.

26 e 27 de maio – Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a fim de avaliar as atividades e programar novas ações diante do quadro político atual.

Abaixo, os lemas que poderão incluir nossos releases que são importantes estão explicados. Claro que cada estado poderia incluir outros temas, mas é importante termos uma base para acrescentarmos as especificidades.

ANISTIAR

Cada caso deve ser analisado e ver que na grande maioria não são os Pontos que tem problemas com o Marco Legal, e sim o Marco Legal que tem problemas com os Pontos. Cobrando a partir da Lei 8.666 as mesmas obrigações que uma prefeitura, um estado ou uma grande empresa tem quando estabelece um convênio com o Governo.

Devemos incluir também os pagamentos atrasados de todos os editais. Temos que mostrar os benefícios e saldo político alcançados com a efetivação do Programa Cultura Viva são maiores do que o valor financeiro (irrisório se comparados aos IPIs pra montadoras, aos R\$ 4 bilhões pro banco Silvio Santos, a anistia ao agronegócio e tantos outros), a avaliação do Governo não deve ser apenas quantitativa mas qualitativa

sobre o Programa Cultura Viva. Que outros programas tiveram maior eficiência e potência política, como demonstra a pesquisa do IPEA e outras que podem ser interessantes economicamente ou até mais profunda, pode ser um fato, mas os benefícios provocados pelos pontos vão além de benefícios econômicos. Os problemas de ONG's somam somente 3% do montante das grandes empresas.

AMPLIAR

Trabalhar politicamente a anistia e o lançamento de novos editais. Não temos de esperar como nos foi afirmado anteriormente "antes de fazer editais tenho de fazer análise da situação dos Pontos para só depois fazer novos editais". Ou seja, mais um argumento técnico/gestão, desmobilizador da rede que a cada dia se efetiva. A partir dos critérios e conceitos criados com o Programa Cultura Viva, deve-se conforme promessa da Presidenta Dilma Rousseff ampliar o número de Pontos de Cultura. Temos que ir resolvendo esses problemas estabelecendo diálogo com Gilberto Carvalho; utilizando novos formatos de editais, pois eles existem e não precisamos reinventar a roda, temos apenas que aperfeiçoar nossas ferramentas.

DEMOCRATIZAR

No bojo desta anistia devemos debater com Gilberto Carvalho e outros movimentos sociais – vários deles MST, ABONG – tiveram reunião com Lula, justamente sobre esta temática. O problema dos Pontos não é só um dos Pontos, mas da democracia, ou seja, da falta de democracia e não gestão, que atenda às demandas do movimento social. Aqui devemos incluir todas as propostas de democratização como a aprovação da Reforma da Lei dos Direitos Autorais (LDA), Plano Nacional de Cultura, Minha Sede Minha Vida (em resposta ao programa das BAC's), CC, Cultura Digital entre outras. Discutir a elaboração de editais mais democráticos e participativos. Garantir que o Governo PAGUE MESMO permanentemente os Pontos de Cultura. Os governos TODOS – da ditadura a Lula – PAGARAM as empreiteiras e a indústria automobilística

com discurso de que é importante lutar contra o desemprego e que essa política é uma "linha macro". Os Pontos também garantem trabalho e geração de renda a uma grande parcela da população.

Solicitar ao Ministério da Cultura a criação de uma página atualizada diariamente, com a relação de todos os repasses de recursos previstos nos editais, contendo as seguintes colunas: “data contratada”, “período de atraso”, “previsão do pagamento” e “alteração da previsão de pagamento”. Recomendar aos Pontos que dêem publicidade a essas informações, usando todos os meios possíveis, buscando torná-las acessíveis também à comunidade.

- Destaque para o Fórum Nacional e para os Fóruns Estaduais, que aconteçam simultaneamente para produzir conteúdos e documentos para a Teia Nacional. (Não houve compreensão da proposta por parte da relatoria de Denísia)
- Geração de outras fontes para fundo de mobilização a fim de fortalecer a autonomia do movimento - por meio de feiras, espetáculos, doações, parcerias, entre outros.
- Reinventar o nosso processo, esse é o protagonismo real.
- Produzir documentos com diretrizes, bandeiras e princípios do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura para serem distribuídos.

Prioridade:

- Fortalecer a comunicação política do movimento;
- Concluir o Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura;
- Lançamento do Movimento Nacional Cultura Viva;
- Sustentabilidade a partir de ações conduzidas pelo Movimento.

Com a aproximação do horário de embarque de vários representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e cumprindo o acordo de que após a saída de um dos representantes, por motivo de horário de

embarque, a reunião seria encerrada, a palavra foi passada ao Pontão de Articulação da Comissão, para suas considerações finais.

Patricia: Começa agradecendo a participação de todos à reunião e compartilha com os presentes sobre as dificuldades encontradas na relação da COEPi (entidade proponente do Pontão de Articulação) com a CNPdC onde compreende que a COEPi e o Pontão cumpriram com a tarefa que se propuseram na parceria mas entende que CNPdC não cumpriu com a sua parte. A CNPdC deve reavaliar sua postura diante dessa posição de sobrecarga de trabalho e desinteresse em assumir as tarefas que competem à Comissão e não ao Pontão. A fala foi bastante emocionada, e ela propõe uma pergunta a todos os representantes para que se proceda a reflexão, antes que a COEPi defina sobre a continuidade ou não de sua instituição na função que exerce atualmente.

Qual a divisão de papéis entre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e Pontão Articulação da Comissão?

Mário: Descreve brevemente o objetivo do Pontão: Garantir independência em relação ao Ministério da Cultura. Não tinha como função fazer gestão. Contudo, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não assumiu a sua independência transferindo a relação de conforto que havia quando a SCC se responsabilizava pela realização de nossas reuniões para o Pontão. Na realidade a Comissão não se apropriou do Pontão, apenas transferiu uma responsabilidade. Mário afirma que está distante, porque mora em Brasília e reconhece que a sobrecarga de trabalho da COEPi é grande. É o momento de a Comissão assumir o papel de gestora de suas ações.

Daniel: Ainda não há uma compreensão por parte dos Pontos de Cultura e da própria Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o que significa o Pontão da Articulação. Esse é um esclarecimento que se faz necessário.

Maria Fulgência: Muitas vezes as contribuições não chegam pela falta de informações às solicitações encaminhadas pelo Pontão via lista da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Falta interesse por parte de todos os representantes em contribuir com as discussões.

Chacon: Éramos acomodados quando a Secretaria da Cidadania Cultural articulava as nossas reuniões e agora transferimos essa acomodação diante do trabalho que vem sendo executado pelo Pontão. Quando a COEPi vai definir se continua ou não como proponente do Pontão?

Morgana: Sugere a continuidade da reunião no ambiente virtual: sistema de comunicação, o que foi acatado pelo pleno da reunião.

Sendo que alguns dos presentes tinham que se ausentar da reunião, a mesma foi encerrada.

Pirenópolis, vinte (20) de março de 2011. Assinam essa ata Denísia Martins Borba, Cíntia Savoli, Wagner Coriolano, Patricia Ferraz, Mário Brasil, Jussara Pinto, Walter Cedro, Chico Simões, Alexandre Santini e os representantes presentes na reunião, descritos abaixo:

LAÉLIA MARIA RODRIGUES DA SILVA (GT ACRE)
MARIA DAS GRAÇAS S. MONTEIRO (GT ALAGOAS)
IRAN LIMA DE SOUSA (GT AMAPÁ)
LUCIMAR DE SOUZA WEIL (GT AMAZONAS)
LUIZ CARLOS MENEZES DANTAS (GT BAHIA)
JOSÉ ROBERTO BEZERRA MARIANO (GT CEARÁ)
MATEUS GUIMARÃES (GT DISTRITO FEDERAL)
ESTELA MARIS CASARA (GT ESPÍRITO SANTO)
VIRGÍLIO ALENCAR (GT GOIÁS)
MARIA JOSÉ DE LIMA SOARES (GT MARANHÃO)
LEANDRO NERY FERNANDES (GT MATO GROSSO)
ANDRÉA ESCOBAR FREIRE (GT MATO GROSSO SUL)

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA (GT MINAS GERAIS)
ANTÔNIO NILTON RODRIGUES SILVA (GT PARÁ)
ALICE MONTEIRO LIMA (GT PARAÍBA)
ÉRICO MASOLI T. PEREIRA (GT PARANÁ)
FABIANO SANTOS DA SILVA (GT PERNAMBUCO)
GILVANO DA SILVA QUADROS (GT PIAUÍ)
CÉLIA DE FÁTIMA PINHEIRO MOREIRA (GT RIO DE JANEIRO)
RODRIGO CESAR SOUZA DE MACEDO (GT RIO GDE DO NORTE)
MARLY CUESTA TÉLLES DE CONTI (GT RIO GDE DO SUL)
RAIMUNDO JOSÉ FERREIRA DE MELO (GT RONDÔNIA)
RAIMUNDO NONATO CHACON (GT RORAIMA)
LINDEMBERG MONTEIRO (GT SERGIPE)
ODIMAR DOS SANTOS GUIMARAES (GT TOCANTINS)
MARIA DOS ANJOS MENDES GOMES (GT AÇÃO GRIÔ)
DAVY ALEXANDRISKY (GT AUDIOVISUAL)
FABRÍCIO SOUZA BARBOZA (GT CAPOEIRA DE ANGOLA)
CAMILO TORRES (GT CIRCO)
JACQUELINE BAUMGRATZ GONÇALVES (GT CRIANÇA E ADOLESCENTE)
MARIA FULGÊNCIA S. BOMFIM (GT CULTURA DE PAZ)
DANIEL MAROSTEGAN E CARNEIRO (GT CULTURA DIGITAL)
ANDERSON OLIVEIRA DOS SANTOS (GT DANÇA)
ISABEL CRISTINA ALVES (GT ECONOMIA SOLIDÁRIA)
CLAUDIO MÁRCIO PAOLINO (GT ESCOLA VIVA)
FELLIPE REDÓ G. LEITE (GT ESTUDANTES)
LEILA REGINA LOPES (GT GÊNERO)
JOSÉ MARIA REIS E SOUZA JÚNIOR (GT GRUPO AMAZÔNICO)
JACKSON BRUM (GT HIP-HOP)
FÁBIO KOSSMANN (GT JUVENTUDE)
GERALDO BRITTO LOPES (GT LEGISLAÇÃO)
MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO GAMA (GT LGBT)
MARIA ANTONIA COSTA DE OLIVEIRA (GT LITERATURA) OK
ADERBAL MOREIRA COSTA (GT MATRIZ AFRICANA)

MORGANA ENEILE TAVARES DE ALMEIDA (GT PATRIMÔNIO MATERIAL)
LUCIANO GONÇALO DA SILVA (GT PONTÕES E ART. DE REDE)
CIRLENE BEZERRA DE MENEZES (GT RADIOS COMUNITÁRIAS)
GERSON GONZALEZ (GT RIBEIRINHOS)
LERI FARIA JUNIOR (GT SUSTENTABILIDADE)
JOELI MILHORANÇA (GT TEATRO)

ANEXO IV

Carta da CNPdC ao Ministério da Cultura

O silêncio não inocente

A primeira tentativa da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) de retomada do diálogo com a nova equipe do Ministério da Cultura (MinC) se deu no dia 10 de janeiro de 2011 com o protocolização de ofício (MinC/SFAdm 1238/11) solicitando audiência com a nova Ministra Ana de Hollanda. O Pontão de Articulação da CNPdC (Pontão) passou a acompanhar diariamente os despachos do gabinete no aguardo por uma confirmação.

No dia 14/01, o Pontão foi procurado pelo MinC numa sondagem sobre a possibilidade de datas, que foi confirmada para o dia 20/01/2011. A Comissão estava se organizando para a referida reunião quando, em 19 de janeiro, o MinC telefona para o Pontão cancelando a reunião com a Comissão.

No dia 01/02 de 2011 o gabinete do MinC liga querendo uma reunião com o Pontão para o dia 02 de fevereiro, que foi confirmada. Estiveram presentes nesta reunião os secretários Vitor Ortiz e Marta Porto entre outros integrantes do MinC, 3 representantes do Pontão e 3 representantes da CNPdC.

Durante este encontro, a CNPdC convida a Ministra da Cultura Ana de Hollanda, o Secretário Executivo Vitor Ortiz e a Secretária Marta Porto para a reunião da CNPdC, marcada para acontecer no período de 18 a 20 de março, em Pirenópolis (GO). O secretário executivo compromete-se em comparecer. O convite oficial foi protocolado em 04 de março.

No dia 17 de março o Pontão de Articulação da CNPdC recebe a informação que a Ministra Ana de Hollanda, o Secretário Executivo Vitor Ortiz e a Secretária Marta Porto, seriam representados por servidores da SCC/MinC – Antônio Rangel e Cesar Piva – na reunião no dia 19 de março à tarde. Quando do informe, o Pontão solicita então que seja oficializado tal remanejamento para repassar a toda Comissão o que foi atendido na tarde do dia 18, conforme anexo.

Consideramos que o não atendimento ao convite pelas autoridades do MinC (pela segunda vez) é uma sinalização negativa sobre a importância que os novos gestores deste Ministério atribuem à interlocução com os movimentos sociais, atualmente organizados, como nunca antes na história deste país. Diante do relatado, a CNPdC decidiu adotar uma atitude protocolar, ouvindo com respeito e atenção a fala dos servidores, sem no entanto engendrar um debate, nem apresentar questionamentos ou comentários ao exposto. Optamos pelo silêncio protocolar diante da indiferença política (conforme deliberações constantes na ata da reunião da CNPdC, de 18 a 20 de março de 2011).

Cabe ressaltar que os representantes do MinC foram bem recebidos na reunião e fizeram uma exposição de 45 minutos sobre a atual situação do MinC. Ao final de suas falas, foram aplaudidos como forma de respeito e a mesa consultou à plenária se algum participante da reunião gostaria de perguntar algo ou fazer comentário sobre o exposto. Conforme decisão anterior, nenhum dos presentes se manifestou. Ouviu-se um silêncio em protesto pela não presença da ministra. A mesa então agradeceu novamente a presença dos funcionários, houve aplausos e todos foram convidados para um café.

É importante frisar que os funcionários do MinC permaneceram no local do encontro, foram convidados para jantar com os representantes da CNPdC e se confraternizaram com muitos deles, tornando evidente a existência de laços de amizade com vários integrantes desta Comissão e não haver qualquer animosidade pessoal contra os mesmos. O silêncio foi uma decisão política, coletiva, decidida pela CNPdC por aclamação em resposta à pouca disposição real para o diálogo manifestado pela Ministra Ana de Hollanda e seus secretários neste delicado momento de transição no MinC que contabiliza corte orçamentário da ordem de 25% em toda a pasta enquanto o orçamento do Programa Cultura Viva sofre uma redução da ordem de 55%. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura reivindica urgentemente o pagamento das dívidas de todos os editais e o lançamento de novos editais.

A CNPdC, como representante dos 27 estados brasileiros e de 30 representações temáticas que contemplam os mais diversos segmentos dos fazeres e saberes culturais do Brasil, quer aqui reafirmar a sua disposição para o diálogo com este Ministério e com o governo da presidenta Dilma Rousseff, na condição interlocutores de um contingente de cerca de 8.000.000 (oito milhões) de brasileiros, segundo dados do IPEA/2010, beneficiados por uma política pública de cultura e que se tornou referência de democratização da cultura no Brasil e no mundo: o programa Cultura Viva! Na oportunidade apresentamos nossa agenda política para o primeiro semestre de 2011.

AGENDA DA CNPdC

Dia 18 de abril. Ato Nacional nas capitais dos 27 estados. O Movimento realizará atos nas regionais do Minc e onde não houver regional o ato acontecerá em espaços tradicionais de manifestações artísticas e políticas.

Dia 25 de maio. Caravana dos Pontos de Cultura rumo à Brasília e reunião da CNPdC – Continuidade com melhorias. ANISTIAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR.

Dia 25 noite – Plenária com a todos os pontos presentes.

Dia 26 e 27 – Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cult Na certeza de que é através do diálogo que construiremos a democracia que queremos, despedimo-nos cordialmente,
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura